

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO  
DIRETORIA ADMINISTRATIVA, FINANCEIRA E DE FISCALIZAÇÃO  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

**EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO SRP CONAB MATRIZ N.º 90.002/2026**

**PROCESSO N.º 21200.004556/2025-55**

**TIPO: MENOR PREÇO SOBRE O VALOR TOTAL ANUAL DO GRUPO 1, CONFORME TÍTULO 1 DO TERMO DE REFERÊNCIA, ANEXO I DO EDITAL.**

A **COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB**, mediante o Pregoeiro designado pela **PORTARIA PRESI N.º 541, DE 25 DE AGOSTO DE 2025**, torna público para conhecimento dos interessados que na data, horário e local abaixo indicados realizará licitação na modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO, sob o SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS** do tipo menor preço, sob o modo de disputa **ABERTO e SIGILOSO**, conforme descrito neste Edital e seus Anexos.

O procedimento licitatório se dará na forma da Lei nº 13.303/2016, do Decreto 10.024/2019 e do Regulamento de Licitações e Contratos da Conab - RLC, disponível no endereço eletrônico <https://www.conab.gov.br/index.php/institucional/normativos/normas-da-organizacao>, bem como, subsidiariamente, de outras leis e normas aplicáveis ao certame, inclusive Lei Complementar nº 123, de 2006, e mediante as condições estabelecidas neste Edital.

**DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO:**

**DIA: 13 de julho de 2026 (segunda-feira)**

**HORÁRIO: 14 horas e 30 minutos (horário de Brasília/DF)**

**ENDEREÇO ELETRÔNICO: [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br)**

**CÓDIGO UASG: 135100**

**1. DO OBJETO**

1.1. A presente licitação tem por objeto a seleção da proposta mais vantajosa para o Registro de Preços, com validade de 36 (trinta e seis) meses, para **contratação de empresa especializada para o fornecimento de subscrição de licenças Microsoft, na modalidade Enterprise Agreement Subscription (EAS), e a prestação de serviços técnicos especializados sob demanda pelo período de 36 (trinta e seis) meses, nos termos, condições e especificações estabelecidas neste Termo de Referência e seus anexos.**

1.1.1. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no Catálogo de Material e de Serviços – CATMAT/CATSER do Compras Governamentais e as especificações constantes neste Edital, prevalecerão estas últimas.

**2. DO CREDENCIAMENTO NO SISTEMA E DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO ELETRÔNICO**

2.1. Poderão **participar** deste Pregão Eletrônico os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estiverem **previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – Sicaf, bem como perante o sistema eletrônico provido pela Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SGE), por meio do sítio [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br)**.

2.2. O **Credenciamento** é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

2.2.1. Caberá ao licitante interessado em participar deste Pregão Eletrônico, credenciar-se previamente no Sicaf.

2.2.2. O cadastro no SICAF poderá ser iniciado no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br), com a solicitação de login e senha pelo interessado.

2.2.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão Eletrônico.

2.2.4. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação por ele efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou a CONAB responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

2.2.5. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

2.3. Além do credenciamento mencionado, para se ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste Pregão Eletrônico deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto à SGE, onde também deverão informar-se a respeito do seu funcionamento e regulamento e receber instruções detalhadas para sua correta utilização.

2.4. Como condição para participação no Pregão Eletrônico, a licitante credenciada assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às declarações exigidas pela plataforma do Comprasnet, conforme descreve o item 10.4.5 deste Edital.

2.5. Não poderão participar deste Pregão Eletrônico, nos moldes do art. 38 da Lei 13.303/2016 e conforme o RLC da Conab:

- a) a empresa cujo administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social seja diretor ou empregado da Conab, nos termos do art. 38, inciso I, da Lei nº 13.303 de 2016;
- b) a empresa suspensa pela Conab, nos termos do art. 38, inciso II, da Lei nº 13.303 de 2016 e impedida pelo órgão sancionador, conforme art. 83, inciso III, da Lei nº 13.303 de 2016;
- c) a empresa declarada inidônea pela União, por Estado, pelo Distrito Federal ou pela unidade federativa a que está vinculada a empresa pública, enquanto perdurarem os efeitos da sanção, nos termos do art. 38, inciso III, da Lei nº 13.303 de 2016;
- d) a empresa constituída por sócio de empresa que estiver suspensa pela Conab, impedida pela União ou declarada inidônea pela União, nos termos do art. 38, inciso IV, da Lei nº 13.303 de 2016;
- e) a empresa cujo administrador seja sócio de empresa suspensa pela Conab, impedida pela União ou declarada inidônea pela União, nos termos do art. 38, inciso V, da Lei nº 13.303 de 2016;
- f) a empresa constituída por sócio que tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa pela Conab, impedida pela União ou declarada inidônea pela União, no período dos fatos que deram ensejo à sanção, nos termos do art. 38, inciso VI, da Lei nº 13.303 de 2016;
- g) a empresa cujo administrador tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa pela Conab, impedida pela União ou declarada inidônea pela União, no período dos fatos que deram ensejo à sanção, nos termos do art. 38, inciso VII, da Lei nº 13.303 de 2016;
- h) a empresa que tiver, nos seus quadros de diretoria, pessoa que participou, em razão de vínculo de mesma natureza, de empresa declarada inidônea pela União (unidade federativa a qual se encontra vinculada a Conab), nos termos do art. 38, inciso VIII, da Lei nº 13.303 de 2016;
- i) os interessados proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;
- j) a sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País, bem como os estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- k) a empresa que se encontre em processo de falência, concurso de credores, dissolução ou liquidação, fusão, cisão, ou incorporação;
- l) as entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição;
- m) o próprio empregado ou dirigente da Conab, como pessoa física, que participe em procedimentos licitatórios, na condição de licitante;
- n) a quem tenha relação de parentesco, até o terceiro grau civil, com autoridade ministerial vinculada à Conab; dirigente da Conab ou empregado da Conab cujas atribuições envolvam a atuação na área responsável pela licitação ou contratação;
- o) empresa cujo proprietário, mesmo na condição de sócio, tenha terminado seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com a Conab há menos de 6 (seis) meses;
- p) de empresas cujos administradores ou sócios tenham relação de parentesco, em linha reta ou colateral por consanguinidade ou afinidade até o terceiro grau, com agente público que exerça cargo em comissão ou função de confiança na CONAB, incluindo neste parentesco cônjuge ou companheiro.

### 3. DA PROPOSTA DE PREÇOS ELETRÔNICA E SUA VERSÃO ESCRITA

3.1. O licitante deverá registrar sua proposta de preços eletrônica, exclusivamente por meio do sistema Compras Governamentais, até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando então encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

3.1.1. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

3.2. O licitante deverá informar em sua proposta de preços eletrônica, mediante o preenchimento no sistema eletrônico, **o VALOR TOTAL ANUAL DO GRUPO 1, OBSERVANDO-SE OS VALORES DE REFERÊNCIA DO ITEM 1.2 DO TERMO DE REFERÊNCIA, ANEXO I DO EDITAL**, bem como a especificação clara e completa do objeto a ser executado, em conformidade com o Termo de Referência.

3.2.1. O licitante deverá cotar o preço do objeto licitatório em moeda nacional.

3.2.2. O licitante deverá consignar o valor da proposta já considerados inclusos os custos operacionais, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários, comerciais e quaisquer outras despesas que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre o objeto desta licitação e que influenciem na formação do preço da proposta.

3.2.3. Por ocasião do registro de sua proposta de preços no site Compras Governamentais, o licitante deverá realizar as declarações previstas no item 2.4 deste Edital, assinalando, para tanto, os campos específicos do sistema eletrônico em apreço.

3.2.4. Quando couber, o licitante deverá declarar, para cada item, em campo próprio do sistema Compras Governamentais, se o bem ofertado se enquadra em algum critério de margem de preferência, caso haja indicação, neste aspecto, no Termo de Referência.

3.2.5. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará o licitante às sanções previstas neste Edital.

3.3. As propostas eletrônicas ficarão disponíveis no sistema eletrônico.

3.3.1. Qualquer elemento que possa identificar o licitante importa desclassificação da proposta, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

3.3.2. Até a abertura da sessão, o licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente encaminhada.

3.3.3. As propostas terão validade de no mínimo 60 (sessenta) dias contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste Edital.

3.4. A proposta elaborada em desacordo com este Edital e Anexos poderá ser desclassificada, após observado o disposto no subitem 19.4 deste Edital.

3.5. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

- 3.6. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.
- 3.7. **Após a fase de lances, o licitante deverá encaminhar, exclusivamente por meio do Sistema, até a data e o horário estabelecidos na convocação pelo Pregoeiro, a versão escrita da sua proposta de preços.**
- 3.8. **O encaminhamento eletrônico da versão escrita da Proposta de Preços do licitante vencedor,** para a apresentação conforme subitem 9.1 deste Edital, deverá conter, em especial, as seguintes informações:
- a) **as especificações do serviço**, conforme apresentado no Termo de Referência;
  - b) **o preço unitário anual e total (anual e para 36 meses) dos itens e do grupo**, em algarismos e por extenso (havendo discordância entre os valores expressos em algarismos e por extenso, serão considerados estes últimos, devendo o Pregoeiro proceder às correções necessárias);
  - c) **o prazo de validade da proposta**, de no mínimo 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data de sua apresentação. Na ausência de indicação expressa do prazo de validade, considerar-se-á tacitamente indicado o prazo de 60 dias;
  - d) **a declaração expressa de que nos preços cotados estão incluídos todos os custos necessários à execução do objeto deste pregão, inclusive, todos os impostos (IOF e outros), tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, comerciais, fiscais e quaisquer outras despesas que incidam ou venham a sobre ele incidir, nada mais sendo lícito pleitear a esse título;**
  - e) **a declaração expressa** de que se responsabiliza pela execução contratual no prazo estabelecido no Termo de Referência;
  - f) **a declaração expressa** de elaboração independente de sua proposta comercial;
  - g) **os seguintes dados da licitante**: Razão Social, endereço, e-mail, celular/telefone/Fax da empresa e de seu representante, número do CNPJ/MF, banco, agência, número da conta-corrente e praça de pagamento.
- 3.8.1. A proposta de preços descrita no subitem anterior deverá ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, em papel timbrado da licitante, redigida em linguagem clara, sem emendas, rasuras ou entrelinhas que impeçam sua perfeita compreensão, devidamente datada, assinada na última folha e rubricada nas demais pelo representante legal da licitante.
- 3.9. **A proposta comercial do licitante melhor classificado somente será disponibilizada para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances**
- 3.10. **Os documentos complementares à proposta e à habilitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no edital, serão encaminhados pelo licitante melhor classificado, após o encerramento do envio de lances, na forma disposta nos itens 9 e 10 deste edital.**
- 3.11. Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para assinatura do Contrato, ficam os licitantes liberados dos compromissos assumidos.
4. **DA ABERTURA DA SESSÃO**
- 4.1. A abertura da sessão pública deste Pregão, conduzida pelo Pregoeiro, ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste Edital, no sítio [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br).
- 4.2. Durante a sessão pública, a comunicação entre o Pregoeiro e os licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.
- 4.3. Quando do registro das propostas no Sistema Eletrônico, os licitantes deverão atender, para tanto, as exigências e requisitos do Sistema Compras Governamentais.
5. **DA FORMULAÇÃO DOS LANCES**
- 5.1. Aberta à etapa competitiva, os licitantes poderão registrar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo o licitante imediatamente informado do seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.
- 5.2. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observado o horário fixado para a abertura da sessão, bem como as regras e procedimentos estabelecidos no Sistema Compras Governamentais.
- 5.3. Os licitantes somente poderão oferecer lances inferiores aos últimos por eles ofertados e registrados pelo sistema.
- 5.4. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 5.5. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de, no mínimo, 1% (um por cento).
- 5.6. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação dos licitantes.
- 5.7. Durante a fase de lances, o Pregoeiro poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor seja manifestamente inexequível.
- 5.8. A etapa de envio de lances na sessão durará 10 (dez) minutos, e após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 5.8.1. A prorrogação automática da etapa de envio de lances será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.
  - 5.8.2. Na hipótese de não haver novos lances durante o período de prorrogação, a sessão pública será encerrada automaticamente.
- 5.9. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta e, na hipótese de desistência de apresentar outros lances, valerá o último lance por ele ofertado, para efeito de ordenação das propostas.
- 5.10. Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, o pregoeiro poderá, assessorado pela equipe de apoio, e mediante justificativa, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço.
6. **DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**
- 6.1. Encerrada a etapa de lances será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as licitantes qualificadas como microempresas ou empresas de pequeno porte, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentado pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
- 6.2. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007 e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

6.3. Após a fase de lances, se a proposta mais bem classificada não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte e houver proposta de microempresa ou empresa de pequeno porte que seja igual ou até 5% (cinco por cento) superior à proposta mais bem classificada será considerado empate ficto, ao que se procederá da seguinte forma:

- 6.3.1. a microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá, no prazo de 5 (cinco) minutos contados do envio da mensagem automática pelo sistema, apresentar uma última oferta, obrigatoriamente inferior à proposta do primeiro colocado, situação em que, atendidas as exigências habilitatórias e observado o valor estimado para a contratação, poderá ser adjudicado em seu favor o objeto deste Pregão;
- 6.3.2. caso a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, na forma do subitem anterior, o sistema, de forma automática, convocará os licitantes remanescentes que porventura se enquadrem na situação descrita neste item, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior;
- 6.3.3. no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas ou empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido neste item, o sistema fará um sorteio eletrônico, definindo e convocando automaticamente a vencedora para o encaminhamento da oferta final do desempate;
- 6.3.4. o convocado que não apresentar proposta dentro do prazo de 5 (cinco) minutos, controlados pelo Sistema, decairá do direito previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar n.º 123/2006;
- 6.3.5. na hipótese de não contratação nos termos previstos neste item, o procedimento licitatório prossegue com os demais licitantes.

## 7. DA NEGOCIAÇÃO

7.1. Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, o Pregoeiro deverá, via sistema, encaminhar contraproposta diretamente ao licitante que tenha apresentado o lance mais vantajoso, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação.

7.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

## 8. DA DESCONEXÃO

8.1. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

8.2. Se ocorrer a desconexão do Pregoeiro no decorrer da etapa de lances e o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

8.3. No caso da desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do Pregoeiro, aos participantes, no sítio [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br).

## 9. DO ENVIO E DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA DE PREÇOS

9.1. **O licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá encaminhar eletronicamente a versão escrita de sua Proposta de Preços adequada ao último lance e à negociação realizada, na forma do item 3.7 deste Edital, no prazo de 3 (três) horas após a solicitação do Pregoeiro, preferencialmente em arquivo único, por meio da opção “Enviar Anexo” do sistema Compras Governamentais.**

9.1.1. **Em conjunto com a versão escrita da Proposta de Preços adequada ao último lance,** a licitante detentora da melhor oferta deverá **encaminhar eletronicamente, os documentos que comprovem sua condição de habilitação, nos moldes do que determina o título 10 deste Edital, no mesmo prazo e forma estipulados no item 9.1,** qual seja, via sistema, por meio do campo “Anexo de Proposta” **e em até 3 (três) horas da convocação do anexo.**

9.1.2. Em caso de aceitação da proposta e habilitação do fornecedor, os originais ou cópias autenticadas dos documentos remetidos por meio do sistema Compras Governamentais deverão ser encaminhados fisicamente à Conab, na forma estabelecida no item 10.1.1 deste Edital.

9.1.3. O licitante que abandonar o certame, deixando de enviar a documentação solicitada, será desclassificado e sujeitar-se-á às sanções previstas neste Edital.

9.2. Encaminhada a proposta, o pregoeiro, pelo critério de menor preço, a examinará, em conjunto com a área demandante, quanto à compatibilidade do preço ofertado com o valor estimado constante no Termo de Referência, a sua exequibilidade e ao seu cumprimento às especificações técnicas do objeto.

9.2.1. Com vistas à análise da proposta de preços e dos documentos habilitatórios referenciados no Título 9 deste Edital, o Pregoeiro poderá suspender a sessão do certame, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

9.2.2. O Pregoeiro poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal da CONAB ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para orientar a sua decisão.

9.2.3. Será considerado aceita a proposta de preços do licitante que oferecer o menor preço ou maior desconto conforme disposto no caput do item 9.2 e que atender as exigências editalícias.

9.2.4. Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.

9.2.5. Não serão aceitas propostas com valores superiores ao estimado ou com preços manifestamente inexequíveis.

9.2.5.1. Considerar-se-á inexequível a proposta que não venha a ter demonstrada sua viabilidade, por meio de documentação que comprove que os custos envolvidos na contratação são coerentes com os de mercado do objeto deste Pregão.

9.2.5.2. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

9.2.5.3. Para todos os efeitos legais e de direito, serão consideradas nulas e sem nenhum efeito as inserções às propostas de anexos ou dados não exigidos neste Edital, tais como: "condições gerais", "cláusulas contratuais" etc.

9.2.6. Se o lance ou a proposta de menor valor não forem aceitos ou se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o pregoeiro examinará o lance ou proposta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de um lance ou proposta que atenda ao edital.

9.2.7. Ocorrendo a situação a que se refere o item anterior, o pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

- 9.2.8. Sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, deverá ser procedida nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos art. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.
- 9.2.9. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:
- I - disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
  - II - avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, desde que exista sistema objetivo de avaliação instituído;
  - III - desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
  - IV - desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 9.2.9.1. Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- I - empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
  - II - empresas brasileiras;
  - III - empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
  - IV - empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).
- 9.2.9.2. As regras previstas no neste item 9.2.9 não prejudicarão a aplicação do disposto no [art. 44 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006](#).

## 10. DA HABILITAÇÃO

### 10.1. **Encerrada a etapa de lances da sessão pública e a negociação, o licitante detentor da melhor proposta ou lance, na forma do item 9.1, deverá encaminhar, via sistema, a documentação de habilitação à Conab, em conjunto com sua Proposta de Preços, no prazo de 3 (três) horas após a solicitação do Pregoeiro.**

10.1.1. Em caso de aceitação da proposta e habilitação do fornecedor, os documentos originais ou cópias autenticadas referentes à habilitação enviada via sistema Compras Governamentais, juntamente a Proposta de Preços atualizada, **caso solicitados pelo Pregoeiro**, deverão ser encaminhados no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, a contar da solicitação, à Comissão Permanente de Licitações – CPL da Matriz, em envelope fechado, no SGAS 901 Bloco “A” Lote 69, Sala C41 – Asa Sul, Brasília-DF CEP 70.390-010, com, no mínimo, os seguintes dizeres em sua parte externa e frontal:

**COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO / COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.002/2026.**

**ENVELOPE COM DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA COMERCIAL**

**RAZÃO SOCIAL E CNPJ**

10.2. A habilitação da licitante será verificada por meio do SICAF e dos documentos complementares elencados no item 10.4.

10.3. A licitante já regularmente cadastrada e habilitada parcialmente no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores, ficará dispensada de apresentar os documentos relacionados nos subitens 10.4.1, 10.4.2 e 10.4.3 “b”, quando os registros no SICAF correlatos a estes documentos estiverem válidos, completos e regulares.

10.4. Para a habilitação, a licitante detentora da melhor oferta, deverá apresentar os seguintes documentos complementares, observando-se, para tanto, a exceção prevista no item anterior:

#### 10.4.1. **Relativos à Habilitação Jurídica:**

a) no caso de:

- a.1) empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
  - a.2) microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br);
  - a.3) sociedade empresária/comercial ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
  - a.4) sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
  - a.5) microempresa ou empresa de pequeno porte: certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, segundo determinado pelo Departamento de Registro Empresarial e Integração – DREI;
  - a.6) cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;
  - a.7) empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;
  - a.8) participante sucursal, filial ou agência: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.
- b) os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### 10.4.2. **Relativos à Regularidade Fiscal e Trabalhista:**

a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

b) prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

- c) prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- d) prova de regularidade perante a Fazenda Estadual e a Municipal, do domicílio ou sede da licitante, na forma da lei; e
- e) prova de regularidade perante a Seguridade Social (INSS) e perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.
- f) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943. ( Lei 12.440, de 8/7/2011).

10.4.2.1. As microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação da regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

9.4.2.2.1. Havendo alguma restrição na comprovação da sua regularidade fiscal, será assegurado à licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte o prazo de 5 (cinco) dias úteis - cujo termo inicial corresponderá ao momento da divulgação do resultado da fase de habilitação - prorrogáveis por igual período, a critério da Conab e a pedido justificado da licitante, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

9.4.2.2.2. A não-regularização da documentação no prazo previsto no subitem anterior implicará decadência do direito à contratação e acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultado à Conab convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação de cada item ou grupo, para assinatura do contrato ou revogar a licitação.

#### 10.4.3. Relativos à Qualificação Econômico – Financeira:

a) certidão negativa de feitos sobre falência, expedida pelo distribuidor da sede da licitante;

a.1) a certidão, referida na alínea anterior, que não estiver mencionando explicitamente o prazo de validade, somente será aceita com o prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados da data de sua emissão.

b) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

b.1) no caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

c) será considerada boa a situação financeira da licitante, quando os seus Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC) forem maiores do que 1 (um), resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, com os valores extraídos de seu balanço patrimonial ou apurados mediante consulta “on line” no caso de empresas inscritas no SICAF:

**LG= Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo**

**Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo**

**SG= Ativo Total**

**Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo**

**LC= Ativo Circulante**

**Passivo Circulante**

c.1) a licitante que apresentar índices econômicos iguais ou inferiores a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral, Solvência Geral e Liquidez Corrente, deverá comprovar que possui capital social ou patrimônio líquido de no mínimo 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação ou do item pertinente, por meio de Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício, já exigíveis e apresentados na forma da lei, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

#### 10.4.4. **Relativo à Qualificação Técnica, apresentar:**

10.4.4.1. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

10.4.4.2. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínima:

a) Contrato(s) ou atestados que comprove(m) o fornecimento de ao menos 50% (cinquenta por cento) do quantitativo de licenças iguais ou similares aos Itens 1 e/ou 2.

b) Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante.

c) Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

d) O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

e) Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

10.4.4.3. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

10.4.4.4. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

10.4.4.5. Havendo dúvida em relação ao atestado, a Conab poderá solicitar diligência, as respectivas Notas Fiscais, contratos ou outros comprovantes;

10.4.4.6. A licitante deve ser autorizada pela Microsoft a fornecer seus licenciamentos de volume para instituições governamentais (categoria Government Partner). A autorização será verificada através de declaração emitida pela Microsoft, ou declaração com a mesma finalidade ou comprovadamente superior.

10.4.4.7. No âmbito da contratação de soluções de licenciamento de software Microsoft, é imprescindível assegurar que a empresa contratada possua vínculo oficial com o fabricante (Microsoft) e esteja formalmente habilitada a comercializar licenças por volume, nos termos exigidos pelas políticas globais da fornecedora. Diante disso, justifica-se a exigência de que a licitante apresente, obrigatoriamente, declaração oficial emitida pela Microsoft, atestando sua condição de revenda autorizada (Licensing Solution Provider - LSP).

- 10.4.4.8. A exigência da declaração tem o objetivo de assegurar que as empresas licitantes são autorizadas pelo fabricante para fornecerem os seus produtos e serviços para instituições públicas. (Acórdão TCU 1.116/2018, Plenário).
- 10.4.4.9. O Fornecedor deverá estar enquadrado na listagem de parceiros Microsoft denominado LSP - Licence Solution Provider, e classificado como Government Partner.
- 10.4.4.10. As empresas licitantes devem apresentar declaração que ateste a não ocorrência do registro de oportunidade, de modo a garantir o princípio constitucional da isonomia e a seleção da proposta mais vantajosa.
- 10.4.5. **Declarações a serem enviadas via sistema Compras Governamentais - o qual gerará um Relatório de Termos de Aceite, referentes à:**
- a) **Condições de participação:**
- a.1) Manifestando ciência em relação ao inteiro teor do ato convocatório e dos seus anexos e concordando com suas condições, respondendo pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.
- a.2) Declarando que a proposta econômica compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal de 1988, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data da sua entrega em definitivo.
- b) **Declarações para fins de habilitação:**
- b.1) de atendimento aos requisitos de habilitação previstos em lei e no instrumento convocatório.
- b.2) de inexistência de impedimento à habilitação do fornecedor e de que comunicará a superveniência de ocorrência impeditiva ao órgão ou entidade contratante.
- b.3) de cumprimento às exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- b.4) de ciência em relação a todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.
- b.5) de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988, que proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.
- c) **Declarações de cumprimento à legislação trabalhista:**
- c.1) de observação aos incisos III e IV do art. 1º e cumprimento ao disposto no inciso III do art. 5º, todos da Constituição Federal de 1988, que veda o tratamento desumano ou degradante.
- c.2) de cumprimento à reserva de cargos prevista em lei para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, quando cabíveis.
- d) **Profissionais organizados sob a forma de cooperativa (Declaração válida apenas para cooperativas):**
- d.1) Manifestando participação da licitação sob a forma de cooperativa, que atende ao disposto no art. 16 da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021.
- e) **Declaração de que é Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou Cooperativa, de acordo com o art. 3º da Lei Complementar 123, de 2006, se for o caso.**
- 10.5. Em atendimento à determinação do Tribunal de Contas da União (Acórdão nº 1.793/2011 do Plenário), o Pregoeiro, como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante, verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta de regularidade do fornecedor nos seguintes cadastros:
- a) **SICAF**, verificando, ainda, a composição societária das empresas neste sistema, a fim de se certificar se entre os sócios há servidores da Conab;
- b) **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS**, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis));
- c) **Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa**, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)).
- d) **Lista de Inidôneos**, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU.
- 10.5.1. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.
- 10.5.2. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.
- 10.6. Os documentos, dentro de seus prazos de validade, poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada em cartório competente, ou por servidor da CONAB mediante a apresentação dos originais, ou cópia da publicação em órgão da imprensa oficial.
- 10.7. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.
- 10.8. Se a proposta não for aceitável ou se o licitante não atender às exigências de habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que melhor atenda a este Edital.
- 10.9. Será considerado vencedor deste pregão o licitante que oferecer o menor preço para o LOTE ÚNICO e que atender as exigências editalícias, referentes à proposta de preços e à habilitação.
11. **DO RECURSO, DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO**
- 11.1. Declarado o vencedor, o Sistema abrirá o prazo mínimo de 10 minutos para o licitante manifestar sua intenção de recurso quanto ao julgamento da proposta e, na sequência, novo prazo de 10 minutos para manifestar intenção recursal quanto à habilitação, período durante o qual qualquer licitante poderá, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar distintamente sua intenção de recurso quanto ao julgamento e à habilitação.
- 11.1.1. O Sistema processará automaticamente a intenção de recurso, aceitando-a, em campo próprio da plataforma.
- 11.1.2. O licitante que tiver sua intenção de recurso aceita pelo sistema deverá registrar as razões do recurso em campo próprio do sistema, no prazo de 3 (três) dias, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados a apresentar contrarrazões, também via sistema e em igual prazo, que começará a correr do término do prazo da recorrente.
- 11.1.3. A falta de apresentação das razões recursais no prazo estabelecido no sistema importará a decadência desse direito e autorizará o Pregoeiro a adjudicar o objeto ao licitante vencedor.
- 11.1.4. Para efeito do disposto no art. 3º, inciso II, da Lei nº 9784/1999, fica franqueada aos interessados a vista dos autos do Processo que cuida desta licitação.

- 11.1.5. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, a sessão pública poderá ser reaberta, ocasião em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.
- 11.2. Os recursos rejeitados pelo Pregoeiro serão apreciados pela autoridade competente.
- 11.3. O acolhimento do recurso implicará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 11.4. Os recursos e impugnações interpostos fora dos prazos não serão conhecidos.
- 11.5. O objeto deste Pregão será adjudicado pelo Pregoeiro ao licitante declarado vencedor, salvo quando houver recurso, hipótese em que a adjudicação caberá a autoridade competente para homologação, após a regular decisão dos recursos eventualmente apresentados.
- 11.6. O objeto deste Pregão será **adjudicado e homologado** pela autoridade competente que autorizou a deflagração do processo licitatório, na forma da legislação vigente e do Regulamento de Licitações e Contratos da Conab.
- 11.7. O objeto deste Pregão será adjudicado integralmente ao licitante vencedor.

## 12. DO REGISTRO DE PREÇOS

### 12.1. Da Ata de Registro de Preços

12.1.1. A Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB é a entidade gerenciadora responsável pela condução do conjunto de procedimentos do certame para registro de preços e gerenciamento da Ata de Registro de Preços dele decorrente.

12.1.1.1. A DIPAI/SUTIN/GESUT será a unidade responsável pelos atos de controle e administração da Ata de Registro de Preços decorrentes desta licitação.

12.1.2. Homologado o resultado da licitação, o fornecedor mais bem classificado será convocado para assinar a ata de registro de preços, conforme o Anexo II deste Edital, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da convocação, que poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo fornecedor e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Conab.

12.1.3. A Conab convocará formalmente o licitante vencedor, observado o disposto no subitem anterior, para assinar a ata de registro de preços, sendo-lhe informado o local, a data e a hora para a realização do ato.

12.1.4. A recusa injustificada do licitante beneficiário em assinar a ata, dentro do prazo estabelecido no item anterior, ensejará a aplicação das penalidades legalmente estabelecidas.

12.1.5. É facultado à Conab, quando o convocado não assinar a Ata de Registro de Preços no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado.

12.1.6. Até a assinatura da Ata de Registro de Preços, a proposta do licitante vencedor poderá ser desclassificada, se a CONAB tiver conhecimento de fato desabonador à sua habilitação, conhecido após o julgamento.

12.1.7. A associação do licitante vencedor com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação só serão admitidas quando apresentada a documentação comprobatória que justifique quaisquer das ocorrências, e com o consentimento prévio escrito da CONAB e desde que não afetem a boa execução do contratado.

12.1.8. A ata de registro de preços implicará no compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, após cumpridos os requisitos de publicidade.

12.1.9. A contratação com os licitantes registrados será formalizada pelo órgão interessado por intermédio de termo de Contrato ou instrumento equivalente.

12.1.10. A existência de preços registrados não obriga a Conab a contratar, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurada preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições.

### 12.2. Dos Usuários da Ata de Registro de Preços

12.2.1. Poderá utilizar-se da Ata de Registro de Preços da Conab, Empresa Estatal Federal, Estadual, Distrital e Municipal que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta à Companhia e anuência da empresa fornecedora beneficiária da ARP, desde que devidamente comprovada a vantajosidade e, respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei n.º 13.303, de 2016, Decreto n.º 7.892, de 2013 e no RLC, relativos à utilização do Sistema de Registro de Preços.

12.2.2. As empresas estatais que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar Conab para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

12.2.3. Caberá à empresa fornecedora beneficiária da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento à empresa estatal interessada que não tenha participado do certame licitatório, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com outras entidades em razão da ARP compromissada.

12.2.4. As aquisições ou contratações adicionais, a que se refere os subitens anteriores, não poderão exceder, por entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens estipulados no Edital e registrados na Ata de Registro de Preços para a entidade gerenciadora e para as entidades participantes, quando houver.

12.2.5. O quantitativo decorrente das adesões à Ata de Registro de Preços não poderá exceder, em sua totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ARP para a entidade gerenciadora e entidades participantes, quando houver, independente do número de entidades não participantes que aderirem.

12.2.6. Após a autorização da Conab, a entidade estatal não participante deverá efetivar a contratação solicitada no prazo de até 90 (noventa) dias a contar da data de autorização pelo Gestor da ata, e desde que esteja no prazo de vigência da ARP.

12.2.7. Caberá a entidade gerenciadora autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo para efetivação da contratação, respeitado o prazo de vigência da ata, desde que solicitada pela entidade não participante.

12.2.8. No âmbito interno da Companhia, é vedada às suas unidades orgânicas descentralizadas adesão, como não participante, à Ata de Registro de Preços de uma Superintendência Regional por outra ou da Matriz para Superintendências Regionais ou vice-versa, e ainda entre Unidades Armazenadoras e destas com quaisquer outras unidades orgânicas da Conab.

### 12.3. Das Condições de Fornecimento

12.3.1. A CONAB será o órgão responsável pelos atos de controle e administração da Ata de Registro de Preços decorrentes desta licitação e indicará, sempre que solicitado, o fornecedor para o qual serão emitidos os pedidos de fornecimento.



- 12.3.2. A convocação do fornecedor, pela CONAB, será formalizada e conterá o endereço e o prazo máximo em que deverá comparecer para retirar o respectivo pedido.
- 12.3.3. O fornecedor convocado na forma do subitem anterior que não comparecer, não retirar o pedido no prazo estipulado ou não cumprir as obrigações estabelecidas na Ata de Registro de Preços, estará sujeito às sanções previstas neste Edital.

12.4. **Do Registro de Preços e da Validade da Ata**

- 12.4.1. Após a homologação da licitação, o registro de preços observará, entre outras, as seguintes condições:
- a) serão registrados na ata de registro de preços os preços e quantitativos do licitante mais bem classificado durante a fase competitiva;
  - b) será incluído, na respectiva ata na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor na sequência da classificação do certame;
  - c) o preço registrado com indicação dos fornecedores será divulgado no Portal de Compras Governamentais e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços; e
  - d) a ordem de classificação dos licitantes registrados na ata deverá ser respeitada nas contratações.
- 12.4.2. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços não será superior a 12 (doze) meses, incluídas eventuais prorrogações.
- 12.4.3. A vigência dos contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços assinada será definida no instrumento convocatório e seus anexos.
- 12.4.4. O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
- 12.4.5. É vedado efetuar acréscimos aos quantitativos fixados pela Ata de Registro de Preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 81 da Lei nº 13.303, de 2016.
- 12.4.6. Os contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços poderão ser alterados, observado o disposto no art. 510 do RLC.

12.5. **Da Revisão e do Cancelamento dos Preços Registrados**

- 12.5.1. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, cabendo a Conab promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas no art. 81 da Lei nº 13.303, de 2016.
- 12.5.2. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a entidade gerenciadora convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.
- 12.5.3. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.
- 12.5.4. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.
- 12.5.5. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, a entidade gerenciadora poderá:
- a) liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, caso haja comunicação antes do pedido de fornecimento, desde que confirmada a veracidade dos motivos e apresentados os respectivos documentos comprobatórios; e
  - b) convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.
- 12.5.6. Não havendo êxito nas negociações, a Conab deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.
- 12.5.7. O registro do fornecedor será cancelado pela Conab quando:
- a) descumprir as condições da ata de registro de preços;
  - b) não retirar o contrato no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
  - c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
  - d) sofrer sanção prevista no art. 574, inciso V, do RLC.
- 12.5.8. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no subitem anterior será formalizado por ato administrativo da entidade gerenciadora, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
- 12.5.9. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer, ainda, por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento dos compromissos decorrentes da ata, desde que devidamente comprovados e justificados:
- a) por razão de interesse público; ou
  - b) a pedido do fornecedor.
- 12.5.10. As disposições pertinentes ao cancelamento da Ata de Registro de Preços em si, encontram-se devidamente previstas no Anexo II, deste Edital.

13. **DO INSTRUMENTO CONTRATUAL**

- 13.1. As obrigações decorrentes da presente licitação serão formalizadas por Contrato celebrado entre a CONAB e o licitante vencedor, que observará os termos do RLC e das demais normas pertinentes.
- 13.2. O licitante vencedor será convocado para, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contado da convocação, celebrar o termo de Contrato.
- 13.3. Antes da assinatura do Contrato será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas neste Edital, as quais deverão ser mantidas pelo licitante vencedor durante a vigência contratual.
- 13.4. Se o licitante vencedor não fizer a comprovação referida no subitem anterior ou recusar-se a assinar o Contrato, será convocado outro licitante para celebrá-lo, observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

13.5. Antes da contratação será feita consulta ao CADIN – Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal, nos termos do Inciso III do art. 6.º da Lei n.º 10.522, de 19/07/2002, junto ao SICAF, ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, a CNDT, ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e à Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU.

13.6. A contratação será realizada por Sistema de Registro de Preços (SRP), com a vigência da Ata de 12 (doze) meses, nos termos do artigo 345 do RLC.

13.6.1. O contrato terá vigência de 36 (trinta e seis) meses, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por mais 12 (doze) meses, conforme previsto no artigo 488 do RLC.

13.7. A forma de prestação e de recebimento do objeto deste certame, bem como a garantia contratual, o prazo e o local de sua execução encontram-se previstos no Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

13.8. O reajuste dos preços do objeto contratado e a subcontratação também deverão observar o disposto no Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

#### 14. **DA FISCALIZAÇÃO**

14.1. O acompanhamento e a fiscalização das obrigações da contratante serão realizadas na forma apresentada no Termo de Referência e na Minuta de Contrato, Anexos I e III do Edital.

#### 15. **DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

15.1. As obrigações da CONTRATANTE encontram-se previstas no Termo de Referência e na Minuta de Contrato, Anexos I e II do Edital.

15.2. Compete ao licitante verificar as Obrigações da Contratante nos anexos mencionados, uma vez que fazem parte do detalhamento do objeto licitatório e, portanto, poderão influenciar na formação de sua Proposta de Preços.

#### 16. **DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

16.1. As obrigações da CONTRATADA encontram-se previstas no Termo de Referência e na Minuta de Contrato, Anexos I e II do Edital.

16.2. Compete ao licitante verificar as Obrigações da Contratada nos anexos mencionados, uma vez que fazem parte do detalhamento do objeto licitatório e, portanto, poderão influenciar na formação de sua Proposta de Preços.

#### 17. **DO PAGAMENTO**

17.1. O pagamento pela execução do objeto contratual descrito neste Edital e seus anexos será processado na forma estabelecida no Termo de Referência, disposto no Anexo I deste Edital.

#### 18. **DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

18.1. As sanções administrativas referentes à execução contratual são aquelas previstas no Termo de Referência, Anexo I do Edital.

18.2. Compete ao licitante também verificar, no anexo mencionado, quais são as sanções administrativas cabíveis no caso de irregularidades na fase licitatória, perpetradas pelos seus participantes.

#### 19. **DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

19.1. As despesas que atenderão a contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União para o exercício de 2026 e correrão por meio da Natureza das Despesa **33.90.40.06** (*itens 1 e 2*) e **33.90.40.19** (*itens 3, 4 e 5*), do Programa de Trabalho Resumido (PTRES) **229513**, na Ação Orçamentária de **Administração da Unidade**, com Fonte de recurso **1000**, no Plano Interno **TECNOLOGIA**.

#### 20. **DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL**

20.1. Até **3 (três) dias úteis** antes da data designada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá impugnar o Edital deste Pregão mediante petição a ser enviada para o endereço eletrônico [cpl@conab.gov.br](mailto:cpl@conab.gov.br), até as 18 horas, no horário oficial de Brasília-DF.

20.1.1. O Pregoeiro, auxiliado pelo setor técnico competente, decidirá sobre a impugnação no prazo de **2 (dois) dias úteis**.

20.2. Acolhida a impugnação contra este Edital, será designada e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

20.3. Os pedidos de esclarecimentos devem ser enviados ao Pregoeiro até **3 (três) dias úteis** anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, através do endereço eletrônico [cpl@conab.gov.br](mailto:cpl@conab.gov.br).

20.3.1. O Pregoeiro, auxiliado pelo setor técnico competente, responderá aos pedidos de esclarecimento no prazo de **2 (dois) dias úteis**.

20.4. As respostas prestadas pelo Pregoeiro às impugnações e aos esclarecimentos solicitados serão entranhados nos autos do processo licitatório, enviadas por e-mail aos solicitantes e disponibilizadas no sistema eletrônico para consulta dos interessados.

20.5. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

#### 21. **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

21.1. A autoridade competente para aprovação do procedimento licitatório somente poderá revogá-lo em face de razões de interesse público, por considerá-lo inoportuno ou inconveniente e por motivo de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

21.1.1. A anulação do procedimento licitatório induz à do contrato.

- 21.1.2. Os licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.
- 21.2. É facultado ao Pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase deste Pregão, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de informação ou de documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de classificação e habilitação.
- 21.2.1. Havendo necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema, com, no mínimo, 24 (vinte e quatro horas) de antecedência.
- 21.3. No julgamento das propostas e na fase de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e dos documentos e a sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e habilitação.
- 21.4. O desatendimento de exigências formais não essenciais, não importará no afastamento do licitante, desde que sejam possíveis a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão pública deste pregão eletrônico.
- 21.5. Os documentos eletrônicos produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizada pela ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, serão recebidos e presumidos verdadeiros em relação aos signatários, dispensando-se o envio de documentos originais e cópias autenticadas em papel.
- 21.6. Caso os prazos definidos neste Edital não estejam expressamente indicados na proposta, eles serão considerados como aceitos para efeito de julgamento deste Pregão.
- 21.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na CONAB.
- 21.8. Em caso de divergência entre normas infralegais e as contidas neste Edital, prevalecerão aquelas.
- 21.9. As normas que disciplinam este pregão eletrônico serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento da segurança da futura contratação.
- 21.10. Aplicam-se às cooperativas enquadradas na situação do art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, todas as disposições relativas às microempresas e empresas de pequeno porte.
- 21.11. Este Pregão poderá ter a data de abertura da sessão pública transferida por conveniência da CONAB, sem prejuízo do disposto no inciso I, do artigo 245 do Regulamento de Licitações e Contratos da Conab.
- 21.12. O Edital e seus Anexos estarão disponibilizados, na íntegra, nos endereços: [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br) e [www.conab.gov.br](http://www.conab.gov.br). O Edital, ainda, poderá ser fornecido pela Conab a qualquer interessado, por meio do Pregoeiro, situada no (endereço da Conab), neste (cidade/estado), devendo para isso o mesmo recolher junto ao Banco do Brasil, o valor de R\$ 10,00 (dez reais), por meio de Guia de Recolhimento da União – GRU, em nome da Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB, a ser emitida através do site [www.stn.fazenda.gov.br](http://www.stn.fazenda.gov.br) (SIAFI/GUIA DE RECOLHIMENTO DA UNIÃO/IMPRESSÃO DE GRU), Unidade Gestora-UG: UG Matriz ou Sureg – Gestão: 22211, Código de Recolhimento n.º 28830-6.
- 21.13. Integram este Edital os seguintes Anexos:
- a) Anexo I - Termo de Referência e seus anexos;
  - b) Anexo II - Ata de Registro de Preços; e
  - c) Anexo III - Minuta de Contrato.
22. **DO FORO**
- 22.1. As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Federal, no Foro da cidade de Brasília/DF, Seção Judiciária do Distrito Federal, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, salvo nos casos previstos no art. 102, inciso I, alínea “d” da Constituição Federal.

Brasília, 12 de junho de 2026.

**TATIANA DE FIGUEIREDO EMILIANO LEÃO**  
**Comissão Permanente de Licitações da Matriz**  
**Presidente da CPL**

**ANEXO I DO EDITAL**  
**TERMO DE REFERÊNCIA**

**1. DO OBJETO**

1.1. O objeto da presente licitação enseja a contratação de empresa especializada para o fornecimento de subscrição de licenças Microsoft, na modalidade Enterprise Agreement Subscription (EAS), e a prestação de serviços técnicos especializados sob demanda pelo período de 36 meses, nos termos, condições e especificações estabelecidas neste Termo de Referência e seus anexos.

1.2. A estimativa da demanda se dará conforme tabela abaixo:

LOTE ÚNICO									
Item	Identificador SGD	Descrição	Part Number	CATSER	Quantidade	Unidade de Medida	Valor Unitário (anual)	Valor Total (anual)	Valor Total (36 meses)
1	MS.5.0-A1520	M365 Apps Enterprise Sub Per User	3JJ-00003	27472	1.944	Unidade	VALOR SIGILOSO	VALOR SIGILOSO	VALOR SIGILOSO
2	MS.5.0-A1173	Power BI Pro Sub Per User.	NK4 - 00002	27472	100	Unidade	VALOR SIGILOSO	VALOR SIGILOSO	VALOR SIGILOSO
3	N/A	Criação, Configuração e Gestão das Contas no Ambiente Microsoft sob demanda	-	3840	245	Horas	VALOR SIGILOSO	VALOR SIGILOSO	VALOR SIGILOSO
4	N/A	Transferência de Conhecimento sob demanda	-	3840	40	Horas	VALOR SIGILOSO	VALOR SIGILOSO	VALOR SIGILOSO
5	N/A	Consultoria Técnica Especializada Microsoft Partner sob demanda	-	3840	600	Horas	VALOR SIGILOSO	VALOR SIGILOSO	VALOR SIGILOSO
<b>TOTAL DO LOTE</b>							-	VALOR SIGILOSO	VALOR SIGILOSO

Tabela 1 - descrição e quantidades.

1.3. O custo total estimado para a contratação do objeto deste Termo de Referência, pelo período de 36 (trinta e seis) meses, é de **VALOR SIGILOSO**.

1.4. A elaboração do Mapa Comparativo de Propostas foi feita com a combinação de preços e em seguida feita a média dos preços, seguindo os critérios dos incisos I, II, IV e V do art. 187, art. 194, 195 e 196 do RLC da CONAB, conforme Tabela 1 do Mapa Comparativo de Propostas (SEI nº 51702855).

1.5. O critério utilizado para obtenção do preço de referência para a contratação foi a **MÉDIA DOS PREÇOS**.

1.6. Justificativa quanto à marca exclusiva: Atualmente, a Conab utiliza o Microsoft Office 2000 e 2013 como ferramenta de colaboração e produtividade, bem como o Power BI, estando a alternativa bem difundida e em plena utilização pelos usuários da Conab. Diante disso, a continuidade do uso dessas soluções evitaria riscos relacionados a problemas de adaptação ou possíveis incompatibilidades com os documentos e serviços de Tecnologia da Informação da empresa.

1.7. A natureza do objeto contratual é de aquisição de serviços comuns, uma vez que seus componentes apresentam padrões de desempenho e de qualidade que podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do art. 14 do Regimento de Licitações e Contratos - RLC da Conab.

1.8. O regime de execução do serviço será empreitada por preço global, conforme o inciso IV, art. 208 do Regulamento de Licitações e Contratos da Conab - RLC (disponível em [https://www.conab.gov.br/images/arquivos/normativos/10000\\_sistema\\_institucional/10.901\\_RLC\\_.pdf](https://www.conab.gov.br/images/arquivos/normativos/10000_sistema_institucional/10.901_RLC_.pdf)).

1.9. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como continuados, tendo em vista sua utilização para manutenção da atividade administrativa, decorrente de necessidade permanente ou prolongada da administração pública, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando o disposto no Estudo Técnico Preliminar. Além disso, suportam o funcionamento regular e contínuo dos sistemas e serviços críticos da Companhia sem interrupções.

1.10. Para o item 1 utilizou-se como estimativa a quantidade de licenças solicitadas nas tabelas 1 do DOD (SEI nº 48554414) e tabela 3 da Nota Técnica 1 (SEI nº 49986900).

1.11. Para o item 2 utilizou-se do DOD da área demandante (SEI nº 46838487).

1.12. As propostas dos licitantes deverão ser apresentadas nos moldes do **ANEXO III - MODELO DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA** deste Termo de Referência, contendo os preços oferecidos para o item, todos os preços em moeda nacional do Brasil (Real) e com valores considerando apenas duas casas decimais depois da vírgula.

1.13. **Previsão Orçamentária:** O processo licitatório será realizado por meio de Sistema de Registro de Preços, com base na hipótese do inciso II, do artigo 329 do RLC. Com isso, observa-se o contido no artigo 331 do RLC que diz "*Na licitação para registro de preços, não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida quando da formalização do Contrato ou equivalente.*".

1.14. O critério de julgamento das propostas será o **MENOR PREÇO GLOBAL**. Para fins de julgamento das propostas, o valor estimado será de caráter **SIGILOSO**. O modo de disputa adotado no certame será o **ABERTO**.

1.15. Essa contratação será realizada utilizando o Sistema de Registro de Preços – SRP, conforme o art. 327 do Regulamento de Licitações e Contratos – RLC da Conab, onde “a licitação para registro de preços será realizada conforme diretrizes estabelecidas na Lei Nº 13.303, de 2016, e neste Regulamento mediante utilização do critério de julgamento menor preço e será precedida de ampla pesquisa de mercado”.

1.16. O motivo da escolha pelo Pregão Eletrônico sob o SRP se deve ao fato que a Conab fará aquisições parceladas com vistas a facilitar a logística de distribuição, movimentação e controle das Licenças, de acordo com o inciso II do art. 329.

1.17. As especificações técnicas dos objetos estão detalhadas no **ANEXO I - ESPECIFICAÇÃO DA SOLUÇÃO DE TIC** deste Termo de Referência.

## 2. DA JUSTIFICATIVA

2.1. A presente contratação justifica-se pelas condições pormenorizadas na Nota Técnica 1(SEI nº 49986900), ademais apresenta-se abaixo a fundamentação.

2.2. A contratação está alinhada com o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação - PDTIC 2025-2028 (SEI nº 51384231).

2.3. Este Termo de Referência observa as diretrizes de governança e contratação de TI estabelecidas na Resolução CGPAR nº 29, de 05 de abril de 2022 (SEI nº 51312874).

2.4. Atualmente, por meio de um conjunto de soluções em software livre/aberto a Conab disponibiliza aos usuários em âmbito nacional, serviços informatizados que permitem a execução de atividades de escritório, colaboração, produtividade e comunicação. A Superintendência de Tecnologia da Informação - SUTIN, por meio dos seus empregados é a responsável em implementar, configurar, integrar, manter, capacitar e prestar suporte ao corpo funcional na utilização desses serviços. A suíte de escritório padrão adotada pela Conab é o LibreOffice, existindo também a suíte Microsoft Office na versão 2013 que é utilizada em gerências específicas. O ConabApps (serviço de colaboração, produtividade e comunicação) contempla de modo principal os serviços de colaboração (edição online de texto, planilha e apresentação), e-mail, agenda, calendário, armazenamento e compartilhamento de arquivos eletrônicos na nuvem, videoconferência (webconferência) e comunicação instantânea (chat) .

2.5. Apesar dos esforços da área de tecnologia em prover e manter tais serviços, diversos setores na Matriz e Superintendências Regionais têm demonstrado insatisfação na sua utilização, reclamando da falta de compatibilidade dos editores de texto utilizados dentro da própria Conab (gerências específicas na Matriz utilizam Microsoft Office e demais gerências, Superintendências Regionais e Unidades Armazenadoras utilizam o *LibreOffice*), limitação do *LibreOffice* (Calc) na quantidade de registros e complexidade de fórmulas, sendo necessários constantes chamados à área de TI para, suporte na utilização da ferramenta de trabalho colaborativo. Como consequência dos problemas relatados, gerências e usuários sofrem com a perda de produtividade, retrabalho e até perda da informação, demonstrando que a atual solução não atende de forma satisfatória às necessidades da Conab.

2.6. Em relação ao software de Power BI, Nos últimos anos, temos observado um crescente interesse na análise de dados e na disponibilização de informações, impulsionado pelas demandas de diversas áreas, incluindo solicitações específicas de Business Intelligence (BI) da Ouvidoria, da Diretoria de Gestão de Pessoas (DIGEP) e da Procuradoria Geral (PROGE).

2.7. Em 2019, foram adquiridas seis licenças da solução Power BI da Microsoft, inicialmente destinadas à equipe de BI. Foi verificado rapidamente que a implementação do Power BI proporcionou ganhos significativos de produtividade e reduziu a curva de aprendizado, especialmente quando novos membros foram integrados à equipe.

2.8. No mês de setembro de 2025 a Conab renovou 27 licenças Power BI Pro, uma tarefa que precisa ser realizada anualmente e demanda um esforço significativo.

2.9. Conforme previsto, o interesse pela ferramenta cresceu substancialmente na CONAB como um todo, levando muitos colaboradores a participar de cursos e solicitar licenças adicionais, como foi o caso das áreas SUARM, GERPA e PRESI, entre outras. Além disso, foi necessário alocar uma licença específica para a publicação de informações sensíveis, garantindo acesso restrito apenas a pessoas autenticadas e autorizadas, como no caso da PROGE nos dashboards de processos judiciais. Isso demonstra que o uso do Power BI já está integrado à cultura organizacional da empresa, sendo utilizado em diversos projetos e setores.

2.10. Considerando que o contrato de Power BI encerra-se em setembro e a CONAB planeja adquirir licenças do Office junto à Microsoft, serão acrescidos 100 (cem) novas licenças do Power BI para dar continuidade no trabalho da Conab com vigência de 36 (tinta e seis) meses podendo ser prorrogado por mais 12 (doze) meses. Sendo assim, após o vencimento do contrato vigente, as licenças de Power BI Pro sejam disponibilizadas imediatamente no âmbito do contrato geral com a Microsoft.

2.11. Para proporcionar aos usuários a possibilidade de executar suas atividades na modalidade de trabalho presencial, faz-se necessário oferecer os recursos mínimos tecnológicos para que o empregado tenha plena condições para desenvolver as suas atividades com efetividade.

## 3. DOS RESULTADOS ESPERADOS DA CONTRATAÇÃO

- a) Solucionar os problemas e dificuldades informados pelas áreas da Matriz e Superintendências Regionais.
- b) Disponibilizar soluções e serviços de TI com excelência, eficiência, disponibilidade e segurança.
- c) Otimizar o uso dos recursos organizacionais.
- d) Aumentar a produtividade das equipes ao possibilitar que diversos profissionais atuem em colaboração em uma demanda, podendo realizar suas edições a partir de computadores.
- e) Integração de serviços como ferramentas de escritório, para usuários e grupos de trabalho, agregando eficiência às entregas e melhorando os níveis de produtividade.
- f) Padronização do parque tecnológico pela adoção de uma única solução de Software, garantindo atualizações de versão, funcionalidade e segurança durante a vigência do contrato.
- g) Compatibilidade de ferramentas (editor de textos, planilhas e apresentações) com as utilizadas em outros órgãos e parceiros da Conab.
- h) Alinhamento com as ações institucionais viabilizando soluções de Tecnologia da Informação que agreguem valor à missão da Conab.
- i) Redução de custo operacional pela utilização de ferramentas mais produtivas e de uso comum, permitindo realocar recursos de acordo com as necessidades do órgão, além do potencial ganho de desempenho.

## 4. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

4.1. O contrato terá vigência de 36 (trinta e seis) meses, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por mais 12 (doze) meses, conforme previsto no artigo 488 do RLC. O prazo selecionado é justificado tendo em vista ser um serviço de utilização diária por parte dos usuários onde, a troca em um prazo menor irá requerer capacitação na utilização das ferramentas, bem como um esforço de migração para uma nova solução.

## 5. DO PARCELAMENTO DA SOLUÇÃO CONTRATADA

5.1. A análise da possibilidade de parcelamento da solução de TIC a ser contratada foi realizada em conformidade com o Art. 108, § 1º inciso VIII o RLC da Conab.

5.1.1. A Contratação em tela, abrange 5 (cinco) itens que consistem em: 02 (dois) itens com métrica de subscrição anual por usuário; 3 (três) itens com métrica por horas;

5.1.1.1. Desses itens, os itens 1 e 2 correspondem a Licenciamentos por Subscrição, todas do mesmo fabricante “Microsoft”. Os itens 3, 4 e 5 contempla o serviço de consultoria técnica de especialistas nas soluções contratadas.

5.1.2. Apresenta-se abaixo a motivação pela qual optou-se por não separar os 5 itens em mais de um Lote:

5.1.2.1. Primeiramente, cumpre ressaltar a completa correlação entre as licenças (Itens 1 e 2) e os serviços especializados (Itens 3, 4 e 5).

5.1.2.2. Dessa maneira, caso se optasse por separar a parte de licenciamento da parte de consultoria, em dois lotes distintos, na eventual ocorrência de insucesso do lote 1 (licenciamento) e sucesso do lote 2 (consultoria técnica), o resultado da contratação não seria atingido, aja vista que não há necessidade de consultoria sem a existência das licenças.

5.1.2.3. Apesar da ocorrência contrária, sucesso do lote 1 (licenciamento) e insucesso do lote 2 (consultoria técnica) não inviabilizar totalmente o objetivo da licitação, ressalta-se que impossibilidade de uso dos serviços dos itens 3, 4 e 5 impactaria diretamente nos projetos de implantação das soluções visto que esta dependeria, somente, da capacidade de "carga de trabalho" da equipe que atuaria na sustentação da infraestrutura que é limitada a capacidade do quantitativo de profissionais alocados.

5.1.2.4. Nesse sentido, o ganho de capacidade que os itens 3, 4 e 5 proporcionaria, geraria maior dificuldade para usufruto integral das soluções.

5.1.3. Adicionalmente, analisando em termos operacionais, sustentar contratos com dois prestadores de licenciamento distintos do mesmo fabricante, aumenta os riscos de desconformidade, heterogeneidade no atendimento, e eventuais “zonas cinzentas” de atuação de diferentes fornecedores, quando prestam serviços de significativa correspondência tecnológica ou quando envolvam licenciamento de ambos os prestadores de serviço.

5.1.4. A organização dos itens da presente licitação em um lote único não prejudica a competição, primeiramente por agrupar licenças e serviços inadequados ou com restrições indevidas. Em segundo é constatar no Portal de Parceiros Microsoft apresenta uma grande quantidade de parceiros que são considerados Government Partner e que atuam com fornecimento de licenças e prestação de serviço técnico gerenciado (LSP).

5.1.5. Somado a isso, também é possível constatar que os Parceiros Microsoft que atuam na prestação de serviço de licenciamento que abrangem soluções de produtividade são em sua maioria os mesmos que trabalham com licenciamento de datacenter.

5.1.6. Frente ao exposto, opta-se por realiza-la em apenas um único lote.

## 6. DA SELEÇÃO DO FORNECEDOR

### 6.1. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

6.1.1. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

6.1.2. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínima:

6.1.2.1. Contrato(s) ou atestados que comprove(m) o fornecimento de ao menos 50% (cinquenta por cento) do quantitativo de licenças iguais ou similares aos Itens 1 e/ou 2.

6.1.2.2. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante.

6.1.2.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

6.1.2.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

6.1.2.5. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

6.1.3. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

6.1.4. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

6.1.5. Havendo dúvida em relação ao atestado, a Conab poderá solicitar diligência, as respectivas Notas Fiscais, contratos ou outros comprovantes;

6.1.6. A licitante deve ser autorizada pela Microsoft a fornecer seus licenciamentos de volume para instituições governamentais (categoria Government Partner). A autorização será verificada através de declaração emitida pela Microsoft, ou declaração com a mesma finalidade ou comprovadamente superior.

6.1.7. No âmbito da contratação de soluções de licenciamento de software Microsoft, é imprescindível assegurar que a empresa contratada possua vínculo oficial com o fabricante (Microsoft) e esteja formalmente habilitada a comercializar licenças por volume, nos termos exigidos pelas políticas globais da fornecedora. Diante disso, justifica-se a exigência de que a licitante apresente, obrigatoriamente, declaração oficial emitida pela Microsoft, atestando sua condição de revenda autorizada (Licensing Solution Provider - LSP).

6.1.8. A exigência da declaração tem o objetivo de assegurar que as empresas licitantes são autorizadas pelo fabricante para fornecerem os seus produtos e serviços para instituições públicas. (Acórdão TCU 1.116/2018, Plenário).

6.1.9. O Fornecedor deverá estar enquadrado na listagem de parceiros Microsoft denominado LSP - Licence Solution Provider, e classificado como Government Partner.

6.1.10. As empresas licitantes devem apresentar declaração que ateste a não ocorrência do registro de oportunidade, de modo a garantir o princípio constitucional da isonomia e a seleção da proposta mais vantajosa.

## 7. DA DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

### 7.1. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

7.1.1. Trata-se de serviço comum, *conforme disposto* no art. 3º, inciso LXXIV, do RLC da Conab, de caráter continuado, sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica, com critério de menor preço, conforme art. 292 a 326 do RLC.

7.1.2. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da CONTRATADA e a Conab, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

### 7.2. DESCRIÇÃO DO ATUAL AMBIENTE E SOLUÇÃO UTILIZADA PELA CONAB

7.2.1. Atualmente, os serviços informatizados que permitem a execução das atividades de escritório, colaboração e produtividade estão no formato “*on-premise*”, hospedados no Data Center da Conab. Os serviços em produção possuem as seguintes características:

#### 7.2.2. Ferramenta de trabalho colaborativa

- 7.2.2.1. Disponibilizado através da solução de código livre/aberto, baseada no LibreOffice.
- 7.2.2.2. Esse serviço está integrado com o serviço de armazenamento e compartilhamento de arquivo na nuvem.
- 7.2.2.3. O serviço é acessível interna e externamente através do navegador web.
- 7.2.2.4. Disponível a todos os usuários da Conab.

#### 7.2.3. Suíte de escritório corporativa

- 7.2.3.1. A suíte de escritório padrão institucional é o LibreOffice.
- 7.2.3.2. Instalado em todos os desktops da Conab.
- 7.2.3.3. Os usuários que demandam atividades específicas utilizam o Microsoft Office 2013 ou Microsoft Office 2000, a fim de obter compatibilidade com documentos recebidos de parceiros e outros órgãos. Todos os desktops da Conab possuem no mínimo uma dessas suítes instaladas.

### 7.3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO OBJETO DESTA CONTRATAÇÃO

- 7.3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico da Nota Técnica 1 (SEI nº 49986900).
- 7.3.2. A solução proposta consiste na aquisição de **1.944 (um mil novecentas e quarenta e quatro) licenças do M365 Apps Enterprise Sub Per User e 100 (cem) licenças do Power BI Pro pelo período de 36 (trinta e seis) meses**, para atender às necessidades diárias dos empregados da Conab, incluindo edição de documentos, planilhas eletrônicas e apresentação.
- 7.3.3. Todo o licenciamento será realizado no modelo de subscrição de software, sendo garantido durante toda a vigência do contrato a disponibilização das versões atualizadas e o suporte do fabricante.
- 7.3.4. Somado a isso, é pertinente destacar que a solicitação dos licenciamentos e/ou dos serviços contemplados nessa contratação se darão totalmente em regime sob demanda, não exigindo o consumo mínimo de nenhum deles.
- 7.3.5. A CONTRATADA deverá prover todo o suporte para comunicação com o fabricante, intermediando os contatos, chamados e demandas junto ao fabricante relacionadas ao licenciamento e operação técnica (durante a execução dos itens 3, 4 e 5).
- 7.3.6. Os itens 3, 4 e 5 objetiva o aumento da capacidade de implantação das soluções no âmbito da Conab, visando utilizar as horas técnicas para a realização de Gestão, treinamento, implantação e aprimoramento das soluções contratadas. A utilização de profissionais especialistas na solução possibilitará com maior assertividade o atendimento dos objetivos pretendidos.
- 7.3.7. Durante a execução desse serviço, solicitado via Ordem de Serviço Específica na qual os resultados e objetivos estarão previamente formalizados, a CONTRATADA executará com equipe técnica especialista na solução, as ações necessárias.
- 7.3.8. O quantitativo de horas por projeto, dependerá da complexidade e amplitude da ação necessária e será definido de maneira conjunta entre CONTRATANTE e CONTRATADA em reunião preliminar a abertura da Ordem de Serviço.
- 7.3.9. As horas contratadas não poderão ser contabilizadas para as etapas preliminares de planejamento, elaboração da documentação técnica e transferência de conhecimento.
- 7.3.10. Caberá à CONTRATADA identificar previamente se há algum recurso que impeça a completa execução do objeto no tempo pretendido e com os recursos disponíveis na Companhia.
- 7.3.11. A descrição completa da solução está detalhada no **ANEXO I - ESPECIFICAÇÃO DA SOLUÇÃO DE TIC**.

### 7.4. DO LOCAL E PRAZOS DE EXECUÇÃO

- 7.4.1. O prazo de entrega do objeto é de até 10 (dez) dias, a contar do 1º dia útil posterior à data de confirmação do recebimento, pelo FORNECEDOR, da nota de empenho, que será enviada por e-mail ou outro meio de contato que tenha sido previamente disponibilizado pelo FORNECEDOR.
- 7.4.2. As licenças deverão ser disponibilizadas preferencialmente de forma digital ou, quando solicitado entregue nas dependências da Conab, unidade Matriz, localizada no SGAS 901 Bloco "A" Lote 69 - Asa Sul, CEP: 70.390-010, Brasília - DF, ou em local a ser indicado por este órgão, como em suas Superintendências Regionais - Suregs, ou Unidades Armazenadoras - UAs, em todos os estados do país, de segunda a sexta-feira, em horário a ser definido pela CONTRATANTE.
- 7.4.3. Os itens, objetos deste Termo de Referência, serão solicitados à CONTRATADA por meio de Ordem Serviço (OS).
- 7.4.4. O plano de Implantação e Configuração deverão ser aprovados pela CONTRATANTE e caso seja encontrado erro e/ou inconsistências na sua formulação, a CONTRATANTE deverá solicitar à CONTRATADA as devidas correções, que deverão ocorrer num prazo máximo de 10 (dez) dias corridos;
- 7.4.5. Aprovando o plano de Implantação e Configuração, a CONTRATANTE poderá emitir as OS para início da implantação da solução.

### 7.5. DO SUPORTE TÉCNICO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS

- 7.5.1. A Contratada deverá prestar o Suporte Técnico e Especializado, pelo período de vigência do contrato e da validade das subscrições, para sanar os problemas relacionados com as soluções e funcionamento pleno das licenças/agentes instaladas nos computadores (endpoints e servidores), bem como pela manutenção da plataforma de console de gerenciamento online.
- 7.5.2. Os serviços de suporte deverão ser corretivos, proativos e consultivos, envolvendo atividades como auxílio na configuração de políticas e administração da solução, instalação de novas versões, patches e hotfixes, análise de dúvidas sobre melhores práticas de configuração, entre outros;
- 7.5.3. A Contratada deverá realizar o suporte técnico on-site ou de maneira remota.
- 7.5.4. Entende-se por Suporte Técnico Remoto as seguintes atividades:
  - 7.5.4.1. Esclarecimento e resolução de quaisquer falhas identificadas;

- 7.5.4.2. Suporte à instalação das licenças/agentes;
- 7.5.4.3. Operacionalização da console de gerenciamento;
- 7.5.4.4. Indisponibilidade do serviço contratados;
- 7.5.4.5. Quaisquer outros suportes correlatos ao serviço contratado;
- 7.5.5. Deverão ser fornecidas obrigatoriamente todas as atualizações de versão que ocorrerem durante toda a vigência das subscrições.
- 7.5.6. A Contratada deve garantir que novas versões de software ou atualizações dos produtos em garantia tenham a perfeita compatibilidade com o ambiente operacional em uso nas instalações do Contratante.
- 7.5.7. Os chamados deverão ser abertos pela Contratante através de canais disponibilizados pela Contratada, sem ônus ao Contratante, respeitando-se os Acordos Mínimos de Serviços;
- 7.5.8. A Contratada deverá manter ferramentas de monitoramento contra incidentes que afetem as soluções contratadas e a console de gerenciamento, independente da abertura de chamados feito pela Contratante, conforme o item anterior;
- 7.5.9. Durante o período contratual, os serviços de suporte técnico remoto serão prestados por técnicos credenciados pela Contratada e devidamente habilitados e certificados nas soluções adquiridas.
- 7.5.10. O suporte técnico será realizado 24 (vinte e quatro) horas por dia, 07 (sete) dias por semana, incluindo feriados, conforme Instrumento de Medição de Resultado.
- 7.5.11. Toda e qualquer despesa decorrente do suporte realizado durante o período contratual do serviço prestado será de responsabilidade da Contratada.
- 7.5.12. As informações sobre os canais de atendimento para abertura dos chamados deverão ser apresentadas à Contratante na reunião inicial, após a assinatura do Contrato.
- 7.5.13. A Contratada deverá providenciar o registro de toda e qualquer solicitação de suporte técnico, independentemente de sua natureza, cabendo à Contratante, o devido acompanhamento.
- 7.5.14. Deverão ser disponibilizados canais de atendimento para abertura dos chamados à Contratante conforme segue:
- 7.5.14.1. Website ou;
- 7.5.14.2. Telefone ou;
- 7.5.14.3. Portal web.
- 7.5.15. O Portal referido deverá estar formatado para a língua portuguesa.
- 7.5.16. O início do Suporte será considerado a partir do chamado registrado e entregue à contratada pelos meios disponibilizados pela mesma.
- 7.5.17. O Suporte deverá ser tratado por técnico especializado e certificado pelo fabricante da solução.
- 7.5.18. Cada chamado deverá conter, no mínimo, o registro das informações abaixo:
- 7.5.18.1. Número único do chamado;
- 7.5.18.2. Data e hora da abertura do chamado;
- 7.5.18.3. Descrição do problema a ser solucionado;
- 7.5.18.4. Data e hora do início do atendimento;
- 7.5.18.5. Data e hora do encerramento do atendimento.
- 7.5.19. Entende-se por resolução do chamado o tempo total desde a abertura do chamado até a solução do problema.
- 7.5.20. Os prazos de atendimento dos chamados deverão observar a severidade de cada chamado, que será informada pela CONTRATANTE, quando da abertura dos chamados, conforme a tabela de Definição de Prioridades abaixo:
- 7.5.21. Definição das Prioridades:

Prioridade	Definição	Tempo Máximo para Resposta Inicial	Tempo Máximo para Solução Definitiva
<b>P1</b>	<b>INCIDENTE CRÍTICO</b> - Incidente que afete gravemente a solução tornando-a indisponível; - Componente crítico da solução integrada está indisponível ou afetando outros serviços críticos causando impacto crítico nas atividades de negócio; - Violações de segurança de dados dos usuários; - Solução integrada causando instabilidade ou problemas de falha no dispositivo do usuário;	1 hora comercial	8 horas
<b>P2</b>	<b>INCIDENTE MAIOR</b> - Incidente que cause impacto significativo no desempenho e na qualidade de parte dos serviços. Apesar de não causar interrupção completa, o serviço em ambiente de produção está funcionando com capacidade fortemente reduzida. - Serviço crítico parcialmente indisponível ou com degradação de tempo de resposta.	2 horas comerciais	12 horas
<b>P3</b>	<b>INCIDENTE MENOR</b>	4 horas comerciais	1 dia útil



	- Incidente que envolva a interrupção parcial não crítica de funcionalidade da solução integrada, com impacto de nível médio a baixo na disponibilidade dos serviços sem o comprometimento de todos os serviços.  - Um componente da solução integrada não crítico não está funcionando corretamente, ou apresenta desempenho degradado, causando impacto moderado.		
<b>P4</b>	<b>INCIDENTE QUE NÃO AFETA O SERVIÇO</b>  - Um componente não crítico da solução integrada não está funcionando corretamente, causando impacto mínimo para os usuários.  - Painel de monitoramento disponibilizado pela contratada apresentando falhas.  - Prevenções corretivas ou atualizações da solução Integrada que não impactem a funcionalidade da solução aos usuários.	8 horas comerciais	2 dias úteis

**Tabela 2** - Definição de prioridades dos chamados.

## 7.6. DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

7.6.1. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do Contrato.

7.6.2. A CONTRATADA deverá executar e entregar os serviços contratados somente quando solicitados pela CONTRATANTE por meio de OS.

7.6.3. A CONTRATADA ao finalizar a execução da OS deverá emitir Termo de Conclusão da OS, comprovando a execução do serviço solicitado.

7.6.4. Caso haja identificação de impropriedades na execução do objeto contratual e/ou irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, estas deverão ser registradas no Termo de Recebimento Provisório, no qual constarão as cláusulas contratuais descumpridas, as medidas a serem adotadas pela CONTRATADA para as respectivas correções e o prazo a ser concedido para a sua regularização não poderá ser superior a 10 (dez) dias úteis contados da emissão do Termo de Recebimento Provisório.

## 8. DA GARANTIA CONTRATUAL

8.1. A Contratada deverá apresentar, no prazo de 30 (trinta) dias corridos após a assinatura do Contrato, prorrogáveis por igual período, comprovante de prestação de garantia correspondente a 5% (cinco por cento), conforme parâmetros do art. 439 do RLC, do valor do Contrato anual, mediante a opção por uma das seguintes modalidades:

- a) Caução em dinheiro;
- b) Seguro-garantia; ou
- c) Fiança bancária.

8.2. A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, assegurará o pagamento de:

- a) Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- b) Prejuízos diretos causados à Conab ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- c) Multas contratuais aplicadas pela Conab à CONTRATADA.

8.3. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.

8.4. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,08% (oito centésimos por cento) do valor do Contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

8.5. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Conab a promover a rescisão do contrato por descumprimento de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 569 do RLC.

8.6. A prestação de garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá ter validade de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato.

8.7. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da CONTRATANTE, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

8.8. No caso de prorrogação da vigência do contrato ou readequação do seu valor em decorrência de reajuste, reequilíbrio econômico-financeiro ou acréscimo ou supressão, a garantia deverá ser renovada ou ajustada à nova situação, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

8.9. No caso de contratação com vigência superior a 12 (doze) meses a garantia deverá ser renovada anualmente, como forma de resguardar os interesses da Conab.

8.10. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a CONTRATADA obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, contados da data em que for notificada.

8.11. A CONTRATANTE executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

8.12. Será considerada extinta a garantia:

- a) com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da CONTRATANTE, mediante termo circunstanciado, de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do contrato;
- b) com a sua total utilização por parte da Conab dentro do prazo de validade previsto no subitem 7.6; ou

c) com a expiração do prazo de validade da garantia previsto no subitem 7.6.

## 9. DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

9.1. Para a execução do ajuste, será adotado o método de trabalho baseado no conceito de delegação de responsabilidade. Esse conceito define a CONTRATANTE como responsável pela gestão do contrato e pela verificação da aderência dos serviços prestados aos padrões de qualidade exigidos e a CONTRATADA como responsável pela prestação dos serviços e gestão dos recursos necessários para o cumprimento do contrato.

9.2. Para cumprimento do contrato, pressupõe-se a existência dos seguintes papéis e responsabilidades:

9.2.1. **Fiscal do contrato:** é o empregado ou a comissão designada pela CONTRATANTE, responsável pelo acompanhamento e pela fiscalização técnica da execução contratual e, ainda, pela verificação dos resultados pretendidos e pelo recebimento provisório do objeto da contratação;

9.2.2. **Preposto:** funcionário representante da CONTRATADA responsável por acompanhar a execução do ajuste e atuar como interlocutor principal com o CONTRATANTE, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder as principais questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento contratual.

9.3. A atividade de gestão e fiscalização do presente contrato deverá ser executada em conformidade com as disposições dos art. 535 a 540 do RLC.

9.4. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste.

9.5. Nos termos dos art. 543 e 544 do RLC será designado fiscal, seu substituto, ou comissão de fiscalização para acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços.

9.6. O Fiscal do contrato deverá exercer a fiscalização da contratação, exigindo o cumprimento de todos os compromissos assumidos pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais, seus anexos e os termos de sua proposta, sobre os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da CONTRATADA.

9.7. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Conab ou de seus agentes e prepostos, em conformidade com o art. 76 da Lei nº 13.303, de 2016.

9.8. A CONTRATADA deverá designar e indicar seu representante legal ou seu preposto, que a representará e se responsabilizará por todos os aspectos funcionais, técnicos e legais, devendo:

a) efetuar o acompanhamento contínuo e periódico da execução do contrato;

b) fornecer e manter atualizados endereço de correspondência da CONTRATADA para recebimento de ofícios, notificações e intimações, bem como endereço de correio eletrônico;

c) zelar pela manutenção, durante a execução do contrato, das condições estabelecidas no instrumento convocatório, nas normas regulamentadoras e na legislação correlata do meio ambiente, segurança e medicina de trabalho, como também da regularidade fiscal, trabalhista, previdenciária e FGTS e do cumprimento das obrigações trabalhistas;

d) zelar pela execução ou fornecimento do objeto contratual em conformidade com as normas técnicas vigentes; e

e) zelar pela plena, total e perfeita execução do objeto contratado.

9.9. Eventuais dúvidas durante o período de vigência contratual deverão ser encaminhadas formalmente pelo preposto à CONTRATANTE.

9.10. Conforme arts. 545 à 548 do RLC, durante a execução contratual, o fiscal deverá monitorar constantemente o nível de qualidade do serviço, observando critérios de qualidade, quantidade, prazo, conformidade com as especificações, devendo intervir para requerer ao fornecedor a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

9.11. Devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

9.12. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pela fiscalização, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

9.13. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

9.14. A fiscalização deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

9.15. A fiscalização, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do art. 510 do RLC.

9.16. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

9.17. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela CONTRATADA ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto no §2º do art. 519 do RLC.

## 10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10.1. São obrigações da Contratante:

a) Nomear Fiscais do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato;

b) Encaminhar formalmente a demanda por meio de Ordem de Serviço ou de Fornecimento de Bens, de acordo com os critérios estabelecidos no Termo de Referência;

c) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

- d) Receber o objeto fornecido pela CONTRATADA que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;
- e) Aplicar à CONTRATADA as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis, comunicando ao órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, quando aplicável;
- f) Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos serviços recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- g) Definir produtividade ou capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC por parte da CONTRATADA, com base em pesquisas de mercado, quando aplicável;
- h) Comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no curso da execução dos serviços, para que sejam reparadas ou corrigidas;
- i) Rejeitar, no todo ou em parte, serviços executados em desacordo com o previsto neste Termo de Referência;
- j) Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, através de empregado ou comissão especialmente designados;
- k) Prever que os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos cuja criação ou alteração seja objeto da relação contratual pertençam à Administração, incluindo a documentação, o código-fonte de aplicações, os modelos de dados e as bases de dados, quando aplicável;
- l) Efetuar o pagamento à CONTRATADA no valor correspondente à prestação de serviços, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos.

10.2. A Conab não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

#### 11. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1. A empresa CONTRATADA deverá respeitar as diretrizes constantes da Política de Segurança da Informação e Política de Proteção de Dados da Conab (disponível em <https://www.conab.gov.br/institucional/normativos/politicas-planos-e-cartas>), obrigando-se a manter sigilo a respeito de quaisquer informações, dados ou outros materiais de propriedade da Conab aos quais tiver acesso em decorrência do objeto da presente contratação.

11.2. Executar o objeto do certame em estreita observância dos ditames estabelecido pela Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD);

11.3. A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes neste Termo, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

- a) Indicar formalmente e por escrito à CONTRATANTE, um preposto idôneo com poderes de decisão para representar a CONTRATADA, principalmente no tocante à eficiência e agilidade da execução do objeto deste Termo de Referência, e que deverá responder pela fiel execução do contrato;
- b) Atender prontamente quaisquer orientações e exigências da equipe de fiscalização do contrato, inerentes à execução do objeto contratual;
- c) Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;
- d) Não cobrar valores adicionais ao valor do contrato, tais como custos de deslocamento, alimentação, transporte, alojamento, trabalho em sábados, domingos, feriados ou em horário noturno, bem como qualquer outro valor adicional;
- e) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12 a 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- f) Substituir, reparar, remover ou corrigir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo estipulado pela fiscalização, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- g) Comunicar à CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que anteceder a data da finalização dos serviços, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- h) Utilizar empregados habilitados, possuindo perfil e conhecimentos adequados dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- i) Apresentar os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;
- j) Apresentar à CONTRATANTE, quando solicitada, a relação nominal dos empregados que adentrarão a Conab para a execução do serviço;
- k) Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à CONTRATANTE;
- l) Atender às solicitações da CONTRATANTE quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;
- m) Instruir seus empregados quanto à obrigatoriedade de acatar as normas internas da Conab;
- n) Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a CONTRATADA comunicar, antecipadamente, e nos casos de imprevistos relatar, imediatamente, à CONTRATANTE, a fim de evitar desvio de função;
- o) Relatar à CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;
- p) Não permitir a utilização de qualquer trabalho de menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho de menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- q) Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- r) Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no Art. 497 do RLC.
- s) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- t) Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela Conab, durante a realização do contrato;
- u) Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

- v) A CONTRATADA obriga-se a garantir a reversibilidade e portabilidade integral de todos os dados custodiados ou processados pela solução tecnológica objeto desta contratação.
- w) Ao final da vigência contratual ou em caso de rescisão antecipada, a CONTRATADA deverá disponibilizar à CONTRATANTE, sem custos adicionais, todos os dados em formatos abertos, estruturados e legíveis por máquina (ex: CSV, JSON, XML), acompanhados do respectivo dicionário de dados e documentação técnica, de modo a permitir a migração para novo fornecedor ou solução interna, em estrita observância ao Art. 5º da Resolução CGPAR nº 29/2022."

12. NÍVEIS MÍNIMOS DE SERVIÇOS EXIGIDOS

12.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Relatório de Execuções de Serviço e o Termo de Recebimento Definitivo disposto nessa seção.

12.2. O INDICADOR DE ATRASO NA ENTREGA (IAE) é descrito na tabela a seguir:

IAE – INDICADOR DE ATRASO NA ENTREGA		
Tópico	Descrição	
Finalidade	Medir o tempo de atraso na entrega dos produtos ou serviços conforme Ordem de Serviço - OS.	
Meta a cumprir	IAE <= 0	A meta definida visa garantir a entrega dos serviços constantes dentro do prazo de 30 dias após emissão da OS.
Instrumento de medição	Ordem de Serviço, Termo de Recebimento Provisório, Termo de Recebimento Definitivo.	
Forma de acompanhamento	A avaliação será feita conforme linha de base do cronograma registrada na OS. Será subtraída a data de entrega dos produtos da OS (desde que o fiscal técnico reconheça aquela data, com registro em Termo de Recebimento Provisório) pela data do recebimento da OS pela contratada. As subscrições feitas sob demanda após a implantação também seguirão este indicador.	
Periodicidade	Para cada OS encerrada mediante Termo de Recebimento Definitivo.	
Mecanismo de Cálculo (métrica)	IAE = TEX - TEST Onde: IAE - Indicador de Atraso na Entrega; TEX - Tempo de Execução – corresponde ao período de execução da OS, da sua data de início até a data de entrega dos serviços da OS. A data de início será aquela constante na OS; caso não esteja explícita, será o primeiro dia útil após a emissão da OS. A data de entrega da OS deverá ser aquela reconhecida pelo fiscal técnico, conforme critérios constantes no Termo de Referência. Para os casos em que o fiscal técnico rejeite a entrega, o prazo de execução da OS continua a correr, findando-se apenas quando a Contratada entregar os produtos da OS e haja aceitação por parte do fiscal técnico; TEST - Tempo Estimado para a execução da OS – constante na OS, conforme estipulado no Termo de Referência	
Observações	Obs1: Serão utilizados dias corridos na medição. Obs2: Os dias com expediente parcial no órgão/entidade serão considerados como dias corridos no cômputo do indicador. Obs3: será aplicável a cada licença e/ou serviço contido na ordem de serviço.	
Início de Vigência	A partir da emissão da OS.	
Faixas de ajuste no pagamento e Sanções	Para valores iguais ou inferiores a 0 (zero) – Pagamento integral da OS; IAE >= 1 e < 30 - Aplicar-se-á glosa de 0,5% por dia de atraso sobre o valor da Ordem de serviço ou fração em atraso. IAE >=30 Aplicar-se-á glosa de 10% sobre o valor da OS ou fração em atraso acrescido de 0,5% por dia de atraso sobre o valor da OS ou fração em atraso limitado em 30% sobre o valor da OS, bem como multa de 0,5% sobre o valor do contrato.	

Tabela 3 - Indicador de Atraso.

12.3. O INDICADOR DE ATENDIMENTO DENTRO DO PRAZO (ICP) é descrito na tabela a seguir:

ICP - INDICADOR DE CHAMADOS ATENDIDOS DENTRO DO PRAZO	
Tópico	Descrição
Finalidade	Assegurar que os chamados de suporte técnico estejam dentro do prazo do início ao fim do atendimento
Meta a cumprir	ICP >= 95%
Instrumento de Medição	Registros da Abertura e Fechamento dos Chamados.
Forma de acompanhamento	Cálculo do prazo de cada solicitação de suporte técnico em relação ao Nível de Serviço.
Periodicidade	Mensal

<b>Mecanismo de Cálculo (métrica)</b>	$ICP = (QAP / QTA) \times 100$ Onde: ICP - Indicador de Chamados atendidos dentro do Prazo; QAP - Quantidade de chamados atendidos dentro do prazo; QTA - Quantidade total de chamados atendidos.
<b>Observações</b>	Obs1: Serão utilizados dias/horas corridos na medição.
<b>Início de Vigência</b>	Do primeiro ao último dia do mês anterior à medição.
<b>Faixas de Ajuste no Pagamento e Sanções</b>	ICP $\geq$ 95%: Pagamento integral da OS; ICP $\geq$ 85% e $<$ 95%: Glosa de 1,5% sobre o valor da OS; ICP $\geq$ 78% e $<$ 85%: Glosa de 3% sobre o valor da OS; ICP $\geq$ 72% e $<$ 78%: Glosa de 5% sobre o valor da OS; ICP $<$ 72%: Será aplicada a multa de 1% sobre o valor do contrato, sem prejuízo da aplicação da glosa anterior.

**Tabela 4** - Indicador de Atendimento.

12.4. O INDICADOR DE DISPONIBILIDADE DE SERVIÇO (IDS) é descrito na tabela a seguir:

IDS – INDICADOR DE DISPONIBILIDADE DE SERVIÇO	
Tópico	Descrição
<b>Finalidade</b>	Assegurar a disponibilidade do serviço durante o período especificado.
<b>Meta a cumprir</b>	IDS $\geq$ 98%
<b>Instrumento de Medição</b>	Deve ser aferido por meio de ferramentas, procedimentos de amostragem ou outros procedimentos de inspeção
<b>Forma de acompanhamento</b>	Relatório de Prestação de Serviço consolidado de Disponibilidade do serviço durante o período.
<b>Periodicidade</b>	Mensal
<b>Mecanismo de Cálculo (métrica)</b>	$IDS = Média (FRP / HTP) \times 100$ Onde: IDS - Indicador de Disponibilidade de Serviço; FRP - Horas totais de funcionamento do serviço no período, descontadas as horas de manutenção preventiva e as horas indisponíveis justificadas; HTP - Horas Totais do Período, descontadas as horas de manutenção preventiva e as horas indisponíveis justificadas.
<b>Observações</b>	Obs1: Serão utilizados dias/horas corridos na medição.
<b>Início de Vigência</b>	Do primeiro ao último dia do mês anterior à medição.
<b>Faixas de Ajuste no Pagamento e Sanções</b>	Glosa de 1% sobre o valor da OS para cada 0,1% abaixo da meta, limitado a 30% sobre o valor da OS. Para valor do IDS abaixo de 95%, aplicar-se-á multa de 5% do valor do contrato.

**Tabela 5** - Indicador de Disponibilidade.

12.5. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

- 12.5.1. não produziu os resultados acordados,
- 12.5.2. deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- 12.5.3. deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

12.6. A utilização dos Níveis Mínimos de Serviços - NMS não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

12.7. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

- 12.7.1. Apresentação do Relatório de Prestação de Serviços pela CONTRATADA.
- 12.7.2. A aferição do Indicador de Atendimento no Prazo, calculando e aplicando as glosas e descontos, caso necessário.
- 12.7.3. A manutenção de todas as condições de habilitação da CONTRATADA.

- 12.7.4. O fiel cumprimento de todas as obrigações descritas neste Termo de Referência, inclusive as de confidencialidade e sigilo.
- 12.7.5. Somente serão faturados os serviços efetivamente prestados, previstos e validados pela equipe de gestão e fiscalização contratual.
- 12.7.6. Durante a vigência do contrato, a CONTRATADA poderá realizar abertura para o de fornecimento adicional ou supressão de licenças, de acordo com a movimentação do seu quadro funcional:
  - 12.7.6.1. Será necessário reportar tal informação a CONTRATADA com no mínimo 24 (vinte e quatro) horas de antecedência.
  - 12.7.6.2. Em caso de aumento no quantitativo de licenças ativadas no decorrer da vigência do contrato e entre as parcelas anuais previstas, deverá ser calculado o valor pro rata trimestral em relação ao valor unitário da licença a partir da data da disponibilização desta até a data da finalização do contrato, para licenças ativadas durante o ano de vigência.

### 13. CONDIÇÕES CONTRATUAIS

#### 13.1. LICENCIAMENTO

- 13.1.1. Esta contratação se baseia no Acordo Corporativo Nº 08/2020 celebrado pela Secretaria de Governo Digital da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia e a Microsoft do Brasil Importação e Comércio de Software e Vídeo Games LTDA. Deve-se considerar a recomendação descrita no Catálogo de Soluções de TIC, conforme informação disponível em: <https://www.gov.br/governodigital/pt-br/contratacoes/catalogo-de-solucoes-de-tic>;
- 13.1.2. Durante o período de validade desta ATA e/ou Contrato e após o primeiro pedido de adesão, qualquer pedido adicional realizado pela própria CONTRATANTE deverá ocorrer de forma proporcional ao tempo restante do contrato, e as licenças adquiridas deverão ser disponibilizadas dentro do contrato EA/EAS aberto através do primeiro pedido de adesão, garantindo assim um único contrato de licenciamento para a CONTRATANTE;

### 14. DO PAGAMENTO

#### 14.1. Dos Licenciamentos

- 14.1.1. O pagamento dos itens 1 e 2 ocorrerão em parcelas anuais no ato da entrega das Licenças solicitadas via OS.
  - a) 1ª parcela até 10 (dez) dias úteis após a emissão do "Termo de Aceite definitivo" após entrega das Licenças e ativação do pacote de benefícios, solicitadas via OS.
  - b) 2ª parcela 12 (doze) meses após a emissão do "Termo de Aceite definitivo" após entrega das Licenças e ativação do pacote de benefícios, solicitadas via OS.
  - c) 3ª parcela 24 (vinte e quatro) meses após a emissão do "Termo de Aceite definitivo" após entrega das Licenças e ativação do pacote de benefícios, solicitadas via OS.
- 14.1.2. Os pagamentos serão efetuados pela CONTRATANTE à CONTRATADA em moeda corrente nacional, mediante a apresentação de notas fiscais devidamente atestadas pela fiscalização;
- 14.1.3. Deverá ser efetuado pagamento no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da apresentação da NF/Fatura;

#### 14.2. Dos Serviços Técnicos

- 14.2.1. Os serviços técnicos do tipo sob demanda, solicitadas via OS, serão pagos após a emissão do Termo de Aceite Provisório e Definitivo, em valor correspondente à quantidade acordada de Unidades de Serviços Técnicos para o serviço;
- 14.2.2. A CONTRATANTE irá pagar à CONTRATADA apenas a quantidade de USTs constante na Ordem de Serviço. Qualquer fator que cause atraso ou prolongamento na duração da execução das atividades, que não tenha sido causado pela mudança no escopo do que foi demandado, não acarretará ônus financeiro para a CONTRATANTE.
- 14.3. A CONTRATANTE deverá analisar os documentos apresentados pela CONTRATADA afim de atestar que os serviços foram efetivamente prestados conforme este Termo de Referência e seus anexos.
- 14.4. Constatadas impropriedades na execução dos serviços contratados, estas serão registradas em relatório emitido pelo fiscal/comissão de fiscalização do contrato e deverá ser realizada a readequação do valor de pagamento. Neste caso, a CONTRATANTE deverá apresentar o relatório para a CONTRATADA, solicitando a nova nota fiscal/fatura com os valores readequados. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a reapresentação do novo documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.
- 14.5. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo empregado ou comissão designada para o seu recebimento, condicionado este ato à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura em relação aos serviços efetivamente prestados, devidamente acompanhada das comprovações mencionadas no artigo 559 do Regulamento de Licitações e Contratos da Conab.
- 14.6. Havendo erro na Nota Fiscal/Fatura ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida à CONTRATADA e o pagamento ficará pendente até que a mesma providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.
- 14.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 14.8. Antes de cada pagamento será realizada consulta ao SICAF e caso o resultado seja desfavorável, será concedido prazo de 05 (cinco) dias úteis ao contratado, prorrogável uma vez por igual período a critério da Conab, para a regularização ou apresentação da sua defesa.
- 14.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Conab deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado pela Conab, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 14.10. Persistindo a irregularidade, a Conab deverá adotar as medidas necessárias à rescisão do contrato, assegurada à CONTRATADA a ampla defesa.
- 14.11. Havendo a efetiva prestação de serviços, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão contratual, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.
- 14.12. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela Diretoria Gestora na Matriz ou pela Superintendência Regional no âmbito da sua competência, não será rescindido o contrato em execução com empresa ou profissional inadimplente no SICAF.
- 14.13. Dos pagamentos devidos à CONTRATADA serão retidos os impostos e contribuições de acordo com a legislação vigente.

14.14. Caso o contratado seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, deverá apresentar, junto à Nota Fiscal/Fatura, a devida declaração, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.

14.15. As eventuais multas impostas ao contratado em decorrência de inadimplência contratual poderão ser descontadas do pagamento devido desde que concluído o procedimento para aplicação de sanções.

14.16. Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Conab, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação da seguinte fórmula:

**EM = I x N x VP**, onde:  
**EM** = Encargos Moratórios devidos;  
**I**= Índice de compensação financeira = 0,00016438, computado com base na fórmula  $I = [(TX/100)/365]$ ;  
**N** = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; e  
**VP** = Valor da prestação em atraso.

15. **DO REAJUSTE**

15.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da CONTRATADA, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o Índice de Custos de Tecnologia da Informação - ICTI, mantido pela Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

15.2. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data da proposta.

15.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

15.4. Serão objeto de preclusão os reajustes a que a CONTRATADA fizer jus durante a vigência do contrato e que não forem solicitados até o implemento dos seguintes eventos:

- a) assinatura do termo aditivo de prorrogação contratual;
- b) data em que o contrato completa 12 (doze) meses, 24 (vinte e quatro) meses e assim sucessivamente; ou
- c) encerramento do contrato.

15.5. Caso na data da prorrogação contratual ou na data em que o contrato completar 12 (doze) meses, 24 (vinte e quatro) meses e assim sucessivamente, ainda não tenha sido divulgada a variação do índice no período, ou ainda não tenha sido possível a Conab ou a CONTRATADA proceder aos cálculos devidos, ficará resguardado o direito ao futuro reajuste, mediante cláusula a ser inserida no termo aditivo nos casos de contratos sujeitos a prorrogação de vigência, ou apostilamento previamente autorizado pela autoridade competente nos demais casos.

15.6. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s). Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

15.7. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

15.8. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

15.9. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

15.10. O reajuste será realizado por apostilamento.

16. **DA SUBCONTRATAÇÃO**

16.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

17. **DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

17.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos no edital; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Conab à continuidade do contrato.

18. **MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO**

18.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

- 18.1.1. A vigência do contrato dará início na sua assinatura.
- 18.1.2. O início da execução do objeto na emissão da Ordem de Serviço.
- 18.1.3. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho:
- 18.1.4. Cronograma de realização dos serviços:

ETAPA	DESCRIÇÃO	PRAZO DE INÍCIO	PRAZO DE FINALIZAÇÃO
-------	-----------	-----------------	----------------------

1	Início da execução contratual	Emissão da Ordem de Serviço	0 (zero) dias
2	Reunião Inicial	Data da Assinatura do Contrato	Até 10 dias úteis da Emissão da Ordem de Serviço
3	Emissão da Ordem de Serviço	A critério da administração	Sob demanda
4	Fornecimento de Licenças	Na ausência de informação na ordem de serviço o prazo para entrega das licenças será de 15 dias, prorrogáveis em caso de apresentação de justificativa da CONTRATADA e aceite da CONTRATANTE.	
5	Execução dos Serviços dos itens 3, 4 e 5	Em até 5 dias da Abertura da OS	Até o prazo estipulado na Ordem de Serviço
6	Emissão do Termo de Recebimento Provisório (TRP)	Após conclusão da Etapa 4 ou 5	10 dias úteis
7	Emissão do Termo de Recebimento Definitivo (TRD)	Após conclusão da Etapa 6	5 dias úteis
8	Garantia e Suporte Técnico	Após Conclusão da Etapa 7	Encerramento do Contrato

**Tabela 6** - Cronograma de serviços.

## 18.2. REUNIÃO INICIAL

- 18.2.1. Após a assinatura do contrato, será realizada a reunião inicial, convocada pelo fiscal/comissão de fiscalização do contrato, com a participação dos representantes da CONTRATADA e dos demais interessados, cuja pauta observará, pelo menos:
- 18.2.1.1. Pontos relativos a questões operacionais, administrativas e de gestão do contrato afim de nivelar os entendimentos acerca das condições estabelecidas no contrato, Termo de Referência e seus Anexos;
  - 18.2.1.2. Elaboração do Plano (projeto) de Implantação e Configuração da solução contratada que deve constar todas as atividades necessárias para implantação da solução, com cronograma, prazos e seus respectivos responsáveis, e ainda:
    - I - informações levantadas do ambiente da Conab;
    - II - descrição detalhada das novas configurações que devem ser realizadas no ambiente da Conab;
    - III - Criação de contas de usuários diretamente no ambiente Microsoft, utilizando Microsoft Graph API e PowerShell SDK;
    - IV - Com relação ao Power BI, como a Conab já tem Power BI hoje em um tenant específico, nada será apagado ou recriado com a aquisição das novas licenças. Os workspaces, relatórios, dashboards e datasets permanecem intactos desde que as licenças sejam atribuídas no mesmo tenant.
    - V - descrição da coleta de evidências do correto funcionamento da solução;
    - VI - descrição do plano de *Rollback* - desfazimento da infraestrutura de serviços contratada e retorno à original, de modo a devolver à Companhia controle total das soluções de escritório e comunicação empregadas anteriormente à contratação da Suíte em discussão.
  - 18.2.1.3. A reunião realizar-se-á preferencialmente na sede da CONTRATANTE, e caso seja de seu interesse, poderá ser realizada por meio de videoconferência e será realizada em até 15 (quinze) dias úteis após assinatura do contrato;
  - 18.2.1.4. Ao final deverá ser produzida, pela CONTRATANTE, ata de reunião, que consignará todos os assuntos tratados e que deverá ser assinada, na ocasião, por todos os participantes;
  - 18.2.1.5. Apresentação do preposto da CONTRATADA;
  - 18.2.1.6. Entrega, por parte da CONTRATADA, do **TERMO DE COMPROMISSO**, conforme modelo constante do **ANEXO IV**, contendo declaração de manutenção de sigilo e respeito às normas de segurança vigentes na entidade, a ser assinado pelo representante legal da CONTRATADA; e **TERMO DE CIÊNCIA**, conforme modelo constante do **ANEXO V**, a ser assinado por todos os empregados da CONTRATADA diretamente envolvidos na contratação.

## 18.3. ENCAMINHAMENTO FORMAL DE DEMANDAS

- 18.3.1. O encaminhamento formal de demandas, a cargo do fiscal do contrato, ocorrerá por meio de OS, conforme modelo constante do **ANEXO VI** deste **Termo de Referência**.

## 19. PROCEDIMENTOS DE TRANSIÇÃO E FINALIZAÇÃO DO CONTRATO

- 19.1. A solução contratada deve possibilitar, a qualquer momento, a migração de dados para outro ambiente de nuvem ou de volta à infraestrutura local da CONTRATANTE.
- 19.2. Ao término do contrato, a CONTRATADA deve disponibilizar todos os dados e contas da Conab, em formato compatíveis aos de mercado, para que elas sejam migradas para ambiente local da Conab ou de outro fabricante, prestando apoio técnico necessário e garantindo que os dados e contas estarão disponíveis para migração, por um período de, no mínimo, 180 (cento e oitenta dias) após o término do contrato, sem custo adicional para a Conab.
- 19.3. A solução contratada deve estar disponível (acessível aos usuários da Conab) por um período mínimo de 60 (sessenta) dias após o término do contrato de modo a garantir a continuidade do negócio, sem ônus para a Conab.



20. **DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E PROCEDIMENTOS PARA RETENÇÃO OU GLOSA NO PAGAMENTO**

20.1. A CONTRATADA, em caso de inadimplemento de suas obrigações, garantido o contraditório e a ampla defesa anteriormente à sua aplicação definitiva, ficará sujeita às seguintes sanções previstas no RLC e na Lei nº 13.303, de 2016:

- a) advertência;
- b) multa moratória;
- c) multa compensatória;
- d) multa rescisória, para os casos de rescisão unilateral, por descumprimento contratual;
- e) suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a Conab, por até 2 (dois) anos.

20.2. As sanções previstas nos incisos “a” e “e” poderão ser aplicadas com as dos incisos “b”, “c” e “d”.

20.3. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações elencadas nos artigos 576 a 580 do RLC ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às sanções previstas neste item.

20.4. A CONTRATADA que cometer qualquer das infrações elencadas no artigo 576 a 580 do RLC, dentre outras apuradas pela fiscalização do contrato durante a sua execução, ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às sanções previstas neste item.

20.5. A aplicação das penalidades previstas neste título realizar-se-á no processo administrativo da contratação assegurado a ampla defesa e o contraditório à CONTRATADA, observando-se as regras previstas no RLC.

20.6. A aplicação de sanção administrativa e o seu cumprimento não eximem o infrator da obrigação de corrigir as irregularidades que deram origem à sanção.

20.7. **DA SANÇÃO DE ADVERTÊNCIA:**

20.7.1. A sanção de advertência é cabível sempre que o ato praticado não seja suficiente para acarretar prejuízo à Conab, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente, ou a terceiros.

20.7.2. A aplicação da sanção do subitem anterior importa na comunicação da advertência à CONTRATADA, devendo ocorrer o seu registro junto ao SICAF, respeitado o disposto no item 17.

20.8. **DA SANÇÃO DE MULTA**

20.8.1. A multa poderá ser aplicada nos seguintes casos:

- a) em decorrência da não regularização da documentação de habilitação, nos termos do art. 43, § 1º da Lei Complementar nº 123, de 2006, deverá ser aplicada multa correspondente a 5% (cinco por cento) sobre o valor estimado para a licitação em questão;
- b) em decorrência da prática por parte do licitante/adjudicatário/contratado das condutas elencadas nos artigos 576 e 580 do RLC, deverá ser aplicada multa correspondente a 5% (cinco por cento) sobre o valor estimado para a licitação em questão;
- c) pela recusa em assinar o Contrato dentro do prazo estabelecido pelo instrumento convocatório, deverá ser aplicada multa correspondente a 5% (cinco por cento) sobre o valor homologado para a licitação em questão;
- d) multa moratória por atraso injustificado na entrega da garantia contratual de 0,08% (oito centésimos por cento) do valor do Contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento);
- e) multa moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado na entrega sobre o valor da parcela não executada, até o décimo dia de atraso;
- f) multa moratória de 2% (dois por cento) por dia de atraso injustificado na entrega sobre o valor da parcela não executada, do décimo primeiro dia de atraso na entrega até o limite do décimo quinto dia;
  - f.1) Esgotado o prazo limite a que se refere a alínea anterior e a critério da Conab, poderá ocorrer a não aceitação do objeto, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.
- g) multa compensatória no percentual de 5 % (cinco por cento) sobre o valor da parcela não executada, no caso de inexecução parcial do contrato;
- h) multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do contrato;
- i) multa rescisória de 12% (doze por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de rescisão contratual unilateral do contrato;
- j) glosas e ajustes advindos dos Níveis Mínimos de Serviços - NMS item 12., conforme definido nos indicadores constantes do subitens 12.2, 12.3 e 12.4, no caso de serviço prestado sem o atendimento dos níveis mínimos de serviço estabelecidos.

20.8.2. As multas moratória, compensatória e rescisória possuem fatos geradores distintos. Se forem aplicadas duas multas sobre o mesmo fato gerador, configurará repetição da sanção (*bis in idem*).

20.8.3. A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada da garantia do respectivo contratado. Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Conab ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

20.8.4. A aplicação da sanção de multa deverá ser registrada no SICAF.

20.9. **DA SANÇÃO DE SUSPENSÃO**

20.9.1. Cabe a sanção de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a Conab em razão de ação ou omissão capaz de causar, ou que tenha causado, prejuízo à Conab, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente ou, ainda, em decorrência de determinação legal.

20.9.2. A aplicação da sanção de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a Conab, por até 02 (dois) anos, será aplicada de acordo com os arts. 579 a 580 do RLC e registrada no SICAF e no Cadastro de Empresas Inidôneas - CEIS de que trata o art. 23 da Lei nº 12.846, de 2013.

- 20.9.3. Em decorrência da prática por parte do licitante/adjudicatário das condutas elencadas nos artigos 576 e 580 do RLC, poderá ser aplicada a sanção de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a Conab.
- 20.9.4. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.
21. **DA RESCISÃO CONTRATUAL**
- 21.1. A inexecução total do contrato ensejará a sua rescisão, enquanto a inexecução parcial poderá ensejar a sua rescisão, com as consequências cabíveis, conforme disposto nos arts. 568 a 572 do RLC.
- 21.2. A rescisão poderá ser:
- a) por ato unilateral e escrito da Conab;
  - b) amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo de contratação, desde que haja conveniência para a Conab; e
  - c) judicial, por determinação judicial.
- 21.2.1. A rescisão amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.
- 21.2.2. A rescisão amigável não será cabível nos casos em que forem constatados descumprimentos contratuais sem apuração de responsabilidade iniciada ou com apuração ainda em curso.
- 21.2.3. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa, conforme procedimento previsto nos arts. 582 a 593 do RLC.
- 21.3. A rescisão por ato unilateral da Conab acarreta as seguintes consequências, sem prejuízo das sanções previstas neste Termo de Referência:
- a) assunção imediata do objeto contratado, pela Conab, no estado e local em que se encontrar;
  - b) execução da garantia contratual, quando houver, para ressarcimento pelos eventuais prejuízos sofridos pela Conab; e
  - c) na hipótese de insuficiência da garantia contratual, quando houver, a retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Conab.
- 21.4. A rescisão deverá ser formalizada por termo de rescisão unilateral ou distrato, no caso de rescisão amigável, devendo o respectivo extrato ser publicado no Diário Oficial da União.
- 21.5. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido
- a) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos
  - b) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
  - c) Indenizações e multas.
22. **DA VEDAÇÃO AO NEPOTISMO**
- 22.1. Conforme disposto no parágrafo único do art. 12 do RLC e do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010, fica vedada a contratação:
- a) de empregado ou dirigente da Conab como pessoa física;
  - b) a quem tenha relação de parentesco, até o terceiro grau civil, com autoridade do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; dirigente da Conab ou empregado da Conab cujas atribuições envolvam a atuação na área responsável pela licitação e contratação;
  - c) de empresa cujo proprietário, mesmo na condição de sócio, tenha terminado o seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com a Conab há pelo menos (06) seis meses;
  - d) de empresas cujos administradores ou sócios tenham relação de parentesco, em linha reta ou colateral por consanguinidade ou afinidade até o terceiro grau, com agente público que exerça cargo em comissão ou função de confiança na Conab, incluindo neste parentesco, cônjuge ou companheiro.
23. **DA SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL**
- 23.1. Compete à CONTRATADA, no que couber, atender os critérios de sustentabilidade ambiental previstos no art. 10 do RLC.
- 23.2. A contratação deverá atender a critérios de sustentabilidade ambiental que a legislação determinar, no que couber. Tendo em vista tratar-se de serviço de licenciamento de software, não se identificam impactos ambientais diretos passíveis de mitigação física pelo contratado local.
24. **DA MATRIZ DE RISCOS E RESPONSABILIDADES**
- 24.1. A Matriz de Riscos é a cláusula contratual definidora dos riscos e das responsabilidades entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA e caracterizadora do equilíbrio econômico financeiro na execução do Contrato, em termos de ônus financeiros decorrentes de eventos supervenientes à contratação.
- 24.2. A CONTRATADA é integral e exclusivamente responsável por todos os riscos e responsabilidades relacionados ao objeto do ajuste, conforme hipóteses não-exaustivas elencadas na Matriz de Riscos.
- 24.3. A CONTRATADA não é responsável pelos riscos e responsabilidades relacionados ao objeto do ajuste quando estes competirem à CONTRATANTE, conforme estabelecido na Matriz de Riscos.
25. **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

- 25.1. Integram este Termo de Referência os seguintes Anexos:
- a) **ANEXO I** - Especificação da solução de TIC;
  - b) **ANEXO II** - Matriz de Riscos;
  - c) **ANEXO III** - Modelo de apresentação de Proposta;
  - d) **ANEXO IV** - Termo de Compromisso;
  - e) **ANEXO V** - Termo de Ciência;
  - f) **ANEXO VI** - Ordem de Serviço ou Fornecimento de Bens - OS/OFB

**Elaborado por:**

<ORIGINAL ASSINADO>

**Lúcio de Sousa Marques**

Gerência de Suporte Técnico - GESUT

Gerente Substituto

Nos termos do art. 131 do Regulamento de Licitações e Contratos da Conab, aprovo o presente Termo de Referência e seus ANEXOS em todo o seu teor, tendo em vista a coerência das justificativas e dos objetivos apresentados em relação à contratação em apreço.

<ORIGINAL ASSINADO>

**César Luiz Floriano Fontinele**

Superintendência de Tecnologia da Informação - SUTIN

Superintendente Substituto

**ANEXO I - ESPECIFICAÇÃO DA SOLUÇÃO DE TIC.**

**1. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS**

**1.1. Item 1 - Microsoft 365 Apps for Enterprise (Sub Per User) - PART NUMBER 3JJ-00003**

**1.1.1. Aplicativos Desktop Inclusos**

- 1.1.1.1. Word, Excel, PowerPoint, Outlook e OneNote, em suas versões completas, sempre atualizadas;
- 1.1.1.2. Publisher e Access disponíveis exclusivamente para a versão Windows;
- 1.1.1.3. Todos os aplicativos devem permitir o uso offline com sincronização automática de alterações quando reconectados à internet.
- 1.1.1.4. Permitir trabalho colaborativo em tempo real com usuários do domínio e usuários de fora do domínio.
- 1.1.1.5. Capacidade de colaboração em tempo real, com controle de versão/histórico de revisão das alterações realizadas, permitindo visualizar e restaurar versões já salvas.
- 1.1.1.6. Capacidade de definir permissão de acesso (leitura e escrita ou somente leitura) para os usuários que estão trabalhando em colaboração nos documentos.

**1.1.2. Instalação e Ativação**

- 1.1.2.1. Permitir a instalação em até 5 computadores (PCs ou Macs), 5 tablets e 5 dispositivos móveis por usuário licenciado;
- 1.1.2.2. A ativação deverá ser feita por meio das credenciais corporativas do Microsoft Entra ID (Azure AD);
- 1.1.2.3. A licença deve permanecer ativa enquanto vigente a assinatura, entrando em modo somente leitura após expiração.

**1.1.3. Atualizações e Manutenção**

- 1.1.3.1. Os aplicativos deverão ser atualizados automaticamente, garantindo acesso contínuo às versões mais recentes;
- 1.1.3.2. A política de atualização poderá seguir o canal CurrentChannel ou outro definido pela CONTRATANTE;
- 1.1.3.3. As atualizações de segurança e correções críticas deverão ser distribuídas automaticamente via Microsoft Update.

**1.1.4. Gerenciamento e Distribuição**

- 1.1.4.1. Suportar gerenciamento via Microsoft Intune e Microsoft Endpoint Configuration Manager (SCCM);
- 1.1.4.2. Permitir controle de versões, políticas de atualização e desinstalação remota;
- 1.1.4.3. Permitir configuração de diretivas de instalação silenciosa (modo enterprise);
- 1.1.4.4. Suportar autenticação moderna (ModernAuthentication) e gerenciamento por grupos do Entra ID.

1.1.5. **Compatibilidade Multiplataforma**

- 1.1.5.1. Compatível com Windows 10, Windows 11 e macOS (versões suportadas oficialmente);
- 1.1.5.2. Aplicativos móveis compatíveis com iOS e Android;
- 1.1.5.3. Sincronização de configurações e preferências entre dispositivos.

1.1.6. **Segurança e Conformidade**

- 1.1.6.1. Suporte a autenticação multifator (MFA), dentro das capacidades oferecidas pelo M365 Apps.
- 1.1.6.2. A empresa CONTRATADA deverá respeitar as diretrizes constantes na **Política de Segurança da Informação e Política de Proteção de Dados** da Conab (disponível em <https://www.conab.gov.br/institucional/normativos/politicas-planos-e-cartas>), obrigando-se a manter sigilo a respeito de quaisquer informações, dados ou outros materiais de propriedade da Conab aos quais tiver acesso em decorrência do objeto da presente contratação.
- 1.1.6.3. A CONTRATADA deverá assegurar que os dados, metadados, informações e conhecimento produzidos ou custodiados pela CONTRATANTE, bem como suas cópias de segurança, residam em território brasileiro, conforme art. 18 da IN nº 05, de 30 de agosto de 2021.
- 1.1.6.4. Os dados e informações sob custódia da CONTRATADA serão tratadas como dados e informações sigilosas, não podendo ser usadas ou fornecidas a terceiros sob nenhuma hipótese.

1.1.7. **Suporte e Disponibilidade**

- 1.1.7.1. Suporte técnico e documentação oficial disponíveis 24x7 via portal Microsoft 365;
- 1.1.7.2. Garantia de disponibilidade mínima conforme SLA do Microsoft Online Services Agreement (≥ 99,9%);
- 1.1.7.3. A CONTRATADA deverá assegurar que todas as licenças sejam legítimas e atribuídas ao tenant da CONTRATANTE.
- 1.1.7.4. A solução contratada deverá possuir uma arquitetura resiliente e redundante, proporcionando alta disponibilidade e continuidade da prestação dos serviços.
- 1.1.7.5. Para o cômputo das eventuais indisponibilidades, serão considerados os intervalos de tempo decorridos entre a queda e o restabelecimento do serviço.
- 1.1.7.6. As interrupções cuja causa seja de responsabilidade da Conab não serão computadas, desde que comprovadas por meio de análise de causa-raiz.
- 1.1.7.7. As interrupções previamente programadas pela CONTRATADA serão consideradas para o cômputo do período de indisponibilidade e deverão ser comunicadas com antecedência mínima de 7 dias.

1.2. **Criação, Configuração e Gestão das licenças**

- 1.2.1. A CONTRATADA deverá planejar, configurar e entregar a solução de sincronização e gestão de identidades, contemplando:
  - 1.2.1.1. Automatizar a criação de contas de usuários diretamente no Microsoft Entra ID, utilizando Microsoft Graph API e PowerShell SDK;
  - 1.2.1.2. Redefinir senhas;
  - 1.2.1.3. Atribuição de licenças Microsoft 365 Apps for Enterprise de forma automatizada, com logs de controle;
  - 1.2.1.4. Implantação de políticas de segurança e autenticação (MFA, dentro das capacidades oferecidas pelo M365 Apps);
  - 1.2.1.5. Implementação de mecanismos de auditoria e rastreabilidade de alterações;
  - 1.2.1.6. Entrega de documentação técnica e scripts comentados;
  - 1.2.1.7. Transferência de conhecimento técnico à equipe da CONTRATANTE.

2. **ITEM 2 - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO POWER BI PRO**

2.1. **Recursos do Sistema**

2.1.1. **Software**

- 2.1.1.1. Quanto ao Power BI, ressaltamos que a nova contratada deverá garantir a continuidade total do ambiente atual. Como a Conab já possui estrutura em um tenant específico, a transição para as novas licenças — que ocorrerá em setembro — não deve implicar na exclusão ou recriação de ativos. É obrigação da contratada assegurar que todos os workspaces, relatórios, dashboards e datasets permaneçam intactos, realizando apenas a atribuição das novas licenças no mesmo ambiente.

- 2.1.1.2. A ferramenta deve possuir a capacidade de inteligência de negócio de auto atendimento(“self-service BI”) e características de ferramenta de terceira geração de BI . Na qual o usuários de negócio tenha a possibilidade de construir suas análises e relatórios.
- 2.1.1.3. A solução de Business Intelligence deverá ser fornecida por meio da modalidade software como serviço na nuvem (Software as a Service –SaaS). A escolha deste tipo de solução se justifica pois reduz custos pelo fato de não exigir a alocação de hardware na infraestrutura própria de TI.
- 2.1.1.4. O software deve compreender um conjunto de funcionalidades como: painéis interativos, análises sob demanda, colaboração ativa (compartilhamento de uso, seção de acesso), geração de relatórios e gráficos com acesso através de dispositivos móveis, dentre outras funcionalidades.
- 2.1.1.5. O software deve possibilitar a sincronização da base de dados com os dashboards de forma automática.
- 2.1.1.6. Caso a solução contratada necessite de instalação de um ou mais componentes na rede da companhia, estes deverão ser totalmente operacional no Windows 7 ou superior;
- 2.1.1.7. Os softwares que compõem a solução devem garantir disponibilidade diária de no mínimo 99%.
- 2.1.1.8. As informações sob custódia do fornecedor serão tratadas como informações sigilosas, não podendo ser usadas por este fornecedor ou fornecidas a terceiros, sob nenhuma hipótese, sem autorização formal do contratante.
- 2.1.1.9. Os softwares que compõem a solução devem ser compatíveis com diversos SGBDs (obrigatoriamente PostgreSQL, a partir da versão 11) para armazenar os metadados e informações de controle das aplicações desenvolvidas ou utilizar solução própria de armazenamento de dados, desde que permitam total acesso a base aos usuários desenvolvedores.
- 2.1.1.10. Os softwares que compõem a solução devem ser compatíveis com os seguintes navegadores: Mozilla Firefox 60.0 ou superior; e Google Chrome 66.0 ou superior;
- 2.1.1.11. A solução deve ser compatível com os seguintes sistemas operacionais: iOS 9.0 ou posterior; Android 6.0 e superior;
- 2.1.1.12. A solução deve permitir a criação de usuários com no mínimo os seguintes perfis:
- 2.1.1.13. Administradores da solução;
- 2.1.1.14. Desenvolvedores contemplando todas as funcionalidades da solução;
- 2.1.1.15. A solução deve permitir a publicação, em ambiente WEB, dos relatórios ou painéis produzidos. Sendo que a consulta a tais publicações poderão ser realizadas sem a necessidade de autenticação, sem a necessidade de aquisição de licenças adicionais e sem restrições quanto ao número de acessos simultâneos. Este requisito torna-se obrigatório devido aos anseios da Companhia em relação à disponibilização dos dados para o público externo, como é o caso do Portal de Informações Agropecuárias, já disponibilizado no sítio da Conab.
- 2.1.1.16. A solução deve permitir a publicação de gráficos e relatórios por meio da inserção do conteúdo em páginas html utilizando códigos de inserção/compartilhamento.

#### 2.1.2. **Modelagem de dados**

- 2.1.2.1. A Solução de BI deve permitir mapeamento de diversas estruturas de modelos de dados, como ROLAP (Relacional OLAP) e MOLAP (Multidimensional OLAP) ou análise associativa de dados oferecendo desta forma flexibilidade para diferentes abordagens de implementação física de data-marts;
- 2.1.2.2. A solução de BI deve disponibilizar ao usuário modelo de dados com linguagem de negócio de forma que o usuário de negócio não precise possuir conceitos técnicos como: chaves primárias, chaves estrangeiras e cardinalidade, para construir suas pesquisas sem que os mesmos possuam conhecimento da linguagem SQL;

#### 2.1.3. **Segurança, Administração e Monitoramento**

- 2.1.3.1. A solução de BI deve permitir controle da segurança centralizado através de navegador Web, para atribuição de privilégios em níveis e perfis de usuários, grupos e projetos;
- 2.1.3.2. Controle de acesso às informações disponibilizadas pelo sistema, apenas por usuários autorizados;
- 2.1.3.3. O fornecimento do software como serviço deverá atender aos requisitos legais da Lei Geral de Proteção de Dados - Lei 13.709/2018, naquilo que couber;
- 2.1.3.4. A CONTRATADA deverá garantir a confidencialidade dos dados por meio do Termo de Confidencialidade;
- 2.1.3.5. A CONTRATADA deverá ser parceira oficial Microsoft, apresentando certificado vigente;
- 2.1.3.6. A CONTRATADA deverá garantir a continuidade do serviço, disponibilizando as licenças no domínio indicado pela Conab.

#### 2.1.4. **Portal de BI**

- 2.1.4.1. O portal de BI deve ser uma solução Web integrada que permita aos usuários ver e trabalhar com os conteúdos disponíveis na solução, tais como: Consultas, Relatórios, Dashboards;
- 2.1.4.2. Possuir interface com todas as funcionalidades do usuário final em ambiente web ;
- 2.1.4.3. Possuir área de conteúdo pessoal, onde somente o usuário tenha acesso;
- 2.1.4.4. Permitir a criação de novos relatórios, consultas e análises personalizadas no próprio portal;
- 2.1.4.5. Permitir a personalização dos relatórios com imagens de fundo, imagens da organização, criação de novos links, alterações de cores e etc.

#### 2.1.5. **Relatórios e Painéis**

- 2.1.5.1. O software deve permitir que durante a criação de relatórios o usuário possa editar fórmulas para colunas, sendo que esta fórmula apenas existirá para aquele relatório sem alterar as características ou conteúdo da coluna;

- 2.1.5.2. O software deve permitir a personalização dos cabeçalhos/títulos das colunas de uma tabela, bem como a regra de agregação das colunas de totais;
- 2.1.5.3. O software deve permitir que em um único relatório, sejam apresentados simultaneamente diferentes tipos de visualização como, por exemplo, um relatório para a mesma informação apresentar uma tabela, um gráfico de pizza, um gráfico de barras e um gráfico de área apresentado de forma simultânea;
- 2.1.5.4. O software deve possibilitar que o usuário final se utilize de um modelo de ‘clicar e arrastar’ para construir suas consultas aos bancos de dados, neste modelo o usuário deve poder construir filtros e restrições de forma automatizada sem necessidade de qualquer tipo de codificação;
- 2.1.5.5. O software deve disponibilizar uma biblioteca de funções lógicas, de conversão, atemáticas, analíticas, estatísticas, cadeias de caracteres e outras para serem utilizadas na confecção de análises pelos usuários de negócios;
- 2.1.5.6. O software deve disponibilizar funções estatísticas descritivas como soma, média, contagem, contagem distinta, máximo e mínimo;
- 2.1.5.7. O software deve permitir que sejam construídos filtros permitindo a seleção de um ou mais valores nos painéis e relatórios que simplificam o processo de análise dos gestores;
- 2.1.5.8. O software deve possuir funções de análise dimensional permitindo detalhamento das informações, bem como pivoteamento das colunas para melhor visualização da informação;
- 2.1.5.9. O software deverá permitir formatar visualizações georreferenciadas;
- 2.1.5.10. O software deverá permitir detalhamento das informações georreferenciadas através de cliques de mouse sobre uma determinada área que pode representar, um armazém da CONAB, cidade, micro-região, macro-região, estado, região ou país;
- 2.1.5.11. O software deve gerar os relatórios, bem como os painéis para que sejam disponibilizados também para dispositivos móveis do tipo tablet e celulares, sem a necessidade de um novo desenvolvimento de painéis ou de relatórios específicos para este fim

### 3. ITEM 3 - CRIAÇÃO, CONFIGURAÇÃO E GESTÃO DAS CONTAS NO AMBIENTE MICROSOFT.

#### 3.1. A CONTRATADA deverá planejar, configurar e entregar a solução e gestão de identidades - Sob demanda

- 3.1.1. Criação de contas de usuários diretamente no Microsoft Entra ID, utilizando Microsoft Graph API e PowerShell SDK;
- 3.1.2. Atribuição de licenças Microsoft 365 Apps for Enterprise de forma automatizada, com logs de controle;
- 3.1.3. Implantação de políticas de segurança e autenticação (MFA, dentro das capacidades oferecidas pelo M365 Apps);
- 3.1.4. Implementação de mecanismos de auditoria e rastreabilidade de alterações;
- 3.1.5. Entrega de documentação técnica e scripts comentados;
- 3.1.6. Transferência de conhecimento técnico à equipe da CONTRATANTE;
- 3.1.7. O modelo de identidade a ser implantado será Cloud-Only, conforme recomendação técnica oficial da Microsoft, não sendo prevista a integração híbrida com LDAP/Samba;
- 3.1.8. A CONTRATADA deverá observar integralmente a documentação oficial da Microsoft, especialmente no que se refere às APIs e métodos de criação, licenciamento e governança de usuários.

#### 3.2. A CONTRATADA deverá executar, no mínimo, as seguintes atividades:

- 3.2.1. Levantamento técnico inicial;
- 3.2.2. Reunião de alinhamento técnico e validação do ambiente da CONTRATANTE;
- 3.2.3. Identificação das fontes de dados (planilhas, exportações LDAP ou bases internas) contendo os usuários a serem licenciados;
- 3.2.4. Validação de permissões administrativas e acesso ao tenant Microsoft 365.
- 3.2.5. Elaboração dos scripts PowerShell e/ou Python para criação, atribuição de licença e desativação de contas via Microsoft Graph API;
- 3.2.6. Parametrização de logs de execução e relatórios de auditoria;
- 3.2.7. Implementação de políticas de segurança e governança em conformidade com as diretrizes do Microsoft Entra ID.

#### 3.3. Implantação e Testes

- 3.3.1. Execução controlada em ambiente piloto;
- 3.3.2. Validação funcional do processo de criação e exclusão de usuários;
- 3.3.3. Apresentação de relatório técnico de testes e plano de mitigação de falhas.

#### 3.4. Documentação e Entregáveis

- 3.4.1. Entrega do Plano de Projeto em até 5 dias úteis após a reunião inicial;
- 3.4.2. Entrega dos scripts e documentação técnica devidamente comentados;
- 3.4.3. Entrega de relatório final de execução contendo métricas e logs de auditoria.

3.5. **Acompanhamento e Suporte**

- 3.5.1. Garantir o funcionamento pleno da configuração e automação por 90 dias após o aceite definitivo;
- 3.5.2. Prestar suporte técnico remoto durante o período de garantia contratual.

3.6. **O ambiente deverá ser configurado de forma a permitir:**

- 3.6.1. Criação e gerenciamento de usuários via Microsoft Graph API (createUser e assignLicense);
- 3.6.2. Autenticação via OAuth 2.0 App Registration;
- 3.6.3. Adoção de políticas de acesso condicional e MFA nativos do Entra ID, conforme recursos licenciados;
- 3.6.4. Permitir a criação de relatórios de auditoria via GraphAudit Logs API;
- 3.6.5. Suporte de no mínimo 2.000 usuários em operação simultânea;
- 3.6.6. Operação sem dependência de Active Directory local ou Windows Server.

3.7. **Critérios de Aceitação**

- 3.7.1. Criação e atribuição de licenças automáticas com sucesso  $\geq 99\%$ ;
- 3.7.2. Log completo das ações de provisionamento e desprovisionamento;
- 3.7.3. Scripts validados e documentados;
- 3.7.4. Ambiente em operação estável por no mínimo 30 dias consecutivos;
- 3.7.5. Aceite formal emitido pela CONTRATANTE após validação técnica e funcional.

4. **ITEM 4 - TRANSFERÊNCIA DE CONHECIMENTO E TREINAMENTO**

4.1. **Transferência de Conhecimento - Sob demanda**

- 4.1.1. A CONTRATADA deverá elaborar e executar um plano detalhado de Transferência de Conhecimento Técnico (TCT) referente a todos os aspectos da implementação, configuração e sustentação dos serviços e aplicações do Microsoft 365 Apps objeto deste TR. O objetivo é capacitar a equipe técnica da CONTRATANTE a assumir a gestão e o suporte após a conclusão do projeto.
- 4.1.2. A CONTRATADA deverá realizar atividade de transferência de conhecimento técnico-operacional para a equipe da CONTRATANTE, com o objetivo de assegurar a continuidade e a autonomia da gestão do ambiente Microsoft 365 Apps e Microsoft Entra ID após sua implantação.
- 4.1.3. O processo de transferência de conhecimento deverá abranger, no mínimo, os seguintes conteúdos:
  - 4.1.3.1. Arquitetura da Solução Implementada: descrição técnica dos componentes e integrações utilizadas (Graph API, PowerShell, autenticação, ciclo de vida de usuários);
  - 4.1.3.2. Administração de Identidades e Licenças no Microsoft 365 Admin Center e via PowerShell;
  - 4.1.3.3. Políticas de Segurança e Conformidade aplicadas (MFA, dentro das capacidades oferecidas pelo M365 Apps);
  - 4.1.3.4. Logs e Auditoria: acesso, consulta e retenção das informações geradas pelos scripts e pelo ambiente Microsoft 365;
  - 4.1.3.5. Gestão de Ciclo de Vida de Contas e Governança de Identidades Cloud-Only;
  - 4.1.3.6. Boas práticas de manutenção e troubleshooting com base na documentação oficial da Microsoft.
- 4.1.4. A CONTRATADA deverá disponibilizar os seguintes entregáveis no âmbito da transferência de conhecimento:
  - 4.1.4.1. Manual Operacional Técnico, em formato digital (DOCX ou PDF), contendo a documentação detalhada da solução implantada, scripts comentados e orientações de uso;
  - 4.1.4.2. Sessão de Treinamento Técnico Presencial ou Remota, com carga horária mínima de 12 (doze) horas, destinada a até 10 (dez) técnicos da CONTRATANTE;
  - 4.1.4.3. Apresentação executiva resumida, destacando visão geral da arquitetura, boas práticas de governança e recomendações para expansão futura do ambiente Microsoft 365;
  - 4.1.4.4. Gravação ou material de apoio (slides, scripts e tutoriais) entregue em meio digital, que ficará sob posse da CONTRATANTE.
  - 4.1.4.5. Os instrutores da CONTRATADA deverão possuir experiência comprovada mínima de 2 (dois) anos em implantação e administração de ambientes Microsoft 365 e Entra ID, bem como certificação Microsoft válida nas áreas de Identity and Access Administration (SC-300) ou Microsoft 365 Administrator (MS-102).
  - 4.1.4.6. A eficácia da transferência de conhecimento será avaliada pela CONTRATANTE mediante aplicação de questionário técnico aos participantes e verificação prática de autonomia na execução das rotinas operacionais apresentadas.
  - 4.1.4.7. Caso a CONTRATANTE considere o treinamento insuficiente ou insatisfatório, poderá solicitar refazimento total ou parcial da sessão, sem ônus adicional, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.

5. **ITEM 5 - CONSULTORIA TÉCNICA ESPECIALIZADA MICROSOFT PARTNER SOB DEMANDA**

### 5.1. Serviços de Consultoria Especializada Microsoft Partner - Sob demanda

- 5.1.1. O licenciamento regular das plataformas Microsoft utilizadas pelos órgãos é crítico para a garantia da continuidade, estabilidade e evolução de seu ambiente de TI. Todavia, os serviços agregados de suporte técnico e atualizações das licenças que integram o escopo do próprio serviço de licenciamento não abrangem o tipo de serviços técnicos especializados que são objeto desta contratação.
- 5.1.2. Assim sendo, uma vez que os produtos e soluções licenciados sofrem forte defasagem técnica e são constantemente atualizados através da incorporação de inovações e novas tecnologias, os órgãos carecem destes serviços especializados para a garantia da utilização efetiva das evoluções, requeridas para o desenvolvimento de novas soluções tecnológicas para as áreas finalísticas e estruturantes, sempre com vistas a obter maior eficiência nas rotinas.
- 5.1.3. Outrossim, a necessidade desta contratação tem em vista a crescente demanda de serviços de TI ligados à plataforma Microsoft utilizada pelos órgãos, que tem exigido mudanças na forma de atuação da área de Tecnologia da Informação, sobretudo destacando-se a necessidade de redução de custos em infraestrutura computacional; elasticidade no consumo e redução da ociosidade de recursos; fortalecimento e monitoramento da segurança da informação; agilidade na implantação de novos serviços; acesso dinâmico aos recursos a partir de qualquer local e dispositivo; e foco nas atividades finalísticas do negócio e uso mais inteligente da equipe de TI.
- 5.1.4. Assim, os serviços técnicos especializados em desenvolvimento e sustentação de soluções de plataformas Microsoft, com prestação em regime sob demanda, sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, não devendo ser confundido com soluções e serviços fornecidos pela fabricante Microsoft.
- 5.1.5. Dessa forma, o objetivo do processo é adquirir, além das licenças de software, serviços técnicos especializados Microsoft sob demanda, que devem ser prestados por Provedores de Soluções auditados e homologados pela fabricante. Os provedores de soluções certificados pela Microsoft têm expertise em oferecer soluções atualizadas baseadas na tecnologia da fabricante em todo o mundo, conforme este link <https://www.microsoft.com/pt-br/solution-providers/home>. Por isso, na elaboração da especificação técnica do processo de contratação, buscou-se exigir que as licitantes fossem reconhecidas, pela própria fabricante, pela sua competência na execução e entrega de projetos.
- 5.1.6. O objeto pretendido consiste na prestação de serviços sob demanda mediante o uso de Horas de Serviços como métrica de serviços;
- 5.1.7. O consumo das Horas de Serviço, serão realizadas para atendimento de demandas estratégicas que permeiam diversas áreas de conhecimento;

### 5.2. Matriz de Responsabilidade

- 5.2.1. A Matriz abaixo retrata as principais responsabilidades diante da dinâmica de contratação das Horas de Serviço.

CONTRATANTE	CONTRATADA
<ul style="list-style-type: none"><li>• Registro da Demanda</li><li>• Análise da Proposta emitida pela Contratada</li><li>• Aceite Projeto após execução</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Estimativa de Serviços definida.</li><li>• Atendimento de Serviços por demanda, emitir proposta segundo requisitos da Contratante.</li><li>• Disponibilizar ferramenta para Registro de demandas, denominada Portal de Solicitações de Serviço Sob Demanda.</li><li>• Analistas Técnicos.</li></ul>

### 5.3. Estratégia de Contratação de Serviços

- 5.3.1. Foi estabelecida uma Estimativa de Serviços inicial para acelerar de forma assertiva e qualitativa a seleção dos projetos e demandas. As estimativas de serviços são orientadas as entregas consultivas estabelecidas nas principais fases do Projeto ou melhoria evolutiva da CONTRATANTE, onde refletirá no correto dimensionamento e resultado da Solução;
- 5.3.2. As atividades poderão ser executadas remotamente.
- 5.3.3. O detalhamento das estimativas de serviços contém descritivo e devido dimensionamento em Horas de Serviços.

### 5.4. Horas de Serviços

- 5.4.1. Serão personalizadas e dimensionadas conforme a demanda da CONTRATANTE, dessa maneira a CONTRATADA emitirá uma Proposta de Execução de Serviços.
- 5.4.2. A quantidade total de Horas de Serviços é estimada frente as demandas mapeadas, todavia, pode sofrer alteração de acordo com a necessidade estabelecida pela CONTRATANTE, sem a garantia mínima de utilização durante toda a vigência do contrato, assim como, sua distribuição poderá ser revista em tempo de execução do contrato, de acordo com as necessidades da Instituição.
- 5.4.3. Os serviços serão medidos em Horas de Serviços. O cálculo da quantidade de unidades de cada serviço deverá levar em conta os seguintes componentes:
- 5.4.3.1. Quantidade de horas necessárias para execução total do serviço;
- 5.4.3.2. Lista de atividades a serem desempenhadas;
- 5.4.3.3. Perfil profissional necessário;
- 5.4.4. No valor da Hora de Serviço, a LICITANTE deverá incluir, além dos custos da hora técnica, todos os custos relacionados a despesas, impostos, custos com deslocamento e estadia, e qualquer outro custo que possa incorrer na execução de um serviço;
- 5.4.5. Sempre que a CONTRATANTE necessitar da execução de um serviço sob demanda, será formalmente solicitado uma Proposta de Execução de Serviços ao preposto da CONTRATADA, que deverá encaminhar em até 15 (quinze) dias úteis a partir da solicitação formal da CONTRATANTE;
- 5.4.6. A Proposta de Execução de Serviço deverá conter:



- 5.4.6.1. Número de identificação da proposta e Descrição do Serviço;
- 5.4.6.2. Premissas e pré-requisitos para execução do serviço;
- 5.4.6.3. Lista de atividades;
- 5.4.6.4. Perfil de profissional responsável por cada atividade;
- 5.4.6.5. Cronograma de execução das tarefas;
- 5.4.6.6. Local de execução das atividades;
- 5.4.6.7. Resultado a ser alcançado na conclusão do serviço;
- 5.4.6.8. Condições para aceite e recebimento definitivo;

5.4.7. Qualquer solicitação de alteração do projeto por parte da CONTRATANTE deverá gerar nova proposta de serviço com atualização das informações originais, principalmente com as novas previsões de custos. Uma ordem de serviço complementar deverá ser gerada antes da execução das novas atividades;

5.4.8. Os serviços serão demandados para execução remota;

5.5. Qualificação Técnica dos Profissionais

5.5.1. Para cada perfil relacionado abaixo, será exigido a seguinte qualificação mínima:

5.5.1.1. Perfil Analista Técnico Produtividade

5.5.1.2. Justificativa: Implementar recursos e funcionalidades voltadas para Plataforma de Produtividade Microsoft Office 365.

5.5.1.3. Implementar recursos e funcionalidades voltadas para Plataforma de Produtividade Microsoft Office 365.

5.5.1.4. O profissional deve possuir ao menos duas das certificações relacionadas abaixo:

Exigências	Nível do Perfil Exigido
Certificações	-Microsoft 365 Certified: Messaging Administrator Associate
	-Managing Microsoft Teams
	-Microsoft Security, Compliance, and Identity Fundamentals
	Microsoft 365 Fundamentals
Escolaridade mínima	- Superior Completo

5.5.1.5. Perfil Analista Técnico de Segurança

5.5.1.6. Justificativa: Implementar e operar os sistemas de gerenciamento de identidades e acesso de uma organização usando o Microsoft Entra ID dentro das capacidades oferecidas pelo M365 Apps.

5.5.1.7. O profissional deve possuir ao menos duas das certificações relacionadas abaixo:

Exigências	Nível do Perfil Exigido
Certificações	-Microsoft 365 Security Administration
	-Microsoft Certified: Security, Compliance, and Identity Fundamentals
	-Microsoft Security Operations Analyst
	-Microsoft 365 Mobility and Security
	-Microsoft Azure Security Technologies
Escolaridade mínima	- Superior Completo

5.5.1.8. Perfil Analista Gerente de Projetos

- 5.5.1.9. Justificativa: Diante da complexidade dos Projetos, esse perfil de profissional é necessário para correta gestão eficiente dos recursos e cronograma do Projeto.
- 5.5.1.10. O profissional deve possuir ao menos uma certificação das relacionadas abaixo:

Exigências	Nível do Perfil Exigido
Certificações	- Certificação PMP – Project Management Professional do PMI
	- Project Management Institute
	- MBA – Master of Business Administration em Gerência de Projetos
Escolaridade mínima	- Superior Completo

- 5.5.2. Na data de assinatura do contrato a CONTRATADA deverá apresentar lista com todos os profissionais que poderão ser utilizados na execução de atividades via Horas Técnicas, indicando qual o perfil de cada um;
- 5.5.3. O esforço empregado na execução da demanda é responsabilidade da CONTRATADA, ou seja, qualquer fator (por exemplo: atraso) que não tenha sido causado pela mudança do escopo do que foi demandado, não acarretará ônus financeiro para o CONTRATANTE;
- 5.5.4. A critério da CONTRATANTE, a qualquer momento durante a execução do contrato, poderão ser adicionados novos serviços às estimativas, desde que os serviços estejam diretamente relacionados ao objeto do edital e vinculados aos resultados esperados na contratação.

**ANEXO II DO TERMO DE REFERÊNCIA**  
**MATRIZ DE RISCOS**

**Objeto:** Contratação de empresa especializada para prestação de serviços do fabricante Microsoft, incluindo subscrição de licenças 365 Apps, Power BI Pro Sub Per User, Treinamento e serviço de consultoria especializada pelo período de 36 (tinta e seis) meses, com estimativa de contratação no valor de VALOR SIGILOSO, conforme tabela 1 do Mapa Comparativo de Propostas (SEI nº 51702855).

Identificação				Avaliação			Tratamento ao Risco	
Fases (1)	Evento de Risco (2)	Causas (3)	Consequências (4)	Probabilidade (P)	Impacto (I)	Nível de Risco (6) (P) x (I)	Resposta ao evento do Risco (7)	Responsável (8)
Planejamento da Contratação	Falha no levantamento dos requisitos para o TR.	Falta de especificações técnicas com base na definição correta dos requisitos.	Cerceamento da competitividade, alto custo de aquisição;	1	4	4	<b>MITIGAR:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>Garantir que o levantamento de soluções do mercado seja feito junto ao maior número de fornecedores possíveis.</li> </ul>	Contratante
Planejamento da Contratação	Falha na especificação técnica dos requisitos do TR.	Especificações técnicas embasada em material desatualizado ou abaixo do requisito mínimo necessário conforme sistema operacional e softwares acessórios.	Entrega das licenças com qualidade de conformidade aquém da especificada; Paralisação parcial das atividades da contratante.	2	2	4	<b>MITIGAR:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>Realizar pesquisas de mercado e junto aos fabricante, de modo a conferir padrões nas contratações de outros órgãos, além de corroborar datas da produção de hardware e software, além de respectivos prazos de suporte técnico, de modo a garantir que o produto atenderá as necessidades conforme o Termo de Referência.</li> </ul>	Contratante
Planejamento da Contratação	Demora na elaboração do TR e apresentação de proposta.	Falta de pessoal especializado.	Atraso na instrução do processo.	3	5	15	<b>MITIGAR:</b> Solicitar celeridade na tramitação do processo de aquisição às áreas envolvidas.	Contratante
Planejamento da Contratação	Falta de interesse de outros Órgãos da Administração.	Falta de publicidade do processo.	Baixa economicidade; Os Órgãos da administração precisariam realizar seus próprios processos licitatórios, acarretando em maior custo administrativo	2	3	6	<b>MITIGAR:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>Publicar processo via sítio de compras;</li> <li>Realizar Consultas/Audiência Pública;</li> <li>Dilatar prazo para oficialização das demandas na IRP.</li> </ul>	Contratante

			quando comparado a uma compra centralizada.					
Planejamento da Contratação	Atraso na oficialização da Ata de Registro de Preço.	Falta de publicidade do processo via sítio de compras, Imprensa Oficial, Consulta/Audiência pública.	Atrasos da utilização da ARP pelos órgãos da APF.	3	2	6	<b>MITIGAR:</b> Publicar Ata de Registro de Preço nos órgãos de imprensa Oficial.	Contratante
Planejamento de Contratação	Variação cambial.	Variação do preço pela cotação do dólar.	Impossibilidade de contratação da solução.	4	4	16	<b>ACEITAR:</b> Refazer cotações e revisar o Termo de Referência, versionando e obtendo aprovação e dotação orçamentária.	Contratante
Seleção de Fornecedores	Pregão eletrônico SRP deserto.	Falhas no Edital e no Termo de Referência com especificações técnicas restritivas ou descabidas.	Inviabilidade da contratação.	3	2	6	<b>ACEITAR:</b> Suspensão do processo licitatório para revisão dos artefatos da contratação. Detectar os problemas no Termo de Referência e Anexos.	Contratante
Seleção de Fornecedores	Impugnações e Mandados de Segurança.	Falta de identificação, análise e destaque dos pontos no Edital e TR (e anexos) passíveis de questionamentos por parte dos licitantes; Falta da consulta de soluções similares e outros Órgãos da Administração Pública; Falta da verificação do teor de impugnações e recursos em contratações similares; Falta da estrita observância às recomendações da área jurídica do órgão.	Paralisação do processo licitatório.	3	4	12	<b>MITIGAR:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>Garantir que as partes envolvidas no processo licitatório respondam prontamente quando instadas a se manifestarem;</li> <li>Validar as Especificações Técnicas junto a fornecedores;</li> <li>Realizar Consulta Pública do Termo de Referência e das Especificações Técnicas;</li> <li>Consultar processos de contratações finalizadas com sucesso.</li> </ul>	Contratante
Seleção de Fornecedores	Licitação Fracassada.	Falta de consulta junto aos licitantes dos requisitos para habilitação no certame; Falta de validação das especificações junto aos fabricantes.	Inviabilização dos objetivos do projeto.	3	2	6	<b>MITIGAR:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>Elaborar as Especificações Técnicas de modo a estimular a competitividade;</li> <li>Validar as especificações junto aos fabricantes e distribuidores;</li> <li>Consultar fornecedores e elaborar planilha de formação de preços compatível aos praticados no mercado;</li> <li>Revisar o termo de referência.</li> </ul>	Contratante
Gestão de Contratos	Indisponibilidade orçamentária da contratante.	Falta da reserva prévia de orçamento por parte da contratante; Falta da justificativa das necessidades fundamentada no planejamento estratégico do órgão.	Inviabilidade da contratação.	3	4	12	<b>MITIGAR:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>Revisar e reduzir os quantitativos a serem contratados observando às necessidades mínimas do órgão contratante;</li> <li>Justificar as necessidades fundamentando com o planejamento estratégico do órgão.</li> </ul>	Contratante
Gestão de Contratos	Não cumprimento dos níveis mínimos de serviços estabelecidos.	Falta de previsão de sanções no Edital.	Paralisação parcial das atividades da contratante.	2	3	6	<b>MITIGAR:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>Prever as devidas sanções administrativas e critérios para rescisão contratual no Termo de Referência;</li> <li>Controlar os níveis de serviços mínimos definidos;</li> <li>Aplicar corretamente as sanções previstas.</li> </ul>	Contratante
Gestão de Contratos	Falhas na segurança da informação, captura de informações sigilosas	Falhas no Termo de Referência e especificações técnicas.	Publicidade de informações confidenciais;	3	5	15	<b>MITIGAR:</b>	Contratante

	pela contratada ou terceiros.		Problemas de disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade.				<ul style="list-style-type: none"> <li>Incluir cláusulas de sigilo e confidencialidade no Contrato;</li> <li>Aplicar sanções administrativas contratuais.</li> </ul>	
Gestão de Contratos	Não cumprimento dos prazos de entrega.	Falta de controle dos prazos de entrega; Falta de definição de capacidade de produção mínima de entrega.	Frustração dos interesses; Paralisação parcial das atividades da contratante.	3	4	12	<b>MITIGAR:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>Controlar os prazos de entrega;</li> <li>Elaborar e inserir no Termo de Referência sanções por atraso;</li> <li>Definir capacidade de produção mínima de entrega;</li> <li>Aplicar penalização atinente com o atraso.</li> </ul>	Contratante
Gestão de Contratos	Aceitação dos serviços fora das especificações definidas.	Falhas no controle do recebimento, conferência e ateste dos serviços.	Atraso no recebimento das licenças e dos serviços; Paralisação parcial das atividades da contratante;	2	4	8	<b>MITIGAR:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>Definição de critérios de aceitação e rejeição dos lotes;</li> <li>Fazer o parecer técnico analisando minuciosamente as especificações do material ofertado pelas empresas vencedoras do pregão;</li> <li>Aplicação de sanção, rescisão contratual e convocação do 2º colocado no pregão.</li> </ul>	Contratante
Gestão de Contratos	Variação Cambial comum.	Flutuações previsíveis dentro da normalidade do mercado.	Redução da Margem de Lucro.	2	3	6	<b>MITIGAR:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>O risco ordinário da variação cambial será assumido pela CONTRATADA sempre que a oscilação da moeda for de até 10% (dez por cento) para mais ou para menos em relação à Taxa de Referência pelo período de 12 meses.</li> </ul>	Contratada
Gestão de Contratos	Interrupção de acesso aos serviços	Atraso na ativação das licenças ou falha no processamento do pedido	Bloqueio de arquivos e dashboards ativos	2	5	10	<b>MITIGAR:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>Apresentar cronograma de transição 15 dias antes do fim do contrato atual.</li> <li>Fornecimento imediato de licenças provisórias se houver atraso.</li> </ul>	Contratada
Gestão de Contratos	Perda de dadps (Dashboards/Docs)	Erro na migração de licenças ou tentativa de criação de novo <i>tenant</i> ao invés de usar o existente	Exclusão definitiva de arquivos, relatórios, datasets e configurações de segurança.	1	5	5	<ul style="list-style-type: none"> <li>Garantir contratualmente que todos os ativos permaneçam intactos no ambiente atual da Conab.</li> </ul>	Contratada
Gestão de Contratos	Incompatibilidade de Licenças	Fornecimento de licenças que não dão direito à versão Desktop (Apps for Business/Enterprise).	Usuários impossibilitados de usar as ferramentas offline, gerando impacto na produtividade.	2	4	8	<ul style="list-style-type: none"> <li>Conferir detalhadamente os SKUs das licenças antes da entrega para garantir conformidade com o TR.</li> </ul>	Contratada
Gestão de Contratos	Desajuste de Segurança / Privacidade	Erro na reatribuição de permissões de acesso e níveis de segurança após a nova licença.	Exposição de dados sensíveis ou perda de conformidade com a LGPD no ambiente Microsoft.	2	5	10	<ul style="list-style-type: none"> <li>Monitorar logs de auditoria e validar as configurações de segurança após a renovação.</li> </ul>	Contratada
Gestão de Contratos	Falha no Suporte Técnico	atendimento da Contratada inoperante.	resolução de incidentes técnicos.	3	4	12	<ul style="list-style-type: none"> <li>comunicação com o Service Desk da Contratada na primeira semana.</li> </ul>	Contratada

								• suporte oficial da Microsoft (Premier/Unified).	
--	--	--	--	--	--	--	--	---	--

**ANEXO III DO TERMO DE REFERÊNCIA**  
**MODELO DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA**  
(em papel personalizado da empresa)

Processo Administrativo nº 21200.004556/2025-55

Pregão Eletrônico nº ...../.....

OBJETO: Registro de Preços para a contratação de solução de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), voltada ao licenciamento de produtos Microsoft sob demanda. A medida objetiva atender às necessidades dos usuários finais da Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB, bem como oferecer suporte aos serviços e aplicações, além disso, contempla a prestação de serviços técnicos especializados, com foco na implantação e no contínuo aprimoramento das soluções contratadas.

Razão Social: ..... CNPJ: .....

Endereço: ..... Telefone: .....

CEP: ..... Cidade: .....

Banco: ..... Agência: ..... Conta: .....

Apresentamos a nossa Proposta para a licitação visando a contratação de Licenças Microsoft 365 Apps e software de inteligência empresarial (Business Intelligence - BI Pro), pelo período de 36 (trinta e seis) meses, para a Companhia Nacional de Abastecimento – Conab.

Item	Descrição	SKU	Quantidade	Unidade de Medida	Frequência de Pagamento	Valor Unitário Anual (R\$)	Valor Estimado para 12 meses (R\$)	Valor Estimado para 36 meses (R\$)
1	M365 Apps Enterprise Sub Per User	3JJ-00003	1.944	Unidade	Anual			
2	Power BI Pro Sub Per User	NK4 - 00002	100	Unidade	Anual			
3	Criação, Configuração e Gestão das Contas no Ambiente Microsoft sob demanda	-	245	Horas	Horas Técnicas Demandadas		N/A	
4	Transferência de Conhecimento.	-	40	Horas	Horas Técnicas Demandadas		N/A	
5	Serviço de Consultoria Especializada para implantação e sincronização de diretório	-	600	Horas	Horas Técnicas Demandadas		N/A	

**Observação:** Validade da proposta: 60 (sessenta) dias.

**Declaramos que:**

O preço cotado inclui todas as despesas, tributos e encargos de qualquer natureza incidentes sobre o objeto deste pregão;

Quaisquer tributos, custos e despesas omitidas da proposta ou incorretamente cotadas serão considerados como inclusos nos preços, e não serão solicitados acréscimos, a qualquer título, sendo os serviços prestados sem ônus adicional;

Caso nos seja adjudicado o objeto da licitação, comprometemo-nos a assinar o contrato dela advindo;

Estamos de acordo com as condições estabelecidas no Edital e seus **ANEXOS** e que tomamos conhecimento de todas as informações e das condições para o cumprimento das obrigações.

Dados do representante legal da empresa para assinatura do contrato:

Nome: .....

Endereço: .....

CEP: ..... Cidade: .....

CPF:..... Cargo/Função: .....

RG: ..... Órgão Expedido: .....

Naturalidade: ..... Nacionalidade: .....

.....  
Local e data

.....  
Assinatura e carimbo (representante da empresa)

**Assinatura e carimbo  
(Responsável Técnico da Empresa)**

Visto:

Responsável pela Conab

**ANEXO IV DO TERMO DE REFERÊNCIA**  
**TERMO DE COMPROMISSO E SIGILO**

A \_\_\_\_\_, sediada em \_\_\_\_\_, CNPJ nº \_\_\_\_\_, doravante denominado CONTRATANTE, e, de outro lado, a \_\_\_\_\_, sediada em \_\_\_\_\_, CNPJ nº \_\_\_\_\_, doravante denominada CONTRATADA;

CONSIDERANDO que, em razão do CONTRATO N.º XX/2026, doravante denominado CONTRATO PRINCIPAL, a CONTRATADA poderá ter acesso a informações sigilosas do CONTRATANTE;

CONSIDERANDO a necessidade de ajustar as condições de revelação destas informações sigilosas, bem como definir as regras para o seu uso e proteção;

CONSIDERANDO o disposto na Política de Segurança da Informação da CONTRATANTE;

Resolvem celebrar o presente TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO, doravante TERMO, vinculado ao CONTRATO PRINCIPAL, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**Cláusula Primeira – DO OBJETO**

Constitui objeto deste TERMO o estabelecimento de condições específicas para regulamentar as obrigações a serem observadas pela CONTRATADA, no que diz respeito ao trato de informações sigilosas, disponibilizadas pela CONTRATANTE, por força dos procedimentos necessários para a execução do objeto do CONTRATO PRINCIPAL celebrado entre as partes e em acordo com o que dispõem a Lei 12.527, de 18/11/2011 e os Decretos 7.724, de 16/05/2012 e 7.845, de 14/11/2012, que regulamentam os procedimentos para acesso e tratamento de informação classificada em qualquer grau de sigilo.

**Cláusula Segunda – DOS CONCEITOS E DEFINIÇÕES**

Para os efeitos deste TERMO, são estabelecidos os seguintes conceitos e definições:

**INFORMAÇÃO:** dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato.

**INFORMAÇÃO SIGILOSA:** aquela submetida temporariamente à restrição de acesso público em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado.

**CONTRATO PRINCIPAL:** contrato celebrado entre as partes, ao qual este TERMO se vincula.

**Cláusula Terceira – DA INFORMAÇÃO SIGILOSA**

Serão consideradas como informação sigilosa, toda e qualquer informação classificada ou não nos graus de sigilo ultrassecreto, secreto e reservado. O TERMO abrangerá toda informação escrita, verbal, ou em linguagem computacional em qualquer nível, ou de qualquer outro modo apresentada, tangível ou intangível, podendo incluir, mas não se limitando a: know-how, técnicas, especificações, relatórios, compilações, código fonte de programas de computador na íntegra ou em partes, fórmulas, desenhos, cópias, modelos, amostras de ideias, aspectos financeiros e econômicos, definições, informações sobre as atividades da CONTRATANTE e/ou quaisquer informações técnicas/comerciais relacionadas/resultantes ou não ao CONTRATO PRINCIPAL, doravante denominados INFORMAÇÕES, a que diretamente ou pelos seus empregados, a CONTRATADA venha a ter acesso, conhecimento ou que venha a lhe ser confiada durante e em razão das atuações de execução do CONTRATO PRINCIPAL celebrado entre as partes;

#### **Cláusula Quarta – DOS LIMITES DO SIGILO**

As obrigações constantes deste TERMO não serão aplicadas às INFORMAÇÕES que:

I – sejam comprovadamente de domínio público no momento da revelação, exceto se tal fato decorrer de ato ou omissão da CONTRATADA;

II – tenham sido comprovadas e legitimamente recebidas de terceiros, estranhos ao presente TERMO;

III – sejam reveladas em razão de requisição judicial ou outra determinação válida do Governo, somente até a extensão de tais ordens, desde que as partes cumpram qualquer medida de proteção pertinente e tenham sido notificadas sobre a existência de tal ordem, previamente e por escrito, dando a esta, na medida do possível, tempo hábil para pleitear medidas de proteção que julgar cabíveis.

#### **Cláusula Quinta – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES**

As partes se comprometem a não revelar, copiar, transmitir, reproduzir, utilizar, transportar ou dar conhecimento, em hipótese alguma, a terceiros, bem como a não permitir que qualquer empregado envolvido direta ou indiretamente na execução do CONTRATO PRINCIPAL, em qualquer nível hierárquico de sua estrutura organizacional e sob quaisquer alegações, faça uso dessas INFORMAÇÕES, que se restringem estritamente ao cumprimento do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Primeiro – A CONTRATADA se compromete a não efetuar qualquer tipo de cópia da informação sigilosa sem o consentimento expresso e prévio da CONTRATANTE.

Parágrafo Segundo – A CONTRATADA compromete-se a dar ciência e obter o aceite formal da direção e empregados que atuarão direta ou indiretamente na execução do CONTRATO PRINCIPAL sobre a existência deste TERMO bem como da natureza sigilosa das informações.

I – A CONTRATADA deverá firmar acordos por escrito com seus empregados visando garantir o cumprimento de todas as disposições do presente TERMO e dará ciência à CONTRATANTE dos documentos comprobatórios.

Parágrafo Terceiro – A CONTRATADA obriga-se a tomar todas as medidas necessárias à proteção da informação sigilosa da CONTRATANTE, bem como evitar e prevenir a revelação a terceiros, exceto se devidamente autorizado por escrito pela CONTRATANTE.

Parágrafo Quarto – Cada parte permanecerá como fiel depositária das informações reveladas à outra parte em função deste TERMO.

I – Quando requeridas, as INFORMAÇÕES deverão retornar imediatamente ao proprietário, bem como todas e quaisquer cópias eventualmente existentes.

Parágrafo Quinto – A CONTRATADA obriga-se por si, sua controladora, suas controladas, coligadas, representantes, procuradores, sócios, acionistas e cotistas, por terceiros eventualmente consultados, seus empregados, contratados e subcontratados, assim como por quaisquer outras pessoas vinculadas à CONTRATADA, direta ou indiretamente, a manter sigilo, bem como a limitar a utilização das informações disponibilizadas em face da execução do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Sexto – A CONTRATADA, na forma disposta no parágrafo primeiro, acima, também se obriga a:

I – Não discutir perante terceiros, usar, divulgar, revelar, ceder a qualquer título ou dispor das INFORMAÇÕES, no território brasileiro ou no exterior, para nenhuma pessoa, física ou jurídica, e para nenhuma outra finalidade que não seja exclusivamente relacionada ao objetivo aqui referido, cumprindo-lhe adotar cautelas e precauções adequadas no sentido de impedir o uso indevido por qualquer pessoa que, por qualquer razão, tenha acesso a elas;

II – Responsabilizar-se por impedir, por qualquer meio em direito admitido, arcando com todos os custos do impedimento, mesmo judiciais, inclusive as despesas processuais e outras despesas derivadas, a divulgação ou utilização das INFORMAÇÕES por seus agentes, representantes ou por terceiros;

III – Comunicar à CONTRATANTE, de imediato, de forma expressa e antes de qualquer divulgação, caso tenha que revelar qualquer uma das INFORMAÇÕES, por determinação judicial ou ordem de atendimento obrigatório determinado por órgão competente; e

IV – Identificar as pessoas que, em nome da CONTRATADA, terão acesso às informações sigilosas.

#### **Cláusula Sexta – DA VIGÊNCIA**

O presente TERMO tem natureza irrevogável e irretratável, permanecendo em vigor desde a data de sua assinatura até expirar o prazo de classificação da informação a que a CONTRATADA teve acesso em razão do CONTRATO PRINCIPAL.

#### **Cláusula Sétima – DAS PENALIDADES**

A quebra do sigilo e/ou da confidencialidade das INFORMAÇÕES, devidamente comprovada, possibilitará a imediata aplicação de penalidades previstas conforme disposições contratuais e legislações em vigor que tratam desse assunto, podendo até culminar na rescisão do CONTRATO PRINCIPAL firmado entre as PARTES. Neste caso, a CONTRATADA, estará sujeita, por ação ou omissão, ao pagamento ou recomposição de todas as perdas e danos sofridos pela CONTRATANTE, inclusive as de ordem moral, bem como as de responsabilidades civil e criminal, as quais serão apuradas em regular processo administrativo ou judicial, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis, conforme sanções previstas no RLC e na Lei nº 13.303.

#### **Cláusula Oitava – DISPOSIÇÕES GERAIS**

Este TERMO de Confidencialidade é parte integrante e inseparável do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Primeiro – Surgindo divergências quanto à interpretação do disposto neste instrumento, ou quanto à execução das obrigações dele decorrentes, ou constatando-se casos omissos, as partes buscarão solucionar as divergências de acordo com os princípios de boa fé, da equidade, da razoabilidade, da economicidade e da moralidade.

Parágrafo Segundo – O disposto no presente TERMO prevalecerá sempre em caso de dúvida e, salvo expressa determinação em contrário, sobre eventuais disposições constantes de outros instrumentos conexos firmados entre as partes quanto ao sigilo de informações, tal como aqui definidas.

Parágrafo Terceiro – Ao assinar o presente instrumento, a CONTRATADA manifesta sua concordância no sentido de que:

I – A CONTRATANTE terá o direito de, a qualquer tempo e sob qualquer motivo, auditar e monitorar as atividades da CONTRATADA;

II – A CONTRATADA deverá disponibilizar, sempre que solicitadas formalmente pela CONTRATANTE, todas as informações requeridas pertinentes ao CONTRATO PRINCIPAL.

III – A omissão ou tolerância das partes, em exigir o estrito cumprimento das condições estabelecidas neste instrumento, não constituirá novação ou renúncia, nem afetará os direitos, que poderão ser exercidos a qualquer tempo;

IV – Todas as condições, TERMOS e obrigações ora constituídos serão regidos pela legislação e regulamentação brasileiras pertinentes;

- V – O presente TERMO somente poderá ser alterado mediante TERMO aditivo firmado pelas partes;
- VI – Alterações do número, natureza e quantidade das informações disponibilizadas para a CONTRATADA não descaracterizarão ou reduzirão o compromisso e as obrigações pactuadas neste TERMO, que permanecerá válido e com todos seus efeitos legais em qualquer uma das situações tipificadas neste instrumento;
- VII – O acréscimo, complementação, substituição ou esclarecimento de qualquer uma das informações disponibilizadas para a CONTRATADA, serão incorporados a este TERMO, passando a fazer dele parte integrante, para todos os fins e efeitos, recebendo também a mesma proteção descrita para as informações iniciais disponibilizadas, sendo necessário a formalização de TERMO aditivo a CONTRATO PRINCIPAL;
- VIII – Este TERMO não deve ser interpretado como criação ou envolvimento das Partes, ou suas filiadas, nem em obrigação de divulgar INFORMAÇÕES para a outra Parte, nem como obrigação de celebrarem qualquer outro acordo entre si.

**Cláusula Nona – DO FORO**

A CONTRATANTE elege o foro da Justiça Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal, onde está localizada a sede da CONTRATANTE, para dirimir quaisquer dúvidas originadas do presente TERMO, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem justas e estabelecidas as condições, o presente TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO é assinado pelas partes em 2 vias de igual teor e um só efeito.

**DE ACORDO**

CONTRATANTE	CONTRATADA
<div></div> <div>Nome</div> <div>Matrícula</div>	<div></div> <div>Nome</div> <div>Matrícula</div>

TESTEMUNHAS	
<div></div> <div>Nome</div> <div>Matrícula</div>	<div></div> <div>Nome</div> <div>Matrícula</div>

,  de  de 20 .

**ANEXO V DO TERMO DE REFERÊNCIA**  
**TERMO DE CIÊNCIA**

IDENTIFICAÇÃO			
Contrato N°:			
Objeto:			
Contratante:			
Gestor do Contrato:		Matr.:	
Contratada:		CNPJ:	
Preposto da Contratada:		CPF:	

Por este instrumento, os funcionários abaixo-assinados declaram ter ciência e conhecer o teor do Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo e as normas de segurança vigentes na Contratante.

CIÊNCIA	
CONTRATADA – FUNCIONÁRIOS	



Nome Matrícula	Nome Matrícula
Nome Matrícula	Nome Matrícula
Nome Matrícula	Nome Matrícula

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_.

**ANEXO VI DO TERMO DE REFERÊNCIA**  
**ORDEM DE SERVIÇO OU FORNECIMENTO DE BENS - OS/OFB**

<b>1 - IDENTIFICAÇÃO</b>					
N° da OS/OFB:		Data de Emissão:			
Contrato nº:					
Objeto do Contrato:					
Contratada:		CNPJ:			
Preposto da Contratada:					
Início da Vigência:		Fim da Vigência:			
<b>2 - ÁREA REQUISITANTE</b>					
Unidade:					
Solicitante:		E-mail:			
<b>3 - ESPECIFICAÇÕES DOS BENS/SERVIÇOS E VOLUMES ESTIMADOS</b>					
Item	Descrição do bem ou serviço	Métrica	Valor Unitário	Qtde/Vol.	Valor Total (R\$)
Valor Total Estimado da OS/OFB					
<b>4 - INSTRUÇÕES/ESPECIFICAÇÕES COMPLEMENTARES</b>					
<b>5 - DATAS E PRAZOS PREVISTOS</b>					
Data de Início:		Data do Fim:			
<b>6 - CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO/ENTREGA</b>					
Item	Tarefa/Entrega	Início	Fim		
<b>7 - ARTEFATOS/PRODUTOS</b>					
Fornecidos			A serem gerados e/ou atualizados		

Autoriza-se a <execução dos serviços / entrega dos bens> correspondentes à presente <OS/OFB>, no período e nos quantitativos acima identificados.

Matr.:

Matr.:

## MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

**Pregão Eletrônico nº 90.002/2026**

## 1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de empresa especializada para o fornecimento de subscrição de licenças Microsoft, na modalidade Enterprise Agreement Subscription (EAS), e a prestação de serviços técnicos especializados sob demanda pelo período de 36 meses, nos termos, condições e especificações estabelecidas neste Termo de Referência e seus anexos, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, o(s) fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)
01	ALFA S/A - Indústria e Comércio de Máquinas e Equipamentos
02	BETA S/A - Indústria e Comércio de Máquinas e Equipamentos
03	GAMA S/A - Indústria e Comércio de Máquinas e Equipamentos
04	DELTA S/A - Indústria e Comércio de Máquinas e Equipamentos
05	EPSILON S/A - Indústria e Comércio de Máquinas e Equipamentos
06	ZETA S/A - Indústria e Comércio de Máquinas e Equipamentos
07	THETA S/A - Indústria e Comércio de Máquinas e Equipamentos
08	IOTA S/A - Indústria e Comércio de Máquinas e Equipamentos
09	KAPPA S/A - Indústria e Comércio de Máquinas e Equipamentos
10	LAMDA S/A - Indústria e Comércio de Máquinas e Equipamentos
11	MU S/A - Indústria e Comércio de Máquinas e Equipamentos
12	NU S/A - Indústria e Comércio de Máquinas e Equipamentos
13	XI S/A - Indústria e Comércio de Máquinas e Equipamentos
14	O S/A - Indústria e Comércio de Máquinas e Equipamentos
15	P S/A - Indústria e Comércio de Máquinas e Equipamentos
16	Q S/A - Indústria e Comércio de Máquinas e Equipamentos
17	R S/A - Indústria e Comércio de Máquinas e Equipamentos
18	S S/A - Indústria e Comércio de Máquinas e Equipamentos
19	T S/A - Indústria e Comércio de Máquinas e Equipamentos
20	U S/A - Indústria e Comércio de Máquinas e Equipamentos
21	V S/A - Indústria e Comércio de Máquinas e Equipamentos
22	W S/A - Indústria e Comércio de Máquinas e Equipamentos
23	X S/A - Indústria e Comércio de Máquinas e Equipamentos
24	Y S/A - Indústria e Comércio de Máquinas e Equipamentos
25	Z S/A - Indústria e Comércio de Máquinas e Equipamentos

Nº	Especificação	Unidade	Quantidade	Valor Un	Prazo garantia ou validade
----	---------------	---------	------------	----------	----------------------------

(...)

$$(\dots)$$

**3. ENTIDADE(S) PARTICIPANTE(S) – (Se inexistirem, este título será excluído desta Ata)**

3.1. São entidades públicas participantes do registro de preços:

Item nº	Entidades Participantes	Unidade	Quantidade
---------	-------------------------	---------	------------

(...)

(...)

(...)

#### 4. VALIDADE DA ATA

4.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, incluídas eventuais prorrogações, contados da data da sua assinatura.

## 5. REVISÃO E CANCELAMENTO

5.1. A Conab realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.

5.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Conab promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es), observadas as disposições contidas no art. 81 da Lei nº 13.303, de 2016.

5.3. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Conab convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

5.3.1. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

5.3.2. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

5.4. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

a) liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, caso haja comunicação antes do pedido de fornecimento, desde que confirmada a veracidade dos motivos e apresentados os respectivos documentos comprobatórios; e

b) convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

5.5. Não havendo êxito nas negociações, a Conab deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

5.6. O registro do fornecedor será cancelado quando:

a) descumprir as condições da ata de registro de preços;

b) não retirar o Contrato no prazo estabelecido pela Conab, sem justificativa aceitável;

c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

d) sofrer sanção prevista no art. 574, inciso V, do Regulamento de Licitações e Contratos da Conab - RLC.

5.7. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item anterior será formalizado por ato administrativo da Conab, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

5.8. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento dos compromissos decorrentes da ata, devidamente comprovados e justificados:

a) por razão de interesse público; ou

b) a pedido do fornecedor.

5.8.1. Na hipótese do previsto na alínea “b”, o cancelamento será realizado mediante solicitação por escrito, onde o licitante comprovará a impossibilidade de cumprir as exigências do instrumento convocatório que deu origem ao registro de preços, por razões aceitas pela Conab como pertinentes e suficientes para justificar a medida.

5.9. Serão considerados casos fortuitos ou de força maior, nos termos do item 5.8, para efeito de cancelamento da Ata de Registro de Preços ou não aplicação de sanções, os inadimplementos decorrentes das situações a seguir, quando vierem a atrasar a entrega da prestação de serviço ou dos produtos no local onde estiver sendo executado o objeto do Contrato, exemplificadamente:

a) greve geral;

b) calamidade pública;

c) interrupção dos meios de transporte;

d) condições meteorológicas excepcionalmente prejudiciais; e

e) outros casos que se enquadrem no Parágrafo Único do art. 393 do Código Civil Brasileiro.

## 6. CONDIÇÕES GERAIS

6.1. As condições gerais do fornecimento, tais como as especificações técnicas e demais condições constantes do Edital do Pregão Eletrônico 90.002/2026 e do seu Anexo I – Termo de Referência, bem com as constantes na(s) proposta(s) do(s) Fornecedor(es) Beneficiário(s), no que couber, integram esta Ata de Registro de Preços, independentemente de transcrição.

6.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 81 da Lei nº 13.303, de 2016.

6.3. A publicação do extrato da presente Ata deverá ser providenciada pela Conab em até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao da sua assinatura, no Diário Oficial da União, nos termos do artigo 335, §9º, do RLC.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em .... (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, é assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

Cidade-Estado, [DIA] de [MÊS] de [ANO]

### COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO

[autoridade da CONAB competente para assinar a Ata de Registro de Preços]

### [Razão social da empresa]

Representante legal: [nome completo]

CI: [número e órgão emissor] e CPF: [número]

Instrumento de outorga de poderes: [procuração/contrato social/estatuto social]



ANEXO III DO EDITAL

MINUTA DE CONTRATO

PROCESSO nº 21200.004556/2025-55

Contrato Nº: [número do Contrato]

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB E A EMPRESA \_\_\_\_\_ PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE SUBSCRIÇÃO DE LICENÇAS MICROSOFT, NA MODALIDADE ENTERPRISE AGREEMENT SUBSCRIPTION (EAS), E A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS SOB DEMANDA.

A **COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO – CONAB**, Empresa Pública Federal, entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, de capital fechado, na forma preceituada no § 1º do art. 173 da Constituição Federal, constituída nos termos do art. 19, inciso II, da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, vinculada Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar – MDA, conforme Medida Provisória nº 1.154 de 1º de janeiro de 2023 e Decreto nº 11.401 de 23 de janeiro de 2023, pela Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, pelo Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, e demais legislações aplicáveis, e pelo seu Estatuto Social aprovado pela Assembleia Geral em 16/01/2024 Publicado no D.O.U em 25/01/2024 (Seção 1, Edição nº 18), com sede em Brasília-DF, no SGAS, Quadra 901, Conjunto “A”, CNPJ nº 26.461.699/0001-80, Inscrição Estadual nº 07.122.550-1, representada por seu Diretor-Presidente, \_\_\_\_\_, brasileiro, estado civil, profissão, RG nº \_\_\_\_\_, CPF nº \_\_\_\_\_, e por seu Diretor \_\_\_\_\_, brasileiro, estado civil, profissão, RG nº \_\_\_\_\_, CPF nº \_\_\_\_\_, parte doravante denominada CONTRATANTE, e a empresa \_\_\_\_\_, pessoa jurídica de direito privado, com CNPJ nº \_\_\_\_\_, com sede no endereço \_\_\_\_\_, neste ato representada por \_\_\_\_\_, brasileiro, estado civil, RG nº \_\_\_\_\_, CPF nº \_\_\_\_\_, parte doravante denominada CONTRATADA, de conformidade com o que consta do Processo Administrativo n.º 21200.004556/2025-55, referente ao Pregão Eletrônico n.º 90.002/2026, resolvem celebrar o presente **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE SUBSCRIÇÃO DE LICENÇAS MICROSOFT, NA MODALIDADE ENTERPRISE AGREEMENT SUBSCRIPTION (EAS), E A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS SOB DEMANDA PELO PERÍODO DE 36 (TRINTA E SEIS) MESES, NOS TERMOS, CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES ESTABELECIDAS NESTE TERMO DE REFERÊNCIA E SEUS ANEXOS**, que se regerá pelo Edital e demais anexos e pela proposta da contratada, no que couber, independentemente de suas transcrições, pelo Regulamento de Licitações e Contratos da Conab, pela Lei nº 13.303, de 2016 e demais legislações pertinentes, pelo ato que autorizou a lavratura deste termo, pela respectiva modalidade de contratação e pelas cláusulas e condições a seguir:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE SUBSCRIÇÃO DE LICENÇAS MICROSOFT, NA MODALIDADE ENTERPRISE AGREEMENT SUBSCRIPTION (EAS), E A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS SOB DEMANDA PELO PERÍODO DE 36 (TRINTA E SEIS) MESES, NOS TERMOS, CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES ESTABELECIDAS NESTE TERMO DE REFERÊNCIA E SEUS ANEXOS**, nos moldes a seguir:

LOTE ÚNICO									
Item	Identificador SGD	Descrição	Part Number	CATSER	Quantidade	Unidade de Medida	Valor Unitário (anual) (R\$)	Valor Total (anual) (R\$)	Valor Total (36 meses) (R\$)
1	MS.5.0-A1520	M365 Apps Enterprise Sub Per User	3JJ-00003	27472		Unidade			
2	MS.5.0-A1520	Power BI Pro Sub Per User	NK4 - 00002	27472		Unidade			
3	N/A	Criação, Configuração e Gestão das Contas no Ambiente Microsoft sob demanda	-	3840		Horas			
4	N/A	Transferência de Conhecimento.	-	3840		Horas			
5	N/A	Serviço de Consultoria Especializada para implantação e sincronização de diretório	-	3840		Horas			
TOTAIS									

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

- 2.1. A Ata de Registro de Preços deverá ser assinada pela Contratada em até 5 (cinco) dias úteis, após o recebimento de carta da Contratante.
- 2.2. A vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, em conformidade ao ART. 345, do RLC.
- 2.3. A assinatura do contrato deverá ocorrer em até 5 (cinco) dias a partir do recebimento da carta da Contratante.
- 2.4. O prazo de vigência dos Contratos, oriundos da Ata de Registro de Preços, será de 36 (trinta e seis) meses, contados da data de sua assinatura, conforme previsto no art. 461 do RLC, podendo ser prorrogado por mais 12 (doze) meses, conforme art. 488 do RLC.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE FORNECIMENTO, DOS PRAZOS DE EXECUÇÃO E DA GARANTIA DOS SERVIÇOS

- 3.1.
- A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:
- 3.1.1.

A vigência do contrato dará início na sua assinatura.
- 3.1.2.

O início da execução do objeto na emissão da Ordem de Serviço.
- 3.1.3.

Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho:
- 3.1.4.

Cronograma de realização dos serviços:

ETAPA	DESCRIÇÃO	PRAZO DE INÍCIO	PRAZO DE FINALIZAÇÃO
1	Início da execução contratual	Emissão da Ordem de Serviço	0 (zero) dias
2	Reunião Inicial	Data da Assinatura do Contrato	Até 10 dias úteis da Emissão da Ordem de Serviço
3	Emissão da Ordem de Serviço	A critério da administração	Sob demanda
4	Fornecimento de Licenças	Na ausência de informação na ordem de serviço o prazo para entrega das licenças será de 15 dias, prorrogáveis em caso de apresentação de justificativa da CONTRATADA e aceite da CONTRATANTE.	
5	Execução dos Serviços dos itens 3, 4 e 5	Em até 5 dias da Abertura da OS	Até o prazo estipulado na Ordem de Serviço
6	Emissão do Termo de Recebimento Provisório (TRP)	Após conclusão da Etapa 4 ou 5	10 dias úteis
7	Emissão do Termo de Recebimento Definitivo (TRD)	Após conclusão da Etapa 6	5 dias úteis
8	Garantia e Suporte Técnico	Após Conclusão da Etapa 7	Encerramento do Contrato

Tabela 6 - Cronograma de serviços.

3.2.

REUNIÃO INICIAL

- 3.2.1.

Após a assinatura do contrato, será realizada a reunião inicial, convocada pelo fiscal/comissão de fiscalização do contrato, com a participação dos representantes da CONTRATADA e dos demais interessados, cuja pauta observará, pelo menos:
- 3.2.1.1.

Pontos relativos a questões operacionais, administrativas e de gestão do contrato afim de nivelar os entendimentos acerca das condições estabelecidas no contrato, Termo de Referência e seus Anexos;
- 3.2.1.2.

Elaboração do Plano (projeto) de Implantação e Configuração da solução contratada que deve constar todas as atividades necessárias para implantação da solução, com cronograma, prazos e seus respectivos responsáveis, e ainda:
- I -

informações levantadas do ambiente da Conab;
- II -

descrição detalhada das novas configurações que devem ser realizadas no ambiente da Conab;
- III -

Criação de contas de usuários diretamente no ambiente Microsoft, utilizando Microsoft Graph API e PowerShell SDK;
- IV -

Com relação ao Power BI, como a Conab já tem Power BI hoje em um tenant específico, nada será apagado ou recriado com a aquisição das novas licenças. Os workspaces, relatórios, dashboards e datasets permanecem intactos desde que as licenças sejam atribuídas no mesmo tenant.
- V -

descrição da coleta de evidências do correto funcionamento da solução;
- VI -

descrição do plano de *Rollback* - desfazimento da infraestrutura de serviços contratada e retorno à original, de modo a devolver à Companhia controle total das soluções de escritório e comunicação empregadas anteriormente à contratação da Suíte em discussão.
- 3.2.1.3.

A reunião realizar-se-á preferencialmente na sede da CONTRATANTE, e caso seja de seu interesse, poderá ser realizada por meio de videoconferência e será realizada em até 15 (quinze) dias úteis após assinatura do contrato;
- 3.2.1.4.

Ao final deverá ser produzida, pela CONTRATANTE, ata de reunião, que consignará todos os assuntos tratados e que deverá ser assinada, na ocasião, por todos os participantes;
- 3.2.1.5.

Apresentação do preposto da CONTRATADA;
- 3.2.1.6.

Entrega, por parte da CONTRATADA, do **TERMO DE COMPROMISSO**, conforme modelo constante do **ANEXO IV**, contendo declaração de manutenção de sigilo e respeito às normas de segurança vigentes na entidade, a ser assinado pelo representante legal da CONTRATADA; e **TERMO DE CIÊNCIA**, conforme modelo constante do **ANEXO V**, a ser assinado por todos os empregados da CONTRATADA diretamente envolvidos na contratação.
- 3.3.
- ENCAMINHAMENTO FORMAL DE DEMANDAS
- 3.3.1.

O encaminhamento formal de demandas, a cargo do fiscal do contrato, ocorrerá por meio de OS, conforme modelo constante do **ANEXO VI deste Termo de Referência**.

3.4. DO SUPORTE TÉCNICO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS

- 3.4.1. A Contratada deverá prestar o Suporte Técnico e Especializado, pelo período de vigência do contrato e da validade das subscrições, para sanar os problemas relacionados com as soluções e funcionamento pleno das licenças/agentes instaladas nos computadores (endpoints e servidores), bem como pela manutenção da plataforma de console de gerenciamento online.
- 3.4.2. Os serviços de suporte deverão ser corretivos, proativos e consultivos, envolvendo atividades como auxílio na configuração de políticas e administração da solução, instalação de novas versões, patches e hotfixes, análise de dúvidas sobre melhores práticas de configuração, entre outros;
- 3.4.3. A Contratada deverá realizar o suporte técnico on-site ou de maneira remota.
- 3.4.4. Entende-se por Suporte Técnico Remoto as seguintes atividades:
- 3.4.4.1. Esclarecimento e resolução de quaisquer falhas identificadas;
  - 3.4.4.2. Suporte à instalação das licenças/agentes;
  - 3.4.4.3. Operacionalização da console de gerenciamento;
  - 3.4.4.4. Indisponibilidade do serviço contratados;
  - 3.4.4.5. Quaisquer outros suportes correlatos ao serviço contratado;
- 3.4.5. Deverão ser fornecidas obrigatoriamente todas as atualizações de versão que ocorrerem durante toda a vigência das subscrições.
- 3.4.6. A Contratada deve garantir que novas versões de software ou atualizações dos produtos em garantia tenham a perfeita compatibilidade com o ambiente operacional em uso nas instalações do Contratante.
- 3.4.7. Os chamados deverão ser abertos pela Contratante através de canais disponibilizados pela Contratada, sem ônus ao Contratante, respeitando-se os Acordos Mínimos de Serviços;
- 3.4.8. A Contratada deverá manter ferramentas de monitoramento contra incidentes que afetem as soluções contratadas e a console de gerenciamento, independente da abertura de chamados feito pela Contratante, conforme o item anterior;
- 3.4.9. Durante o período contratual, os serviços de suporte técnico remoto serão prestados por técnicos credenciados pela Contratada e devidamente habilitados e certificados nas soluções adquiridas.
- 3.4.10. O suporte técnico será realizado 24 (vinte e quatro) horas por dia, 07 (sete) dias por semana, incluindo feriados, conforme Instrumento de Medição de Resultado.
- 3.4.11. Toda e qualquer despesa decorrente do suporte realizado durante o período contratual do serviço prestado será de responsabilidade da Contratada.
- 3.4.12. As informações sobre os canais de atendimento para abertura dos chamados deverão ser apresentadas à Contratante na reunião inicial, após a assinatura do Contrato.
- 3.4.13. A Contratada deverá providenciar o registro de toda e qualquer solicitação de suporte técnico, independentemente de sua natureza, cabendo à Contratante, o devido acompanhamento.
- 3.4.14. Deverão ser disponibilizados canais de atendimento para abertura dos chamados à Contratante conforme segue:
- 3.4.14.1. Website ou;
  - 3.4.14.2. Telefone ou;
  - 3.4.14.3. Portal web.
- 3.4.15. O Portal referido deverá estar formatado para a língua portuguesa.
- 3.4.16. O início do Suporte será considerado a partir do chamado registrado e entregue à contratada pelos meios disponibilizados pela mesma.
- 3.4.17. O Suporte deverá ser tratado por técnico especializado e certificado pelo fabricante da solução.
- 3.4.18. Cada chamado deverá conter, no mínimo, o registro das informações abaixo:
- 3.4.18.1. Número único do chamado;
  - 3.4.18.2. Data e hora da abertura do chamado;
  - 3.4.18.3. Descrição do problema a ser solucionado;
  - 3.4.18.4. Data e hora do início do atendimento;
  - 3.4.18.5. Data e hora do encerramento do atendimento.
- 3.4.19. Entende-se por resolução do chamado o tempo total desde a abertura do chamado até a solução do problema.
- 3.4.20. Os prazos de atendimento dos chamados deverão observar a severidade de cada chamado, que será informada pela CONTRATANTE, quando da abertura dos chamados, conforme a tabela de Definição de Prioridades abaixo:
- 3.4.21. Definição das Prioridades:

Prioridade	Definição	Tempo Máximo para Resposta Inicial	Tempo Máximo para Solução Definitiva
P1	<b>INCIDENTE CRÍTICO</b>  - Incidente que afete gravemente a solução tornando-a indisponível; - Componente crítico da solução integrada está indisponível ou afetando outros serviços críticos causando impacto crítico nas atividades de negócio; - Violações de segurança de dados dos usuários;	1 hora comercial	8 horas

	- Solução integrada causando instabilidade ou problemas de falha no dispositivo do usuário;		
<b>P2</b>	<b>INCIDENTE MAIOR</b> - Incidente que cause impacto significativo no desempenho e na qualidade de parte dos serviços. Apesar de não causar interrupção continuada, o serviço em ambiente de produção está funcionando com capacidade fortemente reduzida. - Serviço crítico parcialmente indisponível ou com degradação de tempo de resposta.	2 horas comerciais	12 horas
<b>P3</b>	<b>INCIDENTE MENOR</b> - Incidente que envolva a interrupção parcial não crítica de funcionalidade da solução integrada, com impacto de nível médio a baixo na disponibilidade dos serviços sem o comprometimento de todos os serviços. - Um componente da solução integrada não crítico não está funcionando corretamente, ou apresenta desempenho degradado, causando impacto moderado.	4 horas comerciais	1 dia útil
<b>P4</b>	<b>INCIDENTE QUE NÃO AFETA O SERVIÇO</b> - Um componente não crítico da solução integrada não está funcionando corretamente, causando impacto mínimo para os usuários. - Paineis de monitoramento disponibilizados pela contratada apresentando falhas. - Prevenções corretivas ou atualizações da solução Integrada que não impactem a funcionalidade da solução aos usuários.	8 horas comerciais	2 dias úteis

**Tabela 2** - Definição de prioridades dos chamados.

#### 4. CLÁUSULA QUARTA - DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

4.1. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do Contrato.

4.2. A CONTRATADA deverá executar e entregar os serviços contratados somente quando solicitados pela CONTRATANTE por meio de OS.

4.3. A CONTRATADA ao finalizar a execução da OS deverá emitir Termo de Conclusão da OS, comprovando a execução do serviço solicitado.

4.4. Caso haja identificação de impropriedades na execução do objeto contratual e/ou irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, estas deverão ser registradas no Termo de Recebimento Provisório, no qual constarão as cláusulas contratuais descumpridas, as medidas a serem adotadas pela CONTRATADA para as respectivas correções e o prazo a ser concedido para a sua regularização não poderá ser superior a 10 (dez) dias úteis contados da emissão do Termo de Recebimento Provisório.

#### 5. CLÁUSULA QUINTA - DO VALOR DO CONTRATO

5.1. O valor total da contratação é de R\$ \_\_\_\_\_, sendo o valor unitário de cada item e o valor global da contratação estabelecido conforme tabelas a seguir:

LOTE ÚNICO									
Item	Identificador SGD	Descrição	Part Number	CATSER	Quantidade	Unidade de Medida	Valor Unitário (anual) (R\$)	Valor Total (anual) (R\$)	Valor Total (36 meses) (R\$)
1	MS.5.0-A1520	M365 Apps Enterprise Sub Per User	3JJ-00003	27472		Unidade			
2	MS.5.0-A1520	Power BI Pro Sub Per User	NK4 - 00002	27472		Unidade			
3	N/A	Criação, Configuração e Gestão das Contas no Ambiente Microsoft sob demanda	-	3840		Horas			
4	N/A	Transferência de Conhecimento.	-	3840		Horas			
5	N/A	Serviço de Consultoria Especializada para implantação e sincronização de diretório	-	3840		Horas			
<b>TOTAIS</b>									

#### 6. CLÁUSULA SEXTA - DA GARANTIA CONTRATUAL



- 6.1. A Contratada deverá apresentar, no prazo de 30 (trinta) dias corridos após a assinatura do Contrato, prorrogáveis por igual período, comprovante de prestação de garantia correspondente a 5% (cinco por cento) do valor contratado, conforme parâmetros do art. 439 do RLC, do valor do Contrato anual, mediante a opção por uma das seguintes modalidades:
- a) Caução em dinheiro;
  - b) Seguro-garantia; ou
  - c) Fiança bancária.
- 6.2. A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, assegurará o pagamento de:
- a) Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
  - b) Prejuízos diretos causados à Conab ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
  - c) Multas contratuais aplicadas pela Conab à contratada.
- 6.3. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.
- 6.4. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,08% (oito centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).
- 6.5. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Conab a promover a rescisão do contrato por descumprimento de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 569 do RLC.
- 6.6. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, na Caixa Econômica Federal, com correção monetária. A prestação de garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá ter validade de **90 (noventa) dias**, após o término da vigência do contrato.
- 6.7. No caso de prorrogação da vigência do contrato ou readequação do seu valor em decorrência de reajuste, reequilíbrio econômico-financeiro ou acréscimo ou supressão, a garantia deverá ser renovada ou ajustada à nova situação, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.
- 6.8. No caso de contratação com vigência superior a 12 (doze) meses a garantia deverá ser renovada anualmente, como forma de resguardar os interesses da Conab.
- 6.9. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, contados da data em que for notificada.
- 6.10. A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
- 6.11. Será considerada extinta a garantia:
- a) com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato; ou
  - b) com a sua total utilização por parte da Conab dentro do prazo de validade previsto no subitem 6.5;
  - c) com a expiração do prazo de validade da garantia previsto no subitem 6.6.

## 7. CLÁUSULA SÉTIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 7.1. As despesas que atenderão a contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União para o exercício de 2026 e correrão por meio da Natureza das Despesa **33.90.40.06** (*itens 1 e 2*) e **33.90.40.19** (*itens 3, 4 e 5*), do Programa de Trabalho Resumido (PTRES) **229513**, na Ação Orçamentária de **Administração da Unidade**, com Fonte de recurso **1000**, no Plano Interno **TECNOLOGIA**.

## 8. CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 8.1. São obrigações da Contratante:
- a) Nomear Fiscais do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato;
  - b) Encaminhar formalmente a demanda por meio de Ordem de Serviço ou de Fornecimento de Bens, de acordo com os critérios estabelecidos no Termo de Referência;
  - c) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
  - d) Receber o objeto fornecido pela CONTRATADA que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;
  - e) Aplicar à CONTRATADA as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis, comunicando ao órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, quando aplicável;
  - f) Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos serviços recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
  - g) Definir produtividade ou capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC por parte da CONTRATADA, com base em pesquisas de mercado, quando aplicável;
  - h) Comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no curso da execução dos serviços, para que sejam reparadas ou corrigidas;
  - i) Rejeitar, no todo ou em parte, serviços executados em desacordo com o previsto neste Termo de Referência;
  - j) Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, através de empregado ou comissão especialmente designados;
  - k) Prever que os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos cuja criação ou alteração seja objeto da relação contratual pertençam à Administração, incluindo a documentação, o código-fonte de aplicações, os modelos de dados e as bases de dados, quando aplicável;
  - l) Efetuar o pagamento à CONTRATADA no valor correspondente à prestação de serviços, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos.

8.2. A Conab não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

#### 9. CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. A empresa CONTRATADA deverá respeitar as diretrizes constantes da Política de Segurança da Informação e Política de Proteção de Dados da Conab (disponível em <https://www.conab.gov.br/institucional/normativos/politicas-planos-e-cartas>), obrigando-se a manter sigilo a respeito de quaisquer informações, dados ou outros materiais de propriedade da Conab aos quais tiver acesso em decorrência do objeto da presente contratação.

9.2. Executar o objeto do certame em estreita observância dos ditames estabelecido pela Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD);

9.3. A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes neste Termo, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

- a) Indicar formalmente e por escrito junto à CONTRATANTE, um preposto idôneo com poderes de decisão para representar a CONTRATADA, principalmente no tocante à eficiência e agilidade da execução do objeto deste Termo de Referência, e que deverá responder pela fiel execução do contrato;
- b) Atender prontamente quaisquer orientações e exigências da equipe de fiscalização do contrato, inerentes à execução do objeto contratual;
- c) Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;
- d) Não cobrar valores adicionais ao valor do contrato, tais como custos de deslocamento, alimentação, transporte, alojamento, trabalho em sábados, domingos, feriados ou em horário noturno, bem como qualquer outro valor adicional;
- e) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12 a 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- f) Substituir, reparar, remover ou corrigir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo estipulado pela fiscalização, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- g) Comunicar à CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que anteceder a data da finalização dos serviços, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- h) Utilizar empregados habilitados, possuindo perfil e conhecimentos adequados dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- i) Apresentar os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;
- j) Apresentar à CONTRATANTE, quando solicitada, a relação nominal dos empregados que adentrarão a Conab para a execução do serviço;
- k) Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à CONTRATANTE;
- l) Atender às solicitações da CONTRATANTE quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;
- m) Instruir seus empregados quanto à obrigatoriedade de acatar as normas internas da Conab;
- n) Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a CONTRATADA comunicar, antecipadamente, e nos casos de imprevistos relatar, imediatamente, à CONTRATANTE, a fim de evitar desvio de função;
- o) Relatar à CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;
- p) Não permitir a utilização de qualquer trabalho de menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho de menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- q) Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- r) Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no Art. 497 do RLC.
- s) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- t) Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela Conab, durante a realização do contrato;
- u) Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.
- v) A CONTRATADA obriga-se a garantir a reversibilidade e portabilidade integral de todos os dados custodiados ou processados pela solução tecnológica objeto desta contratação.
- w) Ao final da vigência contratual ou em caso de rescisão antecipada, a CONTRATADA deverá disponibilizar à CONTRATANTE, sem custos adicionais, todos os dados em formatos abertos, estruturados e legíveis por máquina (ex: CSV, JSON, XML), acompanhados do respectivo dicionário de dados e documentação técnica, de modo a permitir a migração para novo fornecedor ou solução interna, em estrita observância ao Art. 5º da Resolução CGPAR nº 29/2022."

#### 10. CLÁUSULA DÉCIMA - DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

10.1. As Partes comprometem-se, sempre que aplicável, a atuar em conformidade com a legislação vigente sobre proteção de dados relativos a uma pessoa física identificada ou identificável ("Dados Pessoais") e as determinações de órgãos reguladores/fiscalizadores sobre a matéria, em especial, a Lei nº 13.709/2018 (LGPD), e incluindo, entre outros, a Lei 12.965 (Marco Civil da Internet), de 23 de abril de 2014, o Decreto Federal 8.771, de 11 de maio de 2016, e demais leis e regulamentos aplicáveis. No caso de situações não definidas nesta cláusula aplica-se o disposto na Lei nº 13.709/2018.

10.1.1. As Partes, ao efetuarem a assinatura no presente instrumento jurídico reconhecem que, toda operação realizada com os Dados Pessoais identificados neste instrumento, serão devidamente tratadas, de acordo com as bases legais dispostas no art. 7º da Lei 13.709/2018, vinculando-se especificamente para a execução das atividades deste instrumento jurídico.

10.1.2. A PARTE RECEPTORA garante a utilização de processos sob os aspectos da segurança da informação, principalmente no que diz respeito à proteção contra vazamento de informações e conscientização dos colaboradores sobre o uso adequado das informações.

10.1.3. A PARTE RECEPTORA, incluindo todos os seus colaboradores, compromete-se a tratar todos os Dados Pessoais como confidenciais, exceto se já eram de conhecimento público sem qualquer contribuição da PARTE RECEPTORA, ainda que este instrumento jurídico venha a ser resolvido e independentemente dos motivos que derem causa ao seu término ou resolução.

10.1.4. A PARTE RECEPTORA deverá manter registro das operações de tratamento de Dados Pessoais que realizar, bem como implementar medidas técnicas e organizativas necessárias para proteger os dados contra a destruição total, acidental ou ilícita, a perda, a alteração, a comunicação ou difusão ou o acesso não autorizado, além de garantir que o ambiente (seja ele físico ou lógico) utilizado por ela para o tratamento de dados pessoais são estruturados de forma a atender os requisitos de segurança, aos padrões de boas práticas e de governança e aos princípios gerais previstos em Lei e às demais normas regulamentares aplicáveis.

10.1.5. A PARTE RECEPTORA deverá notificar a PARTE REVELADORA, no prazo determinado em regulamento da Autoridade Nacional, ou seja, em até 2 (dois) dias úteis da ciência, de qualquer não cumprimento das disposições legais ou contratuais relacionadas aos Dados Pessoais que afete a PARTE REVELADORA, assim como de qualquer violação de Dados Pessoais que teve acesso em função do presente instrumento jurídico.

10.1.6. A PARTE RECEPTORA deverá por seus próprios meios adotar instrumentos de proteção dos Dados Pessoais junto aos seus colaboradores e fornecedores, de forma a preservar o sigilo dos Dados Pessoais da PARTE REVELADORA.

10.1.7. As Partes reconhecem que o compartilhamento ou a transferência de dados pessoais para as bases de dados internas da Conab e para o Órgão da Imprensa Nacional para publicação dos atos oficiais da Administração Pública, quando for necessário, está contemplada pelo disposto no art. 26 da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, e pelo inciso IV do § 1º do mesmo artigo, conforme a finalidade do referido instrumento jurídico.

10.1.8. As Partes “REVELADORA” e “RECEPTORA”, por si e seus subcontratados, garante que, caso seja necessário transferir para o exterior qualquer Informação Pessoal cumprirá as Leis de Proteção de Dados Pessoais, em especial os artigos 33 a 36 da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais referentes à transferência internacional de Informações pessoais.”

## 11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

11.1. Compete à CONTRATADA, no que couber, atender os critérios de sustentabilidade ambiental previstos no art. 10 do RLC.

11.2. A contratação deverá atender a critérios de sustentabilidade ambiental que a legislação determinar, no que couber. Tendo em vista tratar-se de serviço de licenciamento de software, não se identificam impactos ambientais diretos passíveis de mitigação física pelo contratado local.

## 12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA MANUTENÇÃO DA QUALIFICAÇÃO E HABILITAÇÃO

12.1. A CONTRATADA se obriga a manter durante todo o período de execução do objeto deste Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação.

## 13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

13.1. O acompanhamento e a fiscalização do Contrato serão exercidos de acordo com o previsto no Termo de Referência, Anexo I do Edital e conforme Regulamento de Licitações e Contratos - RLC.

## 14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO PAGAMENTO

### 14.1. Dos Licenciamentos

14.1.1. O pagamento dos itens 1 e 2 ocorrerão em parcelas anuais no ato da entrega das Licenças solicitadas via OS.

a) 1ª parcela até 10 (dez) dias úteis após a emissão do "Termo de Aceite definitivo" após entrega das Licenças e ativação do pacote de benefícios, solicitadas via OS.

b) 2ª parcela 12 (doze) meses após a emissão do "Termo de Aceite definitivo" após entrega das Licenças e ativação do pacote de benefícios, solicitadas via OS.

c) 3ª parcela 24 (vinte e quatro) meses após a emissão do "Termo de Aceite definitivo" após entrega das Licenças e ativação do pacote de benefícios, solicitadas via OS.

14.1.2. Os pagamentos serão efetuados pela CONTRATANTE à CONTRATADA em moeda corrente nacional, mediante a apresentação de notas fiscais devidamente atestadas pela fiscalização;

14.1.3. Deverá ser efetuado pagamento no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da apresentação da NF/Fatura;

### 14.2. Dos Serviços Técnicos

14.2.1. Os serviços técnicos do tipo sob demanda, solicitadas via OS, serão pagos após a emissão do Termo de Aceite Provisório e Definitivo, em valor correspondente à quantidade acordada de Unidades de Serviços Técnicos para o serviço;

14.2.2. A CONTRATANTE irá pagar à CONTRATADA apenas a quantidade de USTs constante na Ordem de Serviço. Qualquer fator que cause atraso ou prolongamento na duração da execução das atividades, que não tenha sido causado pela mudança no escopo do que foi demandado, não acarretará ônus financeiro para a CONTRATANTE.

14.3. A CONTRATANTE deverá analisar os documentos apresentados pela CONTRATADA afim de atestar que os serviços foram efetivamente prestados conforme este Termo de Referência e seus anexos.

14.4. Constatadas impropriedades na execução dos serviços contratados, estas serão registradas em relatório emitido pelo fiscal/comissão de fiscalização do contrato e deverá ser realizada a readequação do valor de pagamento. Neste caso, a CONTRATANTE deverá apresentar o relatório para a CONTRATADA, solicitando a nova nota fiscal/fatura com os valores readequados. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a reapresentação do novo documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.

14.5. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo empregado ou comissão designada para o seu recebimento, condicionado este ato à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura em relação aos serviços efetivamente prestados, devidamente acompanhada das comprovações mencionadas no artigo 559 do Regulamento de Licitações e Contratos da Conab.

- 14.6. Havendo erro na Nota Fiscal/Fatura ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida à CONTRATADA e o pagamento ficará pendente até que a mesma providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.
- 14.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 14.8. Antes de cada pagamento será realizada consulta ao SICAF e caso o resultado seja desfavorável, será concedido prazo de 05 (cinco) dias úteis ao contratado, prorrogável uma vez por igual período a critério da Conab, para a regularização ou apresentação da sua defesa.
- 14.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Conab deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado pela Conab, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 14.10. Persistindo a irregularidade, a Conab deverá adotar as medidas necessárias à rescisão do contrato, assegurada à CONTRATADA a ampla defesa.
- 14.11. Havendo a efetiva prestação de serviços, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão contratual, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.
- 14.12. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela Diretoria Gestora na Matriz ou pela Superintendência Regional no âmbito da sua competência, não será rescindido o contrato em execução com empresa ou profissional inadimplente no SICAF.
- 14.13. Dos pagamentos devidos à CONTRATADA serão retidos os impostos e contribuições de acordo com a legislação vigente.
- 14.14. Caso o contratado seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, deverá apresentar, junto à Nota Fiscal/Fatura, a devida declaração, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.
- 14.15. As eventuais multas impostas ao contratado em decorrência de inadimplência contratual poderão ser descontadas do pagamento devido desde que concluído o procedimento para aplicação de sanções.
- 14.16. Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Conab, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação da seguinte fórmula:

**EM = I x N x VP**, onde:

**EM** = Encargos Moratórios devidos;

**I**= Índice de compensação financeira = 0,00016438, computado com base na fórmula  $I = [(TX/100)/365]$ ;

**N** = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; e

**VP** = Valor da prestação em atraso.

## 15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO REAJUSTE

- 15.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da CONTRATADA, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o Índice de Custos de Tecnologia da Informação - ICTI, mantido pela Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 15.2. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data da proposta.
- 15.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 15.4. Serão objeto de preclusão os reajustes a que a CONTRATADA fizer jus durante a vigência do contrato e que não forem solicitados até o implemento dos seguintes eventos:
- a) assinatura do termo aditivo de prorrogação contratual;
  - b) data em que o contrato completa 12 (doze) meses, 24 (vinte e quatro) meses e assim sucessivamente; ou
  - c) encerramento do contrato.
- 15.5. Caso na data da prorrogação contratual ou na data em que o contrato completar 12 (doze) meses, 24 (vinte e quatro) meses e assim sucessivamente, ainda não tenha sido divulgada a variação do índice no período, ou ainda não tenha sido possível a Conab ou a CONTRATADA proceder aos cálculos devidos, ficará resguardado o direito ao futuro reajuste, mediante cláusula a ser inserida no termo aditivo nos casos de contratos sujeitos a prorrogação de vigência, ou apostilamento previamente autorizado pela autoridade competente nos demais casos.
- 15.6. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s). Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.
- 15.7. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 15.8. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 15.9. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 15.10. O reajuste será realizado por apostilamento.

## 16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E PROCEDIMENTOS PARA RETENÇÃO DE GLOSA NO PAGAMENTO

- 16.1. A CONTRATADA, em caso de inadimplemento de suas obrigações, garantido o contraditório e a ampla defesa anteriormente à sua aplicação definitiva, ficará sujeita às seguintes sanções previstas no RLC e na Lei nº 13.303, de 2016:

- a) advertência;
- b) multa moratória;
- c) multa compensatória;
- d) multa rescisória, para os casos de rescisão unilateral, por descumprimento contratual;
- e) suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a Conab, por até 2 (dois) anos.

16.2. As sanções previstas nos incisos “a” e “e” poderão ser aplicadas com as dos incisos “b”, “c” e “d”.

16.3. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações elencadas nos artigos 576 a 580 do RLC ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às sanções previstas neste item.

16.4. A CONTRATADA que cometer qualquer das infrações elencadas no artigo 576 a 580 do RLC, dentre outras apuradas pela fiscalização do contrato durante a sua execução, ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às sanções previstas neste item.

16.5. A aplicação das penalidades previstas neste título realizar-se-á no processo administrativo da contratação assegurado a ampla defesa e o contraditório à CONTRATADA, observando-se as regras previstas no RLC.

16.6. A aplicação de sanção administrativa e o seu cumprimento não eximem o infrator da obrigação de corrigir as irregularidades que deram origem à sanção.

#### 16.7. DA SANÇÃO DE ADVERTÊNCIA:

16.7.1. A sanção de advertência é cabível sempre que o ato praticado não seja suficiente para acarretar prejuízo à Conab, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente, ou a terceiros.

16.7.2. A aplicação da sanção do subitem anterior importa na comunicação da advertência à CONTRATADA, devendo ocorrer o seu registro junto ao SICAF, respeitado o disposto no item 17.

#### 16.8. DA SANÇÃO DE MULTA

16.8.1. A multa poderá ser aplicada nos seguintes casos:

- a) em decorrência da não regularização da documentação de habilitação, nos termos do art. 43, § 1º da Lei Complementar nº 123, de 2006, deverá ser aplicada multa correspondente a 5% (cinco por cento) sobre o valor estimado para a licitação em questão;
- b) em decorrência da prática por parte do licitante/adjudicatário/contratado das condutas elencadas nos artigos 576 e 580 do RLC, deverá ser aplicada multa correspondente a 5% (cinco por cento) sobre o valor estimado para a licitação em questão;
- c) pela recusa em assinar o Contrato dentro do prazo estabelecido pelo instrumento convocatório, deverá ser aplicada multa correspondente a 5% (cinco por cento) sobre o valor homologado para a licitação em questão;
- d) multa moratória por atraso injustificado na entrega da garantia contratual de 0,08% (oito centésimos por cento) do valor do Contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento);
- e) multa moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado na entrega sobre o valor da parcela não executada, até o décimo dia de atraso;
- f) multa moratória de 2% (dois por cento) por dia de atraso injustificado na entrega sobre o valor da parcela não executada, do décimo primeiro dia de atraso na entrega até o limite do décimo quinto dia;
  - f.1) Esgotado o prazo limite a que se refere a alínea anterior e a critério da Conab, poderá ocorrer a não aceitação do objeto, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.
- g) multa compensatória no percentual de 5 % (cinco por cento) sobre o valor da parcela não executada, no caso de inexecução parcial do contrato;
- h) multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do contrato;
- i) multa rescisória de 12% (doze por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de rescisão contratual unilateral do contrato;
- j) glosas e ajustes advindos dos Níveis Mínimos de Serviços - NMS item 12., conforme definido nos indicadores constantes do subitem 12.2, 12.3 e 12.4, no caso de serviço prestado sem o atendimento dos níveis mínimos de serviço estabelecidos.

16.8.2. As multas moratória, compensatória e rescisória possuem fatos geradores distintos. Se forem aplicadas duas multas sobre o mesmo fato gerador, configurará repetição da sanção (*bis in idem*).

16.8.3. A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada da garantia do respectivo contratado. Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Conab ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

16.8.4. A aplicação da sanção de multa deverá ser registrada no SICAF.

#### 16.9. DA SANÇÃO DE SUSPENSÃO

16.9.1. Cabe a sanção de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a Conab em razão de ação ou omissão capaz de causar, ou que tenha causado, prejuízo à Conab, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente ou, ainda, em decorrência de determinação legal.

16.9.2. A aplicação da sanção de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a Conab, por até 02 (dois) anos, será aplicada de acordo com os arts. 579 a 580 do RLC e registrada no SICAF e no Cadastro de Empresas Inidôneas - CEIS de que trata o art. 23 da Lei nº 12.846, de 2013.

16.9.3. Em decorrência da prática por parte do licitante/adjudicatário das condutas elencadas nos artigos 576 e 580 do RLC, poderá ser aplicada a sanção de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a Conab.

16.9.4. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

17. **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA RESCISÃO**

17.1. A inexecução total do Contrato ensejará a sua rescisão, enquanto a inexecução parcial poderá ensejar a sua rescisão, com as consequências cabíveis, conforme disposto nos arts. 568 a 572 do RLC.

17.2. A rescisão poderá ser:

- a) por ato unilateral e escrito da Conab;
- b) amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo de contratação, desde que haja conveniência para a Conab; e
- c) judicial, por determinação judicial.

17.2.1. A rescisão amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

17.2.2. A rescisão amigável não será cabível nos casos em que forem constatados descumprimentos contratuais sem apuração de responsabilidade iniciada ou com apuração ainda em curso.

17.2.3. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à Contratada o direito à prévia e ampla defesa, conforme procedimento previsto nos artigos 582 a 593 do RLC.

17.3. A rescisão por ato unilateral da Conab acarreta as seguintes consequências, sem prejuízo das sanções previstas na Cláusula Décima Quinta e no art. 574 do RLC:

- a) assunção imediata do objeto contratado, pela Conab, no estado e local em que se encontrar;
- b) execução da garantia contratual, quando houver, para ressarcimento pelos eventuais prejuízos sofridos pela Conab; e
- c) na hipótese de insuficiência da garantia contratual, quando houver, a retenção dos créditos decorrentes do Contrato até o limite dos prejuízos causados à Conab.

17.4. A rescisão deverá ser formalizada por termo de rescisão unilateral ou distrato, no caso de rescisão amigável, devendo o respectivo extrato ser publicado no Diário Oficial da União.

17.5. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

- a) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- b) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- c) Indenizações e multas.

18. **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA SUBCONTRATAÇÃO**

18.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

19. **CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA MATRIZ DE RISCO E RESPONSABILIDADES**

19.1. A MATRIZ DE RISCOS é a cláusula contratual definidora dos riscos e das responsabilidades entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA e caracterizadora do equilíbrio econômico financeiro na execução do Contrato, em termos de ônus financeiros decorrentes de eventos supervenientes à contratação.

19.2. A CONTRATADA é integral e exclusivamente responsável por todos os riscos e responsabilidades relacionados ao objeto do ajuste, conforme hipóteses não-exaustivas elencadas na MATRIZ DE RISCOS – Anexo I do Termo de Referência.

19.3. A CONTRATADA não é responsável pelos riscos e responsabilidades relacionados ao objeto do ajuste quando estes competirem à CONTRATANTE, conforme estabelecido na MATRIZ DE RISCOS – Anexo I do Termo de Referência.

19.4. A MATRIZ DE RISCOS – Anexo I do Termo de Referência constitui peça integrante deste Contrato, independentemente de transcrição.

20. **CLÁUSULA VIGÉSIMA - DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO**

20.1. O presente Contrato poderá ser alterado nas hipóteses previstas do artigo 510 do Regulamento de Licitações e Contratos da Conab, vedando-se alterações que resultem em violação ao dever de licitar.

20.2. A CONTRATADA poderá aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

20.3. Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido no item anterior, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes.

20.4. Fica vedada a celebração de termos aditivos decorrentes de eventos supervenientes alocados, na Matriz de Riscos, como de responsabilidade da contratada.

20.5. A CONTRATADA somente poderá solicitar o reequilíbrio econômico-financeiro nas hipóteses excluídas de suas responsabilidades previstas na Matriz de Riscos – Anexo I do Termo de Referência.

21. **CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

21.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que:

- a) sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;
- b) sejam mantidas as demais cláusulas e condições do Contrato;
- c) não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e
- d) haja a anuência expressa da CONAB à continuidade do Contrato.

22. **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA- DAS VEDAÇÕES**

22.1. É vedado à CONTRATADA:

- a) caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;
- b) interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.
- c) subcontratar, na íntegra ou parcialmente, o objeto licitatório.

23. **CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DA VEDAÇÃO AO NEPOTISMO**

23.1. Conforme disposto no parágrafo único do art. 12 do RLC e no artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010, fica vedada a contratação:

- a) de empregado ou dirigente da Conab como pessoa física;
- b) a quem tenha relação de parentesco, até o terceiro grau civil, com autoridade ministerial; dirigente da Conab ou empregado da Conab cujas atribuições envolvam a atuação na área responsável pela licitação e pela contratação;
- c) de empresa cujo proprietário, mesmo na condição de sócio, tenha terminado o seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com a Conab há pelo menos (06) seis meses;
- d) de empresas cujos administradores ou sócios tenham relação de parentesco, em linha reta ou colateral por consanguinidade ou afinidade até o terceiro grau, com agente público que exerça cargo em comissão ou função de confiança na CONAB, incluindo neste parentesco, cônjuge ou companheiro.

24. **CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - DA VINCULAÇÃO**

24.1. Consideram-se integrantes do presente Instrumento Contratual os termos do Edital de Pregão Eletrônico CONAB n.º 90.002/2026 e seus Anexos, a Proposta da CONTRATADA, datada de \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, no que couber, e demais documentos pertinentes, independente de transcrição.

25. **CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

25.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas no Regulamento de Licitações e Contratos da Conab - RLC, na Lei nº 13.303, de 2016 e demais normas federais de licitações e Contratos administrativos aplicáveis às empresas públicas e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos Contratos.

26. **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - DA PUBLICAÇÃO**

26.1. A publicação do extrato do presente Contrato deverá ser providenciada pela CONTRATANTE até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao da sua assinatura no Diário Oficial da União, conforme disposto no art. 480 do RLC.

27. **CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - DO FORO**

27.1. As partes elegem o foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Distrito Federal, competente para dirimir quaisquer dúvidas suscitadas em razão deste Contrato, que não puderem ser resolvidas de comum acordo.

27.2. Por estarem justas e acordadas firmam o presente instrumento, em 03 (três) vias, de igual teor e forma, diante das testemunhas abaixo identificadas.

Brasília-DF, [DIA] de [MÊS] de [ANO]

Pela Contratante: Pela Contratada:

\_\_\_\_\_

Testemunha 1: Testemunha 2:

\_\_\_\_\_



Documento assinado eletronicamente por **TATIANA DE FIGUEIREDO EMILIANO LEAO, Presidente da Comissão de Licitação - Conab/Matriz**, em 25/06/2026, às 17:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site: [https://sei.agro.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.agro.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **53364066** e o código CRC **6258A942**.

Referência: Processo nº.: 21200.004556/2025-55

SEI: nº.: 53364066